

2

A construção do imaginário sobre a mulher brasileira e o feminismo no Brasil

Ingressar no tema dos atos performativos possibilitou o entendimento sobre como as performances são responsáveis pela consagração das estruturas de gênero e como elas se perpetuam através de ritos e práticas sociais. O objetivo agora é examinar a forma pela qual esses processos instituíram os paradigmas de gênero no Brasil, especialmente como surgiu o ideal de mulher brasileira, o momento em que ela foi forjada, seus papéis instaurados e sua atuação limitada por contornos que se perpetuam até os dias atuais. É interessante perceber como questões ainda tratadas atualmente como da ordem da natureza ingressaram nos discursos proferidos pela imprensa cujo público alvo era a nova mulher, com a valorização de suas funções típicas ou naturais. Dessa forma, será possível sair do plano teórico, tratado ao longo do primeiro capítulo, para a observância dessas práticas sociais específicas.

O peculiar da trajetória da concepção de mulher valorizada no Brasil é que junto com ela, surge também o feminismo, com uma relação obviamente ambígua com esse modelo de mulher, ora valorizando essa nova mulher, colocando-a em uma espécie de pedestal na sociedade e na família para que se justificasse a atribuição de direitos a ela, ora defendendo propostas mais avançadas a partir de outras estratégias. Em alguns momentos, essas feministas percebiam os perigos decorrentes do artifício de valorização da mulher como ser superior, pois muitas vezes isso justificava a inacessibilidade de direitos para mulheres. Mulheres, por exemplo, seriam “nobres” e não deveriam se envolver com o mundo da política. Nesses termos, o que será apresentado aqui são justamente a trajetória da constituição desse sujeito “mulher” e as formas pelas quais elas conseguiram se reapropriar desses discursos em benefício dessa categoria.

A primeira parte do presente capítulo será voltada para a investigação desse feminismo inicial no Brasil, que surge paralelamente a uma nova concepção mulher importada do Iluminismo, recepcionada por aqui ao longo do século XIX. Uma concepção de mulher moderna e família igualmente moderna passavam, por exemplo, pela defesa da educação da mulher, pois ela precisava de refinamento intelectual para ser agradável companhia para seu marido em casa e para educar

os filhos, evitando o ócio, estereótipo associado às mulheres das fazendas, que possuíam escravos e não tinham funções a serem exercidas em sua rotina, acordando excessivamente tarde e passando boa parte do dia desarrumadas ou desleixadas¹. Era um momento em que o núcleo familiar passava por uma redução de tamanho, portanto, cada membro da família deveria ter suas funções, que precisavam ser exercidas com esmero e dedicação, especialmente a mulher, alçada à guardiã dos valores e da honra dessa família, responsável pela harmonia do lar, pela higiene do ambiente e dos filhos e pela recepção agradável que o pai de família deveria ter após a sua jornada de trabalho fora de casa. Esse feminismo começa também pela imprensa, junto com os esforços de criação da mulher moderna, e desemboca nas mobilizações pelo sufrágio da mulher.

A segunda parte será dedicada a compreender como o feminismo se organizou no Brasil com inspirações internacionais, a partir do momento em que se tem acesso às mobilizações de sufragistas tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra. Essa luta chegou ao Brasil de fato de duas formas resumidamente: por notícias divulgadas na imprensa e pela saída de estudantes do país para conseguir completar a sua formação, especialmente meninas, pois no Brasil ainda não podiam frequentar Universidades. O terceiro momento será dedicado à análise do que aconteceu com as lutas feministas após a conquista de direitos políticos. Após a conquista do voto, a princípio, parecia que o seu objetivo já teria sido alcançado. Esse tipo de esvaziamento do feminismo, ou pelo menos a sensação de esvaziamento das razões de sua luta, também aconteceu tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, países que serviram de inspiração para as sufragistas no Brasil, o que fez com que se entendesse haver a chamada Primeira Onda do movimento feminista e a Segunda Onda, com a retomada das reivindicações a partir da ótica da liberação sexual². Por esse motivo, a proposta é investigar se havia mobilizações em prol de direitos das mulheres no período que antecedeu a Constituinte, como eram essas mobilizações, se discutiam a concepção vigente de mulher e quais eram as principais questões apresentadas por aquelas ou aqueles

¹ DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. P. 37. Essa nota irá retornar no presente capítulo, com o respectivo trecho do texto sobre esse tema.

²² Uma das poucas autoras que não vislumbra uma ruptura ou um esfriamento das lutas feministas é Marlene LeGates, que conseguiu investigar mobilizações feministas entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, como as reivindicações de americanas para permanecer no mercado de trabalho apesar de os homens terem retornado da guerra aos Estados Unidos. Nesse sentido, LEGATES, Marlene. *In their time. A history of feminism in Western society*, PP. 197-367.

que se envolviam com essa causa. Também será investigada a relação do movimento feminista com as outras formas de militância da época, para que seja possível compreender como as questões de gênero eram recepcionadas socialmente e como foram levadas à Assembleia Constituinte.

Antes de ingressar nos temas do presente capítulo, algumas considerações e esclarecimentos devem ser realizados. O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito às fontes eleitas para mapear o desenvolvimento do feminismo no Brasil. Optou-se por adotar como norte para o tema obras de feministas como Branca Moreira Alves e mulheres que desenvolvem pesquisas sobre gênero e história das mulheres, como Mary Del Priore, para citar dois exemplos, em vez de referências mais conhecidas sobre história brasileira e pensamento político brasileiro. Tal opção é justificável na medida em que elas possuem produção específica no tema de interesse da tese. Gênero é o tema central, e isso não implica em ignorar a importância de outras perspectivas, só implica em assumir que no presente trabalho a perspectiva é a de gênero. Em virtude disso, serão realizadas críticas até mesmo à esquerda, especialmente na década de 1970 e no início dos anos 1980, pois na literatura feminista tanto nacional, quanto estrangeira, sabe-se da dificuldade que os movimentos minoritários encontraram em fazer com que suas especificidades fossem consideradas pela esquerda “tradicional”, aquela que se apóia centralmente na luta de classe em detrimento das demais lutas. Essa afirmação também será mais bem trabalhada ao longo do capítulo. Nesse sentido, é interessante a referência à americana Catharine MacKinnon: “Feminists do not argue that it means the same to women to be on the bottom in a feudal regime, a capitalist regime and a socialist regime. The commonality is that, despite real changes, bottom is bottom”³. A esquerda sem dúvida é mais sensível às demandas sociais, por isso as feministas se esforçaram para fazer com que as suas causas passassem a ser abarcadas por ela.

Por fim, no primeiro momento do capítulo, serão utilizados trechos de publicações pela imprensa sobre o estereótipo de mulher que começava a surgir no final do século XIX. Esses trechos foram retirados de trabalhos de feministas específicos sobre a imagem da mulher na imprensa nacional e sobre o surgimento,

³ “Feministas não alegam que significa o mesmo estar em segundo plano em um regime feudal, em um regime capitalista e um regime socialista. O que há de comum é que, apesar das reais diferenças, estar em segundo plano é estar em segundo plano” MACKINNON, Catharine. *Toward a feminist theory of the State*. Cambridge: Harvard University Press, 1989. P.10.

paralelo, de uma imprensa feminista, que se apropriava desse novo imaginário sobre a mulher para ingressar nas discussões sobre direitos das mulheres. Apesar dessa imprensa não ter sido alvo de investigação direta do presente trabalho, optou-se por fazer referência a essas pesquisas, pois elas ajudam a demonstrar justamente como foram construídos e perpetuados os estereótipos de gênero, garantindo o processo de naturalização deles e como esse imaginário foi ora incorporado ora combatido pelas feministas naquele período.

2.1

O surgimento da mulher moderna no Brasil, suas ambiguidades e relações com as feministas

Os discursos sobre a nova concepção de mulher, que deveria inspirar aquelas responsáveis pela manutenção da estrutura familiar que começava a imperar, faziam uso da imprensa feminina – de imprensa escrita voltada para o público feminino, porém escrita majoritariamente por homens. O interessante é observar que a imprensa feminista começava a surgir no mesmo período. Muitas vezes ambas se misturavam nos ideais trazidos em suas páginas, mas o fato é que ao longo do século XIX começaram a surgir jornais para mulheres e as publicações que as buscariam como alvos iam desde receitas de comida e bordados até defesa de direitos para as mulheres, especialmente no que diz respeito à forma de educação das meninas.

É inadequado ingressar no tema do surgimento do feminismo no Brasil e da defesa da educação da mulher sem mencionar talvez uma das mais conhecidas feministas brasileiras, Nísia Floresta Brasileira Augusta (1805-1885), ou Dionísia Gonçalves Pinto, filha de uma mãe pertencente à família tradicional no Rio Grande do Norte, dona de extensões significativas de terras, e de pai português, advogado liberal chegado ao Brasil no início do século XIX⁴. Foi uma mulher que teve acesso à literatura europeia, estudou línguas e, obviamente, trabalho manual e canto, como era esperado de uma mulher de sua classe.

Sua vida, no entanto, foi pouco ortodoxa. Quando tinha 13 anos se casou com um jovem proprietário de terras, mas acabou abandonando o marido e

⁴ As referências à Nísia Floresta foram retiradas de: DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX, In LÔBO, Yolanda e FARIA, Lia (orgs.). *Vozes femininas do Império e da República*, PP. 105 – 141. SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, PP. 451 – 452.

retornando para a casa dos pais. Somente após o assassinato de seu pai, Nísia saiu novamente de casa, passando a residir com um estudante de Direito de Olinda. Em 1830, ano em que nasceu sua primeira filha, Nísia Floresta publicou também os seus primeiros trabalhos sobre a condição feminina no jornal *Espelho das Brasileiras*, dedicado às mulheres pernambucanas. No ano de 1832 traduz o texto de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman*⁵, e foi esse fato que a fez ficar caracterizada como uma das precursoras do feminismo no Brasil. Seus textos foram dos mais variados tons, desde os mais incisivos ou panfletários, até alguns que possuíam um aspecto maternal ou de conselhos de professora para as alunas⁶.

Nísia Floresta começou a se envolver com educação em 1833, ao se mudar para Porto Alegre com a família após seu marido concluir o curso de Direito. Nessa cidade ela foi preceptora de meninas. Após a morte do marido em 1835 ficou ainda dois anos dirigindo um colégio. No ano de 1837 se mudou para o Rio de Janeiro e abriu o Colégio Augusto em 1838, voltado para moças. Tal estabelecimento foi considerado demasiado inovador em termos de educação de meninas, pois ensinava latim, italiano, francês e inglês com as literaturas correspondentes, além de geografia, história e educação física, repudiando o uso de espartilho em função de prejudicar os corpos das jovens. A grade curricular elaborada por Nísia Floresta era completamente diferente dos demais colégios para meninas, que estavam restritos ao ensino superficial da língua portuguesa, do francês, prendas domésticas e noções básicas das quatro operações. Não é por outro motivo que a educadora foi criticada pela imprensa local, uma vez que colocava como obrigatórias matérias que deveriam ser supérfluas para meninas e deixava as agulhas esquecidas. Até o fato das alunas receberem prêmios de distinção pelos desempenhos em exames finais era criticado, como demonstra a passagem do jornal *O Mercantil*: “trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale

⁵ Esse texto foi publicado pela inglesa Mary Wollstonecraft em 1790 e foi considerado um documento marco do feminismo moderno. A preocupação de Wollstonecraft passava de forma especial pela educação das mulheres, além de apontar também problemas referentes à violência sofrida por mulheres provocadas pelos maridos, da qual sua própria mãe foi vítima durante anos.

⁶ DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LOBO, Yolanda e FARIA, Lia. *Vozes femininas do Império e da República*, p. 106.

menos”⁷. E sem dúvida uma espécie de trabalho peculiar caiu com força sobre as mulheres nesse momento com as inúmeras exigências de organização da casa e de higiene no ambiente e cuidados com os filhos⁸. Em relação à fala, no momento em que essa mulher foi constituída como um sujeito - não no sentido tradicional do termo, mas sim considerando todas as observações realizadas por Butler sobre o sujeito - ela também iniciou um projeto de autoprodução, se apropriando dos discursos que a moldavam em um sentido subversivo.

Apesar dessas manifestações contrárias à educação das mulheres em jornais, o fato é que o decorrer do século XIX no Brasil despertou-se o interesse pelo tema. A chegada da Corte ao Brasil no início do século trouxe também um hábito para as famílias mais ricas, a de se ter educadoras às vezes francesas, às vezes portuguesas, para as meninas, o que fez com que o tema da educação das mulheres passasse a ser menos problemático, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. Tal momento figurava no imaginário da burguesia nascente do país como ápice da civilização, da ilustração e, por conta disso, novos valores deveriam se instaurar na sociedade, com o objetivo de diferenciá-la das tradições das fazendas. Nesse sentido, o argumento de que não se poderia mais ter metade da população em estado de ignorância por ser esse um fator que excluía o

⁷ O Mercantil, 02/01/1847, apud. DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LOBO, Yolanda e FARIA, Lia. *Vozes femininas do Império e da República*, p.107.

⁸ Ressalte-se aqui que não se pretende analisar a estrutura do trabalho escravo das mulheres negras e isso é proposital, na medida em que é um tema merecedor de dedicação própria. A intenção é analisar os discursos que moldaram a mulher moderna ou o papel da mulher na sociedade burguesa, uma vez que este foi um padrão relevante adotado para se instaurar os paradigmas de gênero. Isso não significa que esse modelo não atingiu mulheres que não pertenciam à burguesia. Também não se pretende afirmar que antes disso a mulher não trabalhava. Há exemplos de mulheres na história brasileira que desmentem esse tipo de afirmação, como os casos de Ana Felipe (século XVIII), que exercia o comércio itinerante vendendo sal no interior goiano e retirando seu sustento dessa atividade tipicamente masculina até Ana Jansen (1787-1869), que ficou viúva em 1825 herdando a propriedade do marido e passou de latifundiária a maior produtora do Maranhão, com fazendas de gado, algodão, arroz e cana-de-açúcar. Seu talento para o comércio fez com que ela triplicasse a fortuna recebida. Exercia forte influência política, chegando a ficar conhecida como Mulher Mandona do Maranhão por jornais locais por enfrentar a sociedade machista na época. Quando faleceu ela deixou fazendas, prédios, imóveis, jóias, terras e escravos, tendo ficado conhecida no início do século XX em sua terra como bruxa maldita, assassina e exterminadora de negros, o que demonstra que seu comportamento nos negócios definitivamente perturbava a ordem instituída na divisão dos papéis sexuais. SCHUMACHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, PP.54-57. O pretendido restringe-se a demonstrar esse argumento da burguesia nascente que o momento vivido pelo país no século XIX era único e que os valores deveriam se atualizar por conta disso, criando-se funções a serem desenvolvidas em suposta oposição com a estrutura das fazendas, em que a mulher era retratada como um ser preguiçoso, dócil, completamente voltado para a casa e sem função nela, em virtude da estrutura escravagista, restringindo-se ao papel de reprodutora, na medida em que sequer era responsável pela criação dos filhos.

Brasil do desenvolvimento vivido pelos grandes países ocidentais passou a ser fundamento para justificar a necessidade de se garantir às mulheres o acesso à educação. Obviamente esse argumento foi utilizado de diferentes formas e forças, dependendo de quem fazia uso dele.

O início da defesa do acesso à educação da mulher não conseguiu ser fundado em bases diferentes dos argumentos morais e religiosos. A mulher deveria ser estimulada a manter a dignidade e a exercer as suas funções como esposa e como mãe com destreza, ficando completamente voltada para a família, ao contrário da educação destinada aos homens, que pretendia desenvolver habilidades intelectuais. Para as mulheres, eram entendidos como suficientes o ensino das tarefas manuais e o curso primário, com noções de gramática portuguesa e das quatro operações, não se mencionando a possibilidade de continuação dessa educação com os cursos secundários, sendo que os cursos superiores não eram sequer cogitados. Aquelas que tinham possibilidades financeiras e que as famílias assim desejavam, continuavam estudando com as preceptoras contratadas por suas famílias.

Nísia Floresta foi uma das primeiras críticas ao sistema de ensino no Brasil, que era praticamente inexistente. Ela escrevia em seus textos⁹ sobre o tema que a educação deveria ser igualmente distribuída a todos pelo governo, independente de classe e de sexo. Dizia que as escolas voltadas para a educação primária eram semelhantes a penitenciárias, sendo dirigidas por pessoas despreparadas para o exercício da função e sem qualquer fiscalização do governo sobre as atividades nesses locais, além de serem insuficientes. Ela simplesmente não via futuro na educação de jovens no Brasil se o sistema educacional não sofresse uma profunda reforma, que ultrapassasse os preconceitos arraigados nos brasileiros, que consideravam a mulher como um ser mais fraco fisicamente, incapaz de refletir e como sendo possuidora de um gosto por adorno. Nísia Floresta identificava nesses discursos difundidos socialmente uma forma de desculpa para mantê-las em estado de ignorância, com o objetivo de controlá-las e dominá-las mais facilmente.

⁹ Sua obra *Opúsculo Humanitário*, que foi fruto da compilação de textos publicados nos jornais *O Diário do Rio de Janeiro*, em 1853 e o *Liberal*, entre 1853 e 1854, reúne suas principais posições sobre educação, de acordo com Constância Lima Duarte. DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In LOBO, Yolanda e FARIA, Lia. *Vozes femininas do Império e da República*, PP. 109-110.

A imprensa feminina foi relevante para fazer com que a reivindicação pelo acesso à educação se projetasse. O surgimento desse tipo de imprensa se beneficiou do incremento da vida urbana a partir da metade do século XIX. Por que esse marco da nascente burguesia foi relevante a ponto de ter sido referência na determinação de como seria a nova mulher? Foram diversos os fatores. O processo de urbanização sofrido por alguns centros políticos do Brasil, em função de comércios com o exterior, fez com que as mulheres não se restringissem mais ao confinamento doméstico, como no período em que estavam restritas às fazendas. O consumo de bens produzidos fora do país, especialmente os culturais, oxigenou o cotidiano dessas mulheres.

Sem dúvida a dinâmica da vida na cidade facilitou as possibilidades de convivência social, uma vez que as distâncias eram mais curtas. Os sobrados estavam colocados abertos para a rua, rompendo com o isolamento e com a sujeição completa das mulheres aos olhos absolutamente repressores dos pais e maridos. A família também foi reduzida, ou pelo menos a quantidade de gente que fazia parte da rotina da casa. O processo é interessante, pois ao mesmo tempo em que a vida social se ampliou, a família passou por um processo de privatização, no qual a intimidade dos membros familiares se tornou algo fundamental. Nesses termos, em relação à dinâmica entre espaço público e privado:

Não obstante, essa subjetividade individual e familiar esteve desde o início ligada a uma espécie de apreciação pública que teve lugar no próprio interior da residência. Nas salas de visita ou salões, esses espaços intermediários entre a casa e a rua, abertos com certa frequência para a realização de saraus noturnos, a subjetividade oriunda da intimidade familiar foi traduzida e incorporada à esfera do público, ao espaço da opinião, comunicando-se consigo mesma, criando sua identidade¹⁰.

As reuniões e saraus em que leituras em conjunto eram realizadas foram ingressando na rotina da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que era uma solução para a grande maioria de analfabetos, pois estes poderiam escutar as leituras. O gênero do romantismo foi desenvolvido em parceria com a formação de público feminino para a leitura. Na verdade, a leitura de livros nunca foi um ponto problemático para as mulheres, claro, se soubessem ler. Era um lazer estimulado

¹⁰ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*, p. 82.

por poder ser realizado sob a observação dos homens e que poderia ser feito ao longo das atividades reservadas às mulheres, como a costura, os bordados, a elaboração de doces e as aulas de música. Portanto, se o hábito da leitura teve contribuição feminina para que conseguisse ganhar mais difusão, era evidente que o aquecimento da imprensa faria surgir também diversos jornais e revistas voltados para as mulheres e a vida em família.

Uma boa parte desses periódicos surgidos ao longo do século XIX era elaborado por homens, conforme ressalta Bicalho¹¹. A função desses jornais não era a de simples distrações para o público feminino, eles mesmos se declaravam abertos à participação das mulheres e diziam ter pretensões de instrução para a mulher moderna, em relação a suas atividades do interior de suas famílias e nos cuidados com a casa. Por mais incrível que possa parecer, as funções de dona-de-casa, mãe e esposa amorosas que conseguia se preocupar com todos os detalhes de arrumação, organização, limpeza e bem-estar dos filhos e marido, iriam surgir nesse momento, com o objetivo de se contrapor às mulheres da fazenda “a figura da mulher ociosa, de chicote na mão, camisolão e tamancas”¹². Essa era a impressão transmitida por estrangeiros que passaram por aqui e visitaram fazendas. Reparavam que grande parte de mulheres que viviam nessa estrutura somente se vestiam para os poucos momentos em que saíam para a rua, como por exemplo, para ir à Igreja, porém, em casa não era assim:

Era a confirmação do velho ditado: “Por fora, bela viola; por dentro, pão borolento!”. Em casa, cobertas com o ‘timão’, espécie de confortável camisolão branco em tecido leve, ocupavam-se nas atividades domésticas. Os cabelos, mal penteados ou *em papillotes*, segundo a inglesa Maria Graham, davam uma péssima impressão de desmazelo. Pior, a tal camisola deixava expostos os seios. E a estrangeira fulminava: “Não vi hoje uma só mulher toleravelmente bela. Mas quem poderá resistir à deformação como a que a sujeira e o desleixo exercem sobre uma mulher? Ao visitar, em 1821, residências baianas, anotou consternada, sobre suas moradoras: “Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se indecentemente desalinhado logo após a primeira juventude; isto é tão mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, nesse clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos

¹¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*, p. 84.

¹² BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*, p. 84

sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal desganhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho¹³.

A missão desses jornais era, portanto, bastante precisa: educar a nova mulher para as funções que a partir daquele momento deveria exercer. Era um mecanismo interessante que imperava nas publicações voltadas para o público feminino, pois em primeiro lugar a estratégia era se aproximar de seu público alvo como se fosse se estabelecer um vínculo de cumplicidade, de amizade com as mulheres, mas ao mesmo tempo em tom também professoral¹⁴. Alguns contavam com a contribuição de especialistas nos temas, o que reforçava a pretensão de normatização da conduta da mulher, que como sempre, se davam por atos performativos. Seriam as recomendações de amigos ilustrados dirigidas especialmente para essas mulheres. Especificamente, Bicalho apontou o surgimento do jornal *A Mãe de Família*, em 1879, no Rio de Janeiro, como um marco nesse propósito, pois era um jornal que se proclamava científico, literário e ilustrado, com o subtítulo “Educação da Infância e Higiene da Família”, que contava com a direção de um médico especialista em moléstias da criança¹⁵.

Os médicos dedicados às questões de higiene promoveram de forma incisiva a autoridade da mulher na família, atrelando a ela inclusive os rumos que a sociedade deveria tomar. O objetivo era prestar instruções sobre como nutrir e criar os filhos, os importantes cuidados com a higiene, ressaltando que a educação da criança em seu início competia exclusivamente à mãe e que seria fundamental para formar bons cidadãos. A mulher passou a ser valorizada na sociedade pelos discursos feitos por médicos, pedagogos e higienistas que afirmavam o seu papel fundamental para os rumos do país no exercício de suas funções de mãe e esposa, incluindo nesse rol de atributos a moralidade da mulher, que seria superior à do homem. Pode-se, portanto, identificar aqui a formação desse novo sujeito, da mulher moderna, completamente tomada pelas responsabilidades especialmente

¹³ DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil*. P. 37.

¹⁴ Alguns citados por Bicalho são: *Correio das Modas* (1839), *O Espelho Fluminense* (1843), *O Recreio do Bello Sexo* (1856), o *Arquivo das Famílias*, o *Jornal das Famílias* (1863), a *Biblioteca das Famílias* (1874), o *Beijo* (1900), o *Jornal das Senhoras* (1904), entre outros. Há ainda menção a outro *Jornal das Senhoras*, lançado em 1852. Nesse sentido é a análise de HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 34.

¹⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. P. 84.

de ordem privada, mas não somente com os destinos de sua família nas mãos, mas em última instância, com os rumos até mesmo do sucesso ou do fracasso do país, já que era ela a principal responsável pela criação do cidadão exemplar.

Por conta de suas funções novas, ela precisaria ser educada e as questões referentes à educação feminina começaram a aparecer como problemas relevantes para os avanços do país. Não haveria mais sentido em privar metade da população do acesso à educação, especialmente em virtude do papel tão importante designado pela natureza que a mulher exerceria socialmente. Aqui houve a construção do sujeito mulher e seu processo de naturalização, simultaneamente. Teve início a falácia descritiva em relação à mulher moderna. A estratégia aqui utilizada já foi amplamente demonstrada no primeiro capítulo e agora aparece sendo concretizada na constituição da mulher brasileira, com a utilização de discursos com a força do argumento especializado divulgado pela imprensa. As mulheres, por sua vez, acabam acatando essa função e aceitando a valorização de seus papéis sociais, muitas vezes até mesmo com certo ufanismo sobre o tema. Esse foi um momento muito interessante, pois se pode perceber nele como as repetições de gênero foram refundadas nos moldes dos ventos liberais trazidos por outros países e em seguida foram recontextualizadas.

O fato é que se de início as mulheres reproduziram esse discurso de sua superioridade moral e familiar, também a partir da imprensa feminina produzida por elas mesmas, acabaram distorcendo o sentido original, pleiteando uma educação em termos diferentes das pretendidas para se produzir essa nova mulher. Obviamente, há uma relação ambígua aqui, que permeia todos os problemas referentes aos processos identitários. Elas afirmavam a identidade feminina, até mesmo a questão da superioridade moral, mas ao mesmo tempo utilizavam esse argumento para pleitear a igualdade; ora reforçavam os papéis sociais e usavam esse discurso para reivindicar o acesso à educação, ora radicalizavam e entendiam ser a desigualdade social fruto da ignorância da mulher no que se referia, por exemplo, à ausência de possibilidade de administrar o seu próprio patrimônio, a expropriação de todos os seus bens e de sua vida por parte do marido.

Não cabe aqui se perguntar sobre se o revolucionário não teria sido a negação dessas mulheres em relação aos papéis designados naquele momento para elas. Elas foram subjetivadas em uma determinada linguagem, ou seja, em determinadas circunstâncias, e deveriam ter como ponto de partida justamente

essa mesma linguagem, não sendo exigível operar de outra forma. Ninguém pode desconsiderar aquilo que se é, ou a forma como vem se constituindo, mas pode a partir dela iniciar sua constituição em outros termos, na medida em que não somente somos produzidos pela linguagem, ou pelos atos performativos, mas fazemos uso dela e também a produzimos, conforme demonstrado ao longo do primeiro capítulo.

É interessante observar justamente esse processo de apropriação discursiva realizado por essas mulheres. Outra imprensa feminina tem início no século XIX: a produzida pelas próprias mulheres, cujo objetivo não era somente de servir como um entretenimento, mas também abordar questões referentes às defesas de seus direitos. Essas publicações se iniciaram na primeira metade do século XIX, mas foram ampliadas com o tempo. Algumas foram criadas e extintas, mas depois retornaram. Catalogá-las ao longo do texto não seria o propósito, visto que esse esforço já foi feito em trabalhos historiográficos, mas algumas merecerão destaque em virtude de trazerem exemplos discursivos que auxiliam o entendimento acerca do processo de constituição dessas mulheres e do movimento feminista no Brasil.

O curioso é que a imagem de uma suposta mulher ociosa na fazenda foi tão rejeitada que, inspiradas nas associações de mulheres americanas, algumas brasileiras de classes mais altas resolveram o problema da existência considerada inútil, solitária e tediosa dedicando-se a causas sociais, pois nas elites brasileiras as atividades domésticas e a própria criação dos filhos eram atividades exercidas pelo trabalho escravo, o que dava a fama a essas senhoras da elite de preguiçosas, acostumadas a dormir até as dez ou onze horas da manhã. Portanto, ainda que em número reduzido, elas demonstravam insatisfação com esse estilo de vida que passou, em seguida, a ser condenado publicamente.

Para ao menos umas poucas brasileiras, o enfado ajudou a estimular um desejo de mudança, como nos Estados Unidos várias décadas antes. Para essas mulheres, o trabalho filantrópico fora do lar iria constituir um passo à frente. Escolhendo o *moto* de 'Religião, Trabalho, Letras e Caridade', as mulheres que publicavam O Bello Sexo determinaram que os lucros provenientes de seu jornal fossem dados em nome de seu sexo à Imperial Sociedade Amante da Instrução, instituição de caridade para órfãos¹⁶.

¹⁶ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 45.

As associações voluntárias surgiram e cresceram ao longo do século XIX no Brasil, mas Hahner, após a passagem acima citada, ressalta que nunca conseguiram ter grau semelhante de penetração social como ocorreu nos Estados Unidos, assim como não foram tão numerosas. Além disso, aqui as atividades dessas associações não atingiam em igual proporção a atenção pública. A exceção ressaltada pela autora dizia respeito ao restrito número de sociedades femininas abolicionistas que eventualmente conseguiam atrair a atenção da imprensa tradicional. Especialmente a questão da abolição da escravidão no país foi uma causa que sem o menor problema poderia encontrar apoio nos esforços femininos e nessas associações, já que em virtude da típica benevolência feminina, era natural que as mulheres encampassem esse tipo de reivindicação, era esperado que as mulheres passassem a se envolver no tema.

As contribuições de mulheres brasileiras ao movimento abolicionista ocorreram, mas muitas vezes não nos termos estritos da adoção e defesa de uma perspectiva política determinada. O tipo de apoio que muitas prestavam era deixado de lado e não foi retratado pela história oficial nos mesmos termos de movimentos semelhantes promovidos por homens, especialmente quando essa atuação ocorria dentro dos grupos masculinos em prol da abolição. Na verdade, a forma de abordagem dada a esses esforços de mulheres para a abolição reforçava o estereótipo da benevolência, como se a participação feminina fosse um apêndice dos trabalhos masculinos. A subordinação das mulheres na sociedade produzia reflexos no interior desse movimento. Nesses termos, os esforços produzidos por essas mulheres para angariar fundos para libertação de escravos ficaram esquecidos, uma vez que em regra não eram elas as que participavam dos debates na esfera pública sobre o tema.

Existiram sociedades abolicionistas fundadas por mulheres, como foi o caso da Sociedade da Libertação, instituída em março de 1870 no Rio de Janeiro, A Sociedade Redemptora, de julho de 1870, instituída em São Paulo e a Ave Libertas em Recife, de 1884, para citar exemplos. Porém, foram poucas as mulheres que se aproveitaram dessas instituições para falarem em público sobre a causa abolicionista e iniciarem suas experiências na esfera pública, sendo citada como única referência Leonor Porto, presidenta da Ave Liberta, que redigiu artigos e panfletos sobre o tema. Algumas editoras responsáveis por jornais feministas se sentiram mais confortáveis para escrever contrariamente à

escravidão no Brasil, como Amélia Carolina da Silva Couto e Francisca Senhorinha da Motta Diniz, tendo a última dedicado boa parte de seus esforços no jornal feminista *O Sexo Feminino* ao longo de 1885 à causa da abolição do e não aos direitos das mulheres. Porém, de acordo com Hahner, somente a pernambucana Maria Amélia de Queiroz concedeu palestras públicas sobre o tema, enquanto as demais se restringiam à escrita¹⁷. Posteriormente, Maria Amélia de Queiroz foi uma das principais colaboradoras do jornal feminista *A Família*, realizando viagens para proferir conferências sobre o tema.

Talvez aqui se possa fazer uma referência a uma frase já utilizada, a reivindicação realizada no jornal *O Mercantil* por homens, que precisariam de mulheres que trabalhassem mais e falassem menos. Nesse caso, tal reivindicação masculina parecia ser acatada, pois as mulheres trabalhavam, mas não falavam. As atuações femininas em torno das campanhas abolicionistas consistiam em, por exemplo, concertos de pianos realizados por filhas e esposas de líderes abolicionistas organizados para conseguir dinheiro para a causa, já que as mulheres da elite tinham o papel de divertir reuniões sociais. Ao mesmo tempo em que a participação dessas mulheres era fundamental para o sustento material dos movimentos abolicionistas encabeçados por homens, ela não era reconhecidamente uma adesão a esses ideais, já que a função era interpretada como complementar, basicamente como se elas tivessem aderido a esses ideais em decorrência de exigência de participação por parte do marido ou do pai. Elas eram juridicamente incapazes e eram tratadas nesses mesmos moldes. Nas palavras de Hahner:

poucos brasileiros poderiam achar inconveniente que a talentosa Luiza Regadas do Rio de Janeiro emprestasse sua adorável voz a vários encontros para levantamento de fundos para a causa abolicionista. Como outras abolicionistas, ela também vendia flores e saborosos docinhos em favor da causa. Algumas mulheres eram enviadas por membros masculinos de clubes abolicionistas às portas de cemitérios e igrejas para angariar fundos. Embora essas atividades exigissem uma certa resolução e determinação para suportar o desconforto físico, tal como permanecer na chuva durante todo o dia, também podiam reforçar a imagem feminina de nobreza e auto-sacrifício¹⁸.

Da mesma forma que os jornais produzidos por homens para o público feminino ganhavam força, as mulheres também começaram a elaborar jornais com

¹⁷ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 48.

¹⁸ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 46.

o objetivo de tratar dos temas propostos pelos chamados ventos liberais. Em parte, a imprensa dessas mulheres partilhou do mesmo tipo de discurso proferido nos jornais editados por homens, mas a argumentação sem dúvida era dúbia. A reivindicação que permeava os jornais femininos era a igualdade, direito que somente poderia ser alcançado com o mesmo argumento da educação. Esta serviria para dois propósitos segundo esses jornais: o primeiro afirmando a necessidade de educação das mães e da dona-de-casa, o segundo conscientizando as mulheres de seus direitos e auxiliando em sua emancipação, sendo certo que as defesas de cada um desses argumentos variava nas diferentes publicações de mulheres.

O século XIX seria o momento crucial para os avanços em termos de direitos, de acordo com os discursos dessas primeiras feministas, pois não se poderia permitir que o chamado “século das Luzes”, responsável pela renovação dos ideais de todo o Ocidente, não produzisse efeitos no Brasil. Se os diferentes povos se aproveitavam da oportunidade para se libertar das amarras do passado, as mulheres brasileiras não deveriam deixar esse momento passar sem conquistar os seus direitos, ou a tão sonhada igualdade. A conquista do progresso somente se daria no Brasil caso a igualdade entre homens e mulheres fosse alcançada. A civilização e o progresso deveriam ser almejados pelo Brasil, uma vez que o país acabava de conquistar a independência e naquele momento se encontrava em igualdade de condições com as maiores nações soberanas européias e com os Estados Unidos. A imprensa feminina produzida por mulheres traçava um paralelo entre a emancipação do país e a emancipação da mulher, que deveria acontecer para que o país acessasse definitivamente o rol das grandes nações.

Os primeiros jornais editados por mulheres em cidades brasileiras eram atos isolados, surgindo diversos a partir de 1850. Porém, faltava continuidade entre eles e articulação entre as editoras, uma vez que uma não sabia da existência de outra ou de outros jornais feministas. De qualquer forma, um dos primeiros a aparecer foi “O Jornal das Senhoras”, em 1852, editado por Joana Paula Manso de Noronha, argentina que veio morar no Rio de Janeiro separada do marido português. Na apresentação do jornal ela já declarava sua intenção de auxiliar a emancipação da mulher e seu avanço social, impossibilitados de serem alcançados, até então, em virtude do egoísmo dos homens. Influenciada por sua visita aos Estados Unidos em 1846, apresentava o discurso do século XIX como

“século das Luzes”, que deveriam chegar a toda a América Latina. Ao mesmo tempo, a editora iniciou também uma abordagem complicada em relação à mulher. Ela criticava o fato de os homens considerarem as mulheres como propriedade, mas trouxe em seguida a perspectiva da mulher como um ser superior. A passagem que Hahner citou do O Jornal das Senhoras retrata muito bem essa concepção:

Para ela, a emancipação moral da mulher precisava incluir ‘o justo gozo dos seus direitos, que o brutal egoísmo do homem lhe rouba, e dos quaes a desherda, porque tem em si a força material e porque ainda não se convenceo que um anjo lhe será mais útil que uma boneca’. Cumpria melhorar a educação das mulheres e os homens deviam deixar de considerá-las como sua propriedade¹⁹.

A perspectiva apresentada pela editora hoje pode ser apontada como problemática. Isso porque é sabido que a valorização excessiva da mulher, ou o fato de colocá-la como um ser superior fez com que as expectativas sociais em relação ao comportamento feminino fossem sempre mais severas do que no que tange a conduta de homens. Tanto isso é verdade que no século XIX as mulheres foram responsabilizadas também pela imprensa feminina, mas especialmente pelas publicações voltadas para mulheres, mas produzidas por homens, pelo resguardo do bem-estar, dos cuidados e da honra da família, que produziria reflexos inclusive na sociedade, com a formação de novos cidadãos. Se a responsabilidade pela formação dessa nova cidadania seria dela, o fracasso da estrutura familiar poderia produzir também reflexos na sociedade, portanto, a culpa seria atribuída a ela. Nesse sentido, estrategicamente era complicado atrelar a figura da mulher à imagem de “um anjo”.

Apesar disso, ela combateu a visão da mulher como uma espécie de boneca ou criança mimada, que predominava na época. O discurso acabou sendo levado à defesa posteriormente, por exemplo, do voto feminino, ou seja, o seu valor na luta por ampliação de direitos não pode deixar de ser reconhecido. Observando o ideal de mulher que vinha sendo enfrentado pelo início da imprensa feminista, é compreensível o esforço de valorização da figura feminina feito através dela. Essa imprensa compreendeu que a mulher até então era tratada como uma simples máquina de reprodução, nesse sentido, o casamento seria o ápice de

¹⁹ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. PP.34-35.

sua vida, a justificativa de sua existência, com o objetivo único de concretizar a sua função primordial até então: ter filhos. Ao longo da vida conjugal a mulher, em regra, encontrava violência, tirania ou abandono²⁰. Um casamento para o homem significava somente uma forma de satisfazer um desejo, garantia de assegurar a sua fortuna e mudança de status civil, mas não tomava conta de toda a sua vida, ou limitava as funções de sua existência. O fato dos homens utilizarem termos como ‘meu cavalo’ e ‘minha mulher’ demonstrava, para Joana Paula Manso de Noronha, a equiparação da mulher na condição de esposa a uma mera propriedade do marido²¹.

Por esse motivo, a editora do O Jornal das Senhoras se colocou o propósito de fazer com que os homens percebessem a injustiça do tratamento dado às esposas como propriedades ou seres inferiores, passando a uma glorificação da mulher, identificando-a com a mãe do Brasil. Ela até poderia não ter qualquer espécie de influência econômica ou política além do espaço privado, mas ela seria a mais influente na família. Sendo assim, deveria ser colocada em uma espécie de pedestal, transformando-se em anjo na família e não uma simples boneca. Se o papel que a mulher deveria efetuar era tão fundamental e central na sociedade, ela precisava ser valorizada e colocada em um lugar superior. Joana Manso começou a argumentar que deveria ser forte o interesse masculino na melhora das condições de vida de suas mulheres, pois se eles se preocupavam com o futuro de sua prole, inclusive pela educação, deveriam iniciar as transformações sociais permitindo que suas mulheres tivessem também acesso à educação, pois desenvolveriam essa nobre função em relação aos filhos.

Além desse apelo aos homens, Joana Manso tentava também sensibilizar as próprias mulheres, uma vez que eram mães de meninos e poderiam desde cedo criar outros homens, sem preconceitos e sem que a noção de superioridade

²⁰ Há diversos trabalhos de historiadoras feministas que tratam desse tema. Como exemplo de trabalho sobre os relacionamentos na vida familiar em diversos momentos na história do país, pode ser citado DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

²¹ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 36. Joana Noronha enxergava na expressão “minha mulher” esse tratamento da figura da esposa como propriedade do marido. É interessante observar que o uso da palavra “mulher” comumente para se referir tanto à mulher quanto à esposa aponta essa confusão de destinos, na qual o papel de esposa acaba se misturando à condição da mulher. Não há algo semelhante no que diz respeito ao homem, já que na relação do casamento ele é comumente chamado de “meu marido” e não “meu homem”. Apesar de não ser algo somente restrito à língua portuguesa, pois no francês acontece o mesmo, na língua inglesa, por exemplo, há termo próprio para definir as condições de homens e mulheres no casamento, *husband* e *wife*.

masculina ficasse arraigada neles. Uma mulher educada tinha mais condições de desempenhar melhor as suas funções de esposa e de mãe. Sem dúvida apelar para as funções sociais das mulheres poderia tornar mais digerível a reivindicação por acesso a uma educação que fosse muito além das agulhas e do fogão, evitando resistências ao tema. Não é possível determinar qual foi o fator que a levou a afirmar o papel que começava a ser estabelecido para as mulheres na metade do século XIX, como a responsável pela estrutura do núcleo familiar, se foi mera reprodução do processo identitário que se instaurava, ou se foi realmente um mecanismo utilizado para fazer com que a defesa da igualdade no que diz respeito à necessidade do acesso à educação fosse mais bem aceita.

Assim como outras editoras, o jornal de Joana Manso buscava a participação das leitoras, abrindo espaços para diversas publicações. O problema era que as próprias mulheres ainda não estavam dispostas a cooperar para a estruturação desses jornais. Até houve contribuições de leitoras, mas em regra eram sempre anônimas. Havia um receio de que elas caíssem no ridículo ao defender a igualdade entre homens e mulheres, tanto que a própria responsável pela seção de modas requisitou a manutenção de seu anonimato. A maioria enviava textos somente sem assinatura, incluindo uma colaboradora que era tão assídua quanto a editora. Ainda assim, elas agradeciam a oportunidade de deixar o ‘estado de vegetação’²² no qual se encontravam. Somente após quatro anos de existência do *O Jornal das Senhoras* é que poucas começaram a assinar suas contribuições pelo menos com as iniciais de seus nomes. Os homens que contribuíam para as publicações do jornal davam seus nomes inteiros. Por problemas financeiros Joana Manso se desfez do jornal, passando-o a Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco. Nessa fase, o jornal passou a fazer uso da imagem de Virgem Maria para pregar uma veneração pela mulher. Sua intenção era de fato fazer com que as mulheres “subissem em um pedestal”, ou fossem colocadas em um patamar superior.

As publicações feministas que vieram em seguida não fizeram tanto uso dessa imagem da mulher associada à Virgem Maria. *O Bello Sexo* surgiu em 1862 no Rio de Janeiro, editado por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, menos de dez anos após *O Jornal da Família* ter sido fechado, e apesar desse curto espaço de

²² HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P.39.

tempo, as mulheres que publicavam no *Bello Sexo* tinham educação secundária e não assinavam os artigos com o nome completo, mas também não publicavam de forma anônima. Elas sentiam a necessidade de se conhecerem e se reuniam uma vez por semana para elaborar os temas que seriam publicados no jornal. Nenhum desses dois jornais era radical em suas propostas, sendo talvez o segundo um pouco mais corajoso em suas divulgações. Apesar disso, um homem que se manifestou sobre o jornal em uma de suas edições disse que não faria a assinatura do *Bello Sexo* por não ter tempo de realizar tal leitura e por considerá-lo indiscreto e um insulto ao seu público alvo²³.

Outros jornais elaborados por mulheres com o propósito de discutir as condições de desigualdade nas quais se encontravam surgiram nas cidades, especialmente ao longo da década de 1870, pois as oportunidades em relação ao acesso à educação eram maiores nas cidades do que nas áreas rurais. O Rio de Janeiro era especial nesse sentido, pois 29, 3% das mulheres eram alfabetizadas, enquanto a estatística referente em relação ao país era de 11,5% de mulheres alfabetizadas²⁴ no ano de 1872. O ano de 1873 foi de publicação do jornal *O Sexo Feminino*, editado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, em Minas Gerais. Em 1874 surgem *O Domingo*, também de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e o *Jornal das Damas*, no Rio de Janeiro. Em Recife é publicado em 1875 *O Myosotis*, editado por Maria Heraclita e no Rio de Janeiro surge o *Echo das Damas* em 1879, considerado um dos mais incisivos. Nessas outras publicações o tema da educação cresceu, com a defesa de que esse não seria um interesse somente das mulheres, mas atenderia ao país. Porém, Francisca Diniz não apelava aos homens para que permitissem os estudos às mulheres, também não fazia uso da imagem de Virgem Maria, dirigindo-se preferencialmente às próprias mulheres. As passagens abaixo, uma de 1875 e outra de 1889, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, ilustram essa preocupação de Francisca Diniz:

Mesmo o Brasil sendo infante, pois há pouco mais de meio século era colônia (...) nós, as brasileiras, temos em nossas veias o sangue de nossos antepassados. As idéias de independência que exaltaram as nossas mães germinaram e germinarão no fundo de nossos corações ao grito de liberdade (*O Sexo Feminino*, 1875).

²³ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 43.

²⁴ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 52.

Depois da aniquilação da escravidão, depois da queda da monarquia, a emancipação feminina apresenta-se como um dos complementos desses últimos aperfeiçoamentos sociais.

Ao longe vemos irradiar um astro pálido ainda, projetando fraca luz, mas tendo em si todos os elementos das estrelas de primeira grandeza (...) estrela permanente na imensa escuridão do infinito, este astro que derramará luz intensa, vivificadora e salutar, será o nosso 15 de Novembro!

Em tudo, porém, devemos acompanhar a marcha natural das coisas; e a revolução secular que encaramos, devemos desejá-la tão pacífica quanto foi a grande, a sublime revolução de novembro.

A transformação rápida e transcendente, pela qual passou o Brasil, é o documento mais brilhante da campanha que os nossos compatriotas haviam encetado há muito para firmarem suas aspirações democráticas nesta nação; e assim como se prepararam os brasileiros para a abolição dos escravos e para a queda da monarquia, devemos preparar o sexo feminino para a sua emancipação (O 15 de Novembro do Sexo Feminino)²⁵.

A editora do jornal *O Sexo Feminino*, que tempos depois passou a se chamar *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*, entendia que o principal inimigo a ser combatido era a ignorância que ainda atingia boa parte das mulheres e que era mantida pela ciência dos homens, ao considerarem as mulheres apenas um utensílio doméstico, afastando-as do espaço público e da possibilidade da educação. Era interessante para os homens a manutenção desse estado, de acordo com Francisca Diniz, pois as mulheres não conseguiam sequer entender como os maridos poderiam gastar o dinheiro da família ou até mesmo o dinheiro delas, abandoná-las e também deixar os filhos. Elas ficavam indefesas diante dessas situações por não terem acesso à educação. Sem dúvida, esse tipo de observação é procedente, porém, encontraria maior resistência para fundamentar o acesso à educação da mulher e a superação das desigualdades do que o recurso à mulher como boa mãe e dona-de-casa que precisaria ser educada para realizar melhor suas tarefas.

O “cordeiro humilde”, forma pela qual Francisca Diniz chamava a mulher, deveria se levantar e parar de permitir o seu processo de subjugação e dominação por parte do homem, precisaria, enfim, prestar atenção nos mecanismos pelos quais os seus direitos eram inviabilizados. Através do acesso à educação as mulheres não somente criariam melhor seus filhos, mas também compreenderiam as finanças da família, deixando de ficarem à margem das decisões importantes para os seus próprios sustentos e de suas famílias. Passariam, dessa forma, da

²⁵ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. Pp. 87-88.

condição de escravas à condição de companheiras, adquirindo direitos até então negados a elas. As habilidades intelectuais das mulheres eram exaltadas por Francisca Diniz, que afirmava que elas possuíam as mesmas condições de aprender física, química, letras, filosofia, história e geografia, e deveriam ser treinadas para isso, em vez da família se preocupar em mandá-las aprender a costurar, lavar e cuidar de suas casas. Interessante observar nesse argumento que a igualdade de capacidade intelectual entre homens e mulheres era afirmada, mas em seguida ressaltava-se que as mulheres poderiam até mesmo ultrapassar os homens nessas ciências em virtude de serem mais pacientes, o que seria mais adequado para a realização desses estudos superiores.

Aqui aparece registrada novamente a ambigüidade em relação a se afirmar a igualdade ou ressaltar a diferença, pela valorização de características “tipicamente femininas”, como é o caso da paciência. Ora era interessante um mecanismo, ora era interessante o outro. A especificidade de Francisca Diniz foi enfatizar a superioridade feminina para levar a mulher a outros espaços diferentes dos limites do lar. O objetivo não era o enaltecimento da mulher para que ela ficasse responsável pela formação de cidadãos dentro de casa, a sua superioridade ou aptidão natural foi utilizada pela editora para tentar justificar a abertura dos caminhos das ciências para as mulheres. Em termos semelhantes, as funções desempenhadas pela mãe foram levadas pela editora para as salas de aula, ao afirmar que a educação primária seria mais bem realizada se fosse entregue para as mulheres. Novamente aparece aqui um estereótipo de gênero, que atrela à figura da mulher o papel do cuidado. Porém, é importante perceber que isso, nesse momento, implicaria em um aumento de campo de trabalho para as mulheres, fazendo com que elas tivessem meios de se sustentar sem que houvesse a necessidade da manutenção do casamento em função de uma dependência econômica, representando a chamada “época das Luzes” “uma nova era de prosperidade e justiça para o nosso humilhado sexo”²⁶. É também relevante ressaltar que nessa defesa realizada por Francisca Diniz apareceram atreladas, aparentemente pela primeira vez em um desses jornais, as questões da educação e do trabalho fora do âmbito doméstico, sendo este último o passaporte para a autonomia. Nesse sentido, a utilização de certo discurso que instaura um lugar e

²⁶ O Sexo Feminino, 7 de setembro de 1873, In HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 56.

coloca alguém nele, predeterminando o seu âmbito de atuação, como no caso das ofensas, foi realizada em sentido contrário ao seu uso original, abrindo uma nova possibilidade de campo de atuação para as mulheres, as salas de aula, ainda que a partir da afirmação do estereótipo de gênero que ganhava força nesse momento.

Diferentemente das mulheres das classes populares, provavelmente, as leitoras desses jornais, a princípio, não teriam necessidade material de exercer qualquer função fora de casa. Porém, a necessidade apareceu na medida em que o trabalho daria a essas mulheres a possibilidade da independência, em vez de ficarem restritas às decisões dos maridos em relação ao futuro financeiro da família ou até mesmo a atos profundamente arbitrários por parte deles, que poderiam gerar até mesmo o fim dos bens daquelas mulheres administrados pelos maridos, e em seguida ao abandono do lar. As americanas eram constantes inspirações para os diferentes jornais feministas, especialmente para Francisca Diniz. Nos Estados Unidos da América a mulher já podia ingressar na medicina, no jornalismo, no direito e na administração de negócios e Francisca Diniz ficou bastante satisfeita ao tomar conhecimento de que Princesa Isabel e o Imperador D. Pedro II assinaram *O Sexo Feminino* e junto com eles, alguns membros da elite que queriam manter uma reputação de erudição e modernidade perante o Imperador.

Em 1876 o jornal deixou de circular, retornando em 1889 e ficando conhecido em seguida como *O 15 de Novembro do Sexo Feminino*. Já no ano de 1890 a estrutura era diferente, havendo diversas publicações sobre o tema de mulheres e elas já conseguiam se apoiar. Em 1888 foi iniciada em São Paulo a publicação *A Família*, editado por Josefina Alvares de Azevedo. No ano seguinte o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro. Josefina era uma das poucas que fazia uma defesa aberta do direito ao divórcio na legislação pátria, considerando os homens em regra déspotas no casamento, em um momento em que as mulheres eram consideradas eternas menores pela legislação. Isso porque o divórcio representava a possibilidade de se desfazer os vínculos do casamento, muitas vezes já dissolvidos de fato em acordo entre as duas partes. Ela também se inspirava no feminismo norte-americano e dizia que “em breve, o mesmo complexo de igualdade que se está vendo em toda a América, chegará até nós”²⁷.

²⁷ Josefina de Azevedo Alves In HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 64.

A inspiração nos acontecimentos dos Estados Unidos é válida e comprova a ocorrência paralela de um movimento constituinte no Ocidente que pretendia dar conta daquelas deixadas de lado até mesmo de processos revolucionários, mas que não se conformavam e buscavam direitos: as mulheres. O feminismo conseguiu penetrar no Brasil, ainda que atrelado ao argumento do liberalismo, com inspiração nas feministas americanas e inglesas.

Para Josefina Alvares de Azevedo era menos problemático apresentar posições mais radicais, uma vez que pertencia a uma família da elite. Essa autora chegou a publicar diversas biografias de mulheres importantes na história, desde Cleópatra, passando por Joana d'Arc e Isabel de Espanha fato que acabava enaltecendo e valorizando muitas mulheres que desempenharam papéis muito diferentes dos atribuídos às funções femininas, como sendo também modelos que deveriam servir de inspiração para a mulher brasileira. Isso porque Joaquim Manuel de Macedo, professor de história contratado pelo governo imperial para lecionar nas escolas do Rio de Janeiro, tendia a apresentar como inspirações de modelos femininos as damas de caridades, filhas obedientes e esposas honradas, citando poucas que participaram do mundo público, inclusive tratando de Elizabeth da Inglaterra como vã, ao mesmo tempo se referindo a ela como um dos grandes homens de seu tempo, que acabou sendo tomada pela fraqueza tipicamente feminina, o mal da inveja, ao mandar decapitar Mary Stuart por causa de sua beleza²⁸.

Joaquim Macedo não poderia somente reconhecer habilidades de administração e gestão pública em Elizabeth, equiparando sua eficiência à de um homem. O primeiro aspecto sobre modelos de gênero trazidos por ele dizia justamente respeito à competência administrativa de Elizabeth ser considerada um atributo de homem, excepcionalmente manifestado em uma mulher. O segundo foi o fato de a manifestação da suposta essência feminina ter aparecido até mesmo nela, cujo comportamento era masculino, tornando-a inexorável ou natural, tendo aparecido como 'a inveja tipicamente feminina'. O terceiro pode ser concluído a partir do exame dessas considerações: a mulher, ao exercer uma função que não caberia a ela, acabaria vendo aflorar uma manifestação negativa da sua

²⁸ Referência realizada por Joaquim Manuel Macedo, autor de *A Moreninha*, em seu livro *Mulheres célebres*, citado, por HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Pp. 64-65.

feminilidade, que em vez de aparecer na forma da virtuosa mãe e esposa, apareceria como rainha invejosa de um atributo que deveria ser perseguido por todas as mulheres, a beleza. Em função do seu desequilíbrio natural para a administração pública, Elizabeth terminou tomando uma decisão de ordem pública com base em uma frustração como mulher. Quantas mensagens ou atos performativos de gênero são transmitidos a partir da publicação de um renomado professor de história contratado como referência pelo Imperador? Além de esses padrões terem se instaurado nas práticas sociais, eles ganhavam força ao chegarem à imprensa e se institucionalizavam, ou seja, ganhavam uma força ainda maior com a manifestação de posições oficiais por parte de educadores de referência e médicos. As práticas sociais serviam de base para as instituições que devolviam as performances às práticas sociais com a força do argumento institucional. O desafio das feministas era justamente perceber esse mecanismo e provocar uma ruptura nele.

Sobre o fato de as mulheres solteiras poderem gerir a própria propriedade e do Código Comercial de 1850 viabilizar o casamento de mulheres proprietárias de negócios sem que este afetasse as obrigações comerciais, bem como sobre a possibilidade de mulheres casadas poderem ingressar no comércio com a autorização dos maridos, Francisca Diniz declarou que essas normas foram o início da emancipação feminina, apesar de não ter se manifestado favoravelmente ao divórcio como era o caso de Josefina Alvares de Azevedo, apesar de acompanhar o feminismo norte-americano.

A educação das mulheres, ou a forma como elas deveriam ser educadas, continuou sendo alvo de disputas, tanto como uma forma eficaz de se assegurar e perpetuar as funções femininas, como uma possibilidade que as mulheres poderiam ter para viabilizar a autonomia, em função de conseguirem uma remuneração. Não foi por outro motivo que as notícias de que as americanas já frequentavam o ensino superior produziram impacto nas discussões sobre o tema. Cabe lembrar que a era da modernidade era um discurso bastante utilizado. Grupos de jovens brasileiros que saíram do país para estudar engenharia em Universidades americanas publicavam em seus jornais estudantis as notícias de que esse país se desenvolvia com muita velocidade e que as chamadas luzes da civilização derrubavam os preconceitos que colocavam as mulheres em situação de desigualdade.

Se as americanas podiam frequentar as importantes Universidades, as brasileiras também deveriam ter acesso à educação superior. Rapidamente a imprensa feminista se manifestou sobre o tema, através de D. Violante no jornal *O Domingo*, Francisca Diniz no *O Sexo Feminino* e Amélia Carolina da Silva Couto, no *Echo das Damas*. No início da década de 1870, elas já haviam se manifestado contra a interdição de mulheres atingirem as Universidades no Brasil, mas em 1874, a manifestação desses jovens fez com que elas se animassem em solicitar que os homens modernos aderissem a essa causa. Ainda 1874 a brasileira Maria Augusta Generosa Estrella, com catorze anos, viajou aos Estados Unidos para iniciar seus estudos em medicina, conseguindo autorização especial na Universidade, em virtude de sua pouca idade. Antes de sua colação de grau em 1881, Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira também ingressou na mesma faculdade de medicina. Elas se juntariam para publicarem *A Mulher*, em Nova York, com o intuito de convencer as brasileiras de que todas tinham aptidão para os estudos superiores.

O ensino superior foi aberto para mulheres no Brasil em 1879. As duas estudantes de medicina nos Estados Unidos se convenceram de que as mulheres precisavam trabalhar para conseguir alcançar a independência e que “qualquer mulher que entender que por ser mulher não tem necessidade de estudar, instruir-se e de trabalhar, comete um erro irreparável, e tarde virá a arrepender-se e conhecer que errou na apreciação desta vida”²⁹. Apesar da abertura, por diversos motivos o ensino superior não foi acessível para que as mulheres passassem a ter empregos com melhor remuneração. Um dos principais problemas dizia respeito à escassez de ensino secundário, que nunca foi fácil de ser atingido por quem não vinha das elites, especialmente por mulheres, ainda que estas tivessem famílias influentes. A regra não era a existência de escolas mistas, ao contrário, estas somente eram aceitas em cidades menores, que poderiam usar a falta de recursos financeiros para instituir colégios para meninos e meninas.

Nesse sentido, era aceitável que a cidade fizesse somente uma instalação que pudesse ser utilizada para ambos. As mulheres, por sua vez, poderiam ser professoras em escolas mistas e para meninas, obviamente recebendo uma

²⁹ Maria A. G. Estrella e Josefa A. F. M. de Oliveira, In HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 70.

remuneração inferior à paga para homens. Como as opções de trabalho para mulheres que haviam sido educadas eram igualmente escassas, a remuneração pior era aceita. Por esse motivo, a preocupação de se argumentar pela imprensa que em função das características das mulheres em torno da maternidade, elas deveriam ter exclusividade de ensino de crianças fazia sentido. Nesse momento poderia representar um significativo aumento de mercado de trabalho. Em relação às cidades maiores, como o Rio de Janeiro, a educação mista não era bem vista pela elite e não havia o argumento da falta de recursos que possibilitasse a justificativa da co-educação, ainda que tal fato já fosse também realidade em escolas americanas, modelo para a elite intelectual brasileira. As melhores escolas secundárias estavam fechadas para as mulheres e o fato de serem escolas separadas fazia com que a formação delas continuasse em defasagem se comparada com a dos homens, pois a estrutura de ensino somente permitia às mulheres o acesso ao conteúdo que a permitira ser uma mãe honrada e ótima dona de casa. Foi por esse fator que Nísia Floresta foi tão criticada, ao tentar viabilizar para meninas educação semelhante à dos meninos.

As escolas de excelência, como o Colégio Pedro II, referência em educação pública de qualidade, não recebiam mulheres. No início da década de 1880, Hahner menciona que poucas mulheres foram admitidas nessa escola, mas o período em que elas puderam frequentar as aulas foi muito curto, pois pouco tempo depois houve mudanças no governo e o ministro que assumiu cancelou a verba destinada ao pagamento da mulher que era contratada para acompanhar e vigiar as meninas durante as aulas em uma instituição masculina. Ao se extinguir o pagamento dessa funcionária, as portas do Colégio Pedro II foram fechadas para meninas, pois elas não poderiam permanecer no estabelecimento sem a vigilância. Somente no século XX essa escola abriu suas portas às mulheres. Antes disso, elas estavam limitadas às escolas “apropriadas” às moças para que continuassem estudando. Em regra, os colégios femininos eram caros e tinham currículo incompatível com as exigências que elas deveriam preencher para ingressar em uma Universidade.

No Rio de Janeiro, as opções gratuitas eram limitadas à escola normal e ao Liceu de Artes e Ofícios, que a partir de 1881 abriu as portas às mulheres, disponibilizando aulas de música, desenho e português, mas proibindo filosofia,

álgebra e retórica para mulheres³⁰. É interessante perceber que ao mesmo tempo em que se produzia na imprensa um discurso contrário à educação igualitária para mulheres em virtude de sua aptidão natural para os cuidados da família, as portas da ciência eram fechadas a elas e, na medida em que não se tem sequer a possibilidade de tentar desenvolver uma habilidade, não será possível ter aptidão para ela. A natureza, portanto, estava distante desses processos³¹. O que pode ser percebido nesses casos foi o imenso esforço realizado por diferentes setores para forjar o modelo de mulher que imperava a partir da segunda metade do século XIX.

O problema de classe social aparece, por outro lado, atrelado ao gênero. As mulheres da elite poderiam se esforçar para convencer as famílias a financiarem a continuação de seus estudos. O problema da qualidade do ensino no Brasil que as tornavam despreparadas para a Universidade era enfrentado por elas já que as escolas públicas de qualidade estavam fechadas a todas as mulheres ou restringiam matérias. Por outro lado, as escolas particulares preparavam-nas para suas funções sociais. Essas dificuldades poderiam ser resolvidas caso fossem estudar nos Estados Unidos. Sem dúvida nenhuma essa era uma dificuldade grande, mas que algumas conseguiram ultrapassar, como por exemplo, as duas médicas citadas acima e posteriormente Rita Lobato Velho, primeira mulher a obter o grau de médica no Brasil (1887) e Ermelinda Lopes de Vasconcelos, que conseguiu se tornar médica em 1888 e Antonieta Dias, médica em 1889 pela escola de medicina do Rio de Janeiro. A hostilidade masculina em relação ao

³⁰ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Pp.71-72.

³¹ Pode parecer simplória a afirmação de que a natureza passa longe desses processos, mas não é, basta lembrar as declarações recentes do antigo reitor de Harvard, Lawrence Summers, sobre a suposta incapacidade de mulheres para ciências exatas. Ele iniciou dizendo que talvez fossem áreas que exigissem mais tempo de dedicação, incompatível com as obrigações familiares, e encerrou levantando a possibilidade de haver diferença biológica entre os sexos capaz de determinar as aptidões de homens e mulheres. A primeira questão levantada por ele inclusive já torna o argumento da natureza incoerente. Se há uma incompatibilidade em relação às tarefas domésticas, o problema está justamente na distribuição dessas tarefas e não na natureza. A consideração sobre a aptidão natural levantada em seguida é esvaziada em função dessa primeira afirmação, que já aponta para o efetivo problema, o das formações diferentes a partir da concepção de gênero, que perduram até os dias atuais. Donna Nelson, professora de química da Universidade de Oklahoma e participante do congresso em que o reitor falou, afirmou chamou a atenção para o desestímulo que as meninas sofriam nas escolas e os comportamentos sociais responsáveis por distanciar as mulheres dessas áreas. Rápida menção sobre o episódio disponível em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=142&doc=10647&mid=2>. E já que o problema chega até os dias atuais, é importante lembrar que a natureza está mais distante desse processo do que em regra é imaginado e, por esse motivo, é errado falar em constatação ou descrição ao se analisar as áreas nas quais há maior dedicação de homens e maior dedicação de mulheres.

exercício da medicina por mulheres continuou, pois as mulheres da elite deveriam ter em mente a necessidade de permanecer em casa para supervisionar o trabalho das mulheres de classe inferior e não se esforçarem para assumir funções exercidas pelos homens de sua classe. As mulheres pobres deveriam trabalhar, não deveriam ser impedidas de ter um meio de subsistência honesto, em casa de família rica, obviamente, de acordo com o discurso da época.

A profissão que já há algum tempo havia sido possibilitada para mulheres era a de enfermeira, mas as remunerações eram ruins e a formação muito limitada. As vidas dessas mulheres, permeadas de renúncias, não havia sido fruto de escolhas no que diz respeito ao exercício da profissão. Algumas poucas parteiras conseguiram prestígio na área da saúde, bem como a enfermeira voluntária na Guerra do Paraguai, Ana Justina Ferreira Néri. Atividades ligadas à área da saúde deveriam receptionar mulheres mais facilmente em função de uma forma de interpretá-las como extensão do papel de cuidado. Porém, houve bastante oposição em relação ao ingresso da mulher na medicina, combinando os fatores gênero e classe. As da elite enfrentavam resistências da família e do marido, que também tinha receio da liberação econômica da mulher, as das camadas populares ainda eram inviabilizadas pela falta de recursos, e uma vez que não havia sequer uma família a ser convencida para financiar seus estudos, a saída era limitada ao trabalho nas casas de família ou ao exercício da enfermagem.

O modelo de família nuclear, que surgiu com a ascensão da burguesia e era composto pelo grande patriarca que tinha ao seu redor filhos e mulher, provocava uma violência extra sobre as mulheres das classes mais baixas. As mulheres pobres, que precisavam trabalhar em função do seu dinheiro ser fundamental para o sustento da família, definitivamente estavam longe de conseguir concretizar de forma satisfatória a sua missão de mãe e esposa dedicada, com uma casa impecavelmente limpa, filhos saudáveis e marido bem cuidado, que encontraria no lar o reduto de tranquilidade após seu longo dia de trabalho. Havia então a frustração do não cumprimento do seu papel primordial. O modelo era irrealizável para essas mulheres, servindo somente para gerar mal-estar, decepção e sobrecarga, pois o fato de trabalharem fora de casa não alivia as suas tarefas domésticas. Por outro lado, afligia também as mulheres da elite, pois limitava as suas possibilidades de vida. Havia um ponto em comum entre essas duas mulheres: a situação na qual se encontravam nas famílias, ou a expectativa que se

tinha de que elas realizariam somente a função reprodutora e suas vidas seriam pautadas por isso. O ideal de família que imperava no século XIX desvalorizava o trabalho das mulheres pobres e ridicularizava a tentativa de saída para o mundo público e para as grandes profissões das mulheres da elite³².

Com o objetivo de ilustrar as dificuldades enfrentadas pelas médicas pioneiras no Brasil, Hahner resgata uma peça escrita por Joaquim José de França Júnior, advogado, funcionário público e teatrólogo, encenada em 1889 chamada “As doutoras”. A peça diz respeito ao casamento de dois colegas da faculdade de medicina, um homem e uma mulher, que acabaram se casando após a formatura e montaram um consultório juntos. A esposa insistia na igualdade deles no casamento e competia com ele no consultório, obtendo êxito profissional e colocando o casamento em risco. O pai da moça era um progressista e acreditava na emancipação da mulher, já a mãe era tradicional e preferia que as mulheres se restringissem aos seus nobres papéis de mães e esposas em vez de almejarem virar doutoras. Por fim, a médica renuncia à sua carreira em função do ciúme gerado por outra mulher e pelo amor de seu marido, que fazia questão de ser o chefe de família tem um filho e abandona a carreira. A mãe dá um conselho adequado, desses que deveriam ser dados às moças, e diz à filha que as leis da natureza deveriam sair vitoriosas e a peça chega a seu fim quando a médica declara que o filho seria suficiente para preencher a sua vida. Tal peça obteve sucesso, tendo uma temporada de cinquenta apresentações³³. Apesar desses esforços em sentido contrário, a questão da igualdade entre homens e mulheres ganhou força e passou a ingressar também na seara da igualdade política.

2.2

A saída para o mundo público: influência estrangeira, experiência das mobilizações pelo voto e a conquista dos direitos políticos no Brasil

Se o exercício da medicina por parte de mulheres, bem como o ingresso delas no campo da educação eram ridicularizados em peças de teatro e encontravam resistência social, conceber mulheres políticas e advogadas era algo ainda mais difícil. No final do século XIX, as mulheres que se dedicavam à

³² ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Pp. 46-47.

³³ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Pp. 74-75.

filantropia fora de seus lares já eram aceitas, mas aquelas que se atreviam a invadir os assuntos públicos, campo de domínio exclusivamente masculino não eram. O bacharelado em Direito era o início de um caminho de sucesso de homens na vida pública, no mundo político, mas tal caminho foi dificultado para as mulheres. As primeiras saíram da graduação em Direito no final da década de 1880 e não tinham facilidade para o exercício da profissão, tema esse que foi abordado pelos jornais *A Família* e *O Sexo Feminino*. Myrthes de Campos conseguiu autorização para defender um cliente no Judiciário somente em 1899.

A mesma peça de França Júnior, anteriormente citada, também contava com uma advogada, que costumava encantar o Júri com suas roupas, assegurando o seu sucesso no Tribunal e declarava que as mulheres deveriam ingressar nos redutos másculos. Tal personagem chegou a se candidatar à deputada para reformar as legislações brasileiras em prol da mulher, mas ela também não resistiu ao casamento e à maternidade, abrindo mão de sua carreira na esfera pública. Havia um incômodo no imaginário da época sobre a ideia de mulheres eleitoras e mulheres políticas e na década de 1870 sequer os jornais feministas defendiam tais hipóteses. Violante A. Ximenes de Bivar e Vellasco, ao contrário, chegou a se manifestar contra a possibilidade de mulheres assumirem cargo no governo e no exército. Jornais como *Echo das Damas* e *O Domingo* tiveram que esclarecer que não tinham o intuito de provocar nas mulheres aspirações para ingressarem na vida política através da defesa que faziam do direito à educação.

O Sexo Feminino também não reivindicou a possibilidade do voto feminino, apesar de ter se declarado favorável a tal direito e se manifestar esperançoso em relação a ele em um futuro próximo no Brasil. Porém, reconhecia as dificuldades em relação ao tema, já que poucos homens eram considerados eleitores no país e podiam exercer o direito ao voto. Francisca Diniz encontrou maior facilidade para defender o direito ao voto para as mulheres em eleições municipais, uma vez que os interesses regionais eram praticamente uma extensão da esfera doméstica³⁴. O voto era visto por Francisca Diniz como uma extensão do direito da mulher. Sem dúvida, a agitação social em torno da República no final da década de 1880 fez com que as feministas passassem a colocar o tema, já que

³⁴ O argumento aparece em *O Sexo Feminino*. 20 de dezembro de 1873, 14 de janeiro de 1874, 11 de abril de 1874. In HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. P. 80.

argumentos extras em prol do voto feminino poderiam ser criados a partir do discurso Republicano, novamente com inspiração no movimento feminista norte-americano.

O voto feminino nos Estados Unidos surgiu de mãos dadas com o movimento abolicionista no início do século XIX. A estrutura colonial nos Estados Unidos com propriedades pequenas nas treze colônias considerava a família uma unidade de produção. De acordo com Branca Moreira Alves, todos os membros dessa unidade eram produtivos, exceto os muito novos, e o trabalho de todos era fundamental para o sustento da família³⁵. A mulher estava submetida ao homem tanto pela lei quanto pela cultura, mas na prática ela era tão fundamental para o núcleo familiar quanto ele. Os problemas começaram com o crescimento da urbanização, momento em que as atividades foram transferidas das casas para as fábricas e que o trabalho acabou sofrendo a divisão entre doméstico e extradoméstico. O homem passou a ser o responsável direito pelo sustento da família, ao sair de casa para trabalhar. Esse modelo foi o que inspirou a reestruturação da família no Brasil, apesar das diferenças substanciais entre as colônias. Ao mesmo tempo, a religião protestante com a valorização do indivíduo estimulou as americanas a iniciarem a participação na comunidade, nas assembleias públicas. Theodore Weld, um dos líderes religiosos que posteriormente casou-se com a feminista Angelica Grimké, dizia que as mulheres inteligentes deveriam começar a orar e a falar³⁶.

Nessa época o Norte do país despertava para a luta contra a escravidão, momento em que as mulheres americanas começariam a ingressar no mundo público. Esse era um tema propício e o motivo já foi mencionado, mas é importante lembrá-lo. A participação da mulher nos movimentos abolicionistas era facilmente justificável em virtude do apelo humanitário, compatível com os sentimentos que agora seriam tipicamente femininos. Era mais fácil desculpar uma mulher que quebrava os costumes e afrontava o público com o respaldo da causa humanitária. Essas primeiras feministas entendiam que a libertação dos escravos e a libertação das mulheres eram processos semelhantes. Em 1830 surgem as mais variadas associações femininas abolicionistas, que iriam inspirar

³⁵ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 65.

³⁶ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. PP. 66-67.

posteriormente a participação da mulher brasileira em movimento semelhante, apesar do papel das brasileiras ter sido reduzido à função auxiliar na abolição. O problema foi que, na origem, o público que assistia às assembleias era composto somente por mulheres, porém quando as americanas começaram a se expor diante de plateias mistas ou masculinas os distúrbios começaram. Foi justamente esse fator que as fizeram perceber a própria condição de sujeição delas, diferenciada da sujeição vivida pelos negros. Por esse motivo, compreenderam que somente conseguiriam influenciar nas decisões políticas caso conseguissem se tornar uma força eleitoral.

Ao mesmo tempo em que as americanas passaram a se envolver com a causa dos negros, os homens abolicionistas começaram a criticar essas mobilizações associadas às causas feministas, na medida em que as mulheres passaram a se expor e a falar para um público misto. As irmãs Angelina e Sarah Grimké foram as primeiras mulheres que se dirigiram a uma plateia masculina e em função disso sofreram protestos por parte do clero da Igreja Congregacional de Massachussets, o que as motivou a trilhar os caminhos do feminismo. As irmãs passaram a ser também alvo de críticas de líderes da causa abolicionista, que consideravam “a opressão da mulher um mal menor, quando comparada à do negro”³⁷. É interessante notar como o feminismo encontrou resistência para se constituir como movimento entre grupos progressistas. Nesse momento entre os abolicionistas e, posteriormente, no Brasil, por exemplo, entre a esquerda, conforme será examinado. Em 1848 Elizabeth Cady e Lucretia Mott convocaram uma reunião pública sobre direitos das mulheres em Seneca Falls, em que apresentaram a Declaração de Princípios com inspiração na Declaração de Independência norte-americana.

Acreditamos serem estas verdades evidentes: que todos os homens e mulheres foram criados iguais (...)

A história da humanidade é uma história de repetidas injúrias e usurpações por parte do homem para com a mulher, tendo como objetivo direto o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre ela (...)

Ele a obrigou a submeter-se a leis para cuja criação ela não foi ouvida (...)

Ele a fez, se casada, civilmente morta aos olhos da lei.

Ele monopolizou quase todos os empregos melhor remunerados, e por aqueles que lhe permite ter ela recebe apenas uma ínfima remuneração (...)

³⁷ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 67.

Ele só lhe permite ter tanto na Igreja quanto no Estado apenas uma posição subordinada (...)

Ele criou uma mentalidade falsa por formular para o mundo um código moral com medidas diferentes para homens ou mulheres.

Ele se esforçou de todas as maneiras para destruir sua autoconfiança, rebaixar seu respeito próprio e obrigá-la a uma vida dependente e abjeta (...)

Fica resolvido: que é dever das mulheres deste país assegurar para si o direito sagrado do sufrágio³⁸.

É interessante perceber que as mulheres se apropriaram dessa estrutura de declaração que aparecia sempre ao longo de um processo revolucionário. Já havia acontecido na França, com Olympe de Gouges, que escreveu a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã em 1791 e foi considerada perigosa demais pelos Jacobinos, sendo enforcada em 1793, com a já mencionada inglesa Mary Wollstonecraft em 1790 ao redigir a Reivindicação dos Direitos da Mulher, em 1790 e agora acontecia na história americana. Essas declarações eram a prova de que os processos revolucionários haviam sempre sido excludentes, ainda que as suas pretensões fossem alcançar um regime democrático em oposição à tirania vivida por um povo, ou uma parte significativa dele. A opressão a qual as mulheres estavam sujeitas até então não havia sido percebida por aqueles que faziam parte dos processos revolucionários e as poucas mulheres que percebiam as suas próprias condições eram sempre silenciadas, por um mecanismo em que aqueles oprimidos repetiam o processo de opressão sobre outros, ou melhor, sobre outras. Nesses termos, essas declarações de direitos precisavam ser ressignificadas, apontando para a subjugação da mulher promovida pelo homem, com o intuito de deixar claro que era uma forma de dominação.

Em Seneca Falls foi apresentada a proposta do voto feminino por uma mulher, para um público amplo e misto, o que era algo ousado e problemático, na medida em que elas não falavam para plateias mistas. O marido de Elizabeth, Henry Stanton, líder abolicionista americano, chegou a se retirar do local ao ver a defesa do voto feminino pela esposa. O fato é que esse momento de Seneca Falls foi importante para que a condição das mulheres e a defesa de seus direitos, a busca pela igualdade na participação política, deixasse de ser um pleito de poucas mulheres e passasse a ganhar força entre o público feminino norte-americano.

³⁸ Declaration of Sentiments and Resolutions, Seneca Falls. In SCHNEIR, Miriam (ed.). *Feminism. The essential historical writings*. New York: Vintage Books Edition, 1994. PP. 76-82. Em português o trecho referido pode ser conferido em ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. PP. 68-69.

Branca Moreira Alves enumerou outras mulheres que surgiram na defesa do voto feminino nos Estados Unidos a partir desse momento, como Lucy Stone, Suzan B. Anthony e Antoinette Brown³⁹ e ganharam destaque nas Convenções Feministas cada vez mais nos Estados Unidos.

O desenvolvimento das lutas pelo voto feminino nos Estados Unidos, bem como a ascensão da mulher americana aos cursos universitários e o ingresso em carreiras originariamente masculinas influenciaria a experiência brasileira na construção do feminismo e nas principais demandas dele. Em 1867 os movimentos abolicionistas e feministas conseguiam, ainda assim, caminhar conjuntamente nos Estados Unidos. Porém, o encontro da American Equal Rights Association ocorrido para a defesa de mulheres e negros foi o marco da ruptura, na medida em que a Emenda Constitucional 14 somaria a palavra “masculino” ao cidadão atrelando o voto aos homens. Apesar disso, no encontro foi resolvido que a Emenda 14 seria defendida. Por conta de tal expressão Elizabeth Cady Stanton e Susan Anthony iniciaram campanha contra a Emenda alegando que essa expressão atrasaria o voto feminino. O movimento abolicionista solicitava que as mulheres esquecessem seus direitos e aderissem somente à causa dos escravos, pois os demais direitos viriam automaticamente após o fim da escravidão, sob pena de se derrotar o sufrágio negro. Ocorreram diversas disputas sobre retirar a palavra “branco” ou retirar a palavra “masculino” do requisito para o voto. As feministas defendiam que ambas fossem retiradas, mas os abolicionistas percorreram os Estados Unidos enfatizando a ruptura das causas, alegando que a causa das mulheres poderia aguardar, enquanto que a hora da libertação do negro havia chegado.

Com a ruptura das duas causas, Elizabeth Stanton e Susan Anthony fundaram a *National Woman Suffrage Association*, composta somente por mulheres, em Nova York, para que pudessem concentrar esforços para uma atuação no Congresso Nacional em favor de emenda para o voto feminino. Conjuntamente com a Associação, foi editada a publicação *The Revolution*, que circulou entre 1868 e 1870, em que elas defendiam o voto, produziam críticas referentes aos costumes e às leis, bem como ao papel da Igreja em reforçar a subordinação da mulher. Nessa publicação o divórcio e a organização das

³⁹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 68.

operárias também foram defendidos, momento esse em que foi cunhado a frase de efeito “salário igual por trabalho igual”⁴⁰. Essas mulheres já tinham a percepção de que as discussões não deveriam ficar restritas ao direito ao voto feminino, pois o processo de dominação da mulher somente seria resolvido de forma adequada se fossem observadas outras dinâmicas que as excluía.

O voto não deveria ser o objetivo final a ser atingido pelo movimento feminista, mas era um meio, ou melhor, era o início das reivindicações. Tanto Elizabeth Stanton e Susan Anthony quanto Emma Goldman percebiam a relação de sujeição da mulher atrelada à sua situação na família e atacavam o modelo vitoriano, o que era considerado muito grave. Um movimento sufragista moderado e sob a vigilância masculina deveria então surgir para tentar acalmar os ânimos das reivindicações e a publicação *Woman's Journal* passou a circular também. Esta era mais aceita por ser distinguir da anterior por não enfrentar temas caros ao modelo de família que havia se instaurado ao longo do século XIX. As mulheres poderiam atuar na esfera pública, especialmente no mundo do trabalho, aliás, a situação dos Estados Unidos no período de Industrialização exigia isso, não mais como operárias somente, mas também como burocratas. A mão-de-obra delas era requisitada. Tal jornal valorizava esse processo, mas era fundamental lembrar às mulheres que o exercício dessas funções por elas era complementar. O modelo de mulher vitoriana, que veio incidir também no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, limitava a atuação dessas feministas.

Para o Brasil, esse modelo responsabilizou a mulher pelos cuidados com a casa e com a família, mas ao mesmo tempo parece ter permitido uma justificativa para o trabalho feminino, na medida em que estereotipava as mulheres das fazendas no Brasil como as sem função e colocava a necessidade do seu trabalho frente à gestão privada da família, bem como estimulava o assistencialismo. A partir desse momento essas mulheres passaram a reivindicar acesso à educação e às posições mais prestigiadas no mundo do trabalho, primeiro ressaltando a importância de ter uma mulher educada no lar, para em seguida inaugurar o argumento da igualdade. Nos Estados Unidos o processo foi diferente, uma vez que onde não havia o trabalho escravo, todos os membros da família desempenhavam funções, e o modelo de mulher vitoriana impôs uma

⁴⁰ Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 72.

desvalorização do trabalho feminino. O ideal era a inexistência dele, sendo aceito no máximo o voluntariado, o que justificou a saída das mulheres americanas para as lutas abolicionistas e fez com que elas percebessem a própria condição de subordinação. O ponto em comum é que em ambos os países a situação instaurada por esse modelo de mulher fugiu da mera repetição e foi possibilitada uma reinterpretação, reinterpretação essa que originou o chamado feminismo, que posteriormente ficou conhecido como feminismo liberal.

Ressalte-se que o feminismo não nasceu liberal e que mesmo as mobilizações das americanas não estavam restritas ao voto ou aos direitos individuais. Esses foram os que ganharam projeção no primeiro momento, por circunstâncias daquela sociedade. Na verdade, a ruptura ocorrida entre as feministas e os abolicionistas demonstra esse fato. É importante isso ser enfatizado, na medida em que o argumento de que o feminismo seria burguês, apesar de vazio e sem sentido, ainda retornar, inclusive entre os militantes da esquerda brasileira. O feminismo liberal acabou sendo um marco, que ampliou o rol de direitos das mulheres, mas não se pretendeu ser suficiente e as principais sufragistas americanas sabiam disso. A afirmação do modelo de mulher vitoriana na sociedade americana contribuiu para o feminismo cunhado ali, mas ao mesmo tempo limitou as reivindicações, pois essas mulheres andavam sobre a linha tênue instituída pela mulher vitoriana, que as permitiam sair ao espaço público, desde que se sujeitassem a determinadas regras. Elizabeth Stanton e Susan Anthony entendiam que o voto era somente o início, tanto que a publicação de seus jornais ia muito além dessa reivindicação, tratando de questões sociais, culturais e religiosas fundamentais para a manutenção da subordinação feminina. Essa foi uma das razões pelas quais elas entenderem ser melhor recuar nas reivindicações. Elas identificaram os problemas, mas ao mesmo tempo tiveram receio de que o aprofundamento das questões fechasse as portas para o voto e para a intervenção no mundo público⁴¹.

⁴¹ Em 1890 a NAWSA acabou se fundindo à AWSA, mais conservadora, para que a causa do voto feminino ganhasse apoio popular. A defesa do divórcio, do amor livre e às críticas à estrutura familiar, moral, religiosa e educacional foram propositadamente deixadas de lado. Essas mulheres precisaram ceder, recuar sob pena de a causa fracassar completamente. Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 75. As feministas posteriores eram mais conservadoras do que Elizabeth Stanton e Susan Anthony. Outras organizações feministas americanas surgiram na primeira década do século XX, por conta da decepção com o conservadorismo que a NAWSA havia passado a assumir com a geração seguinte de feministas. Harriet Stanton, filha de Elizabeth Stanton, havia passado vinte anos na Inglaterra e decidiu fundar

A breve referência ao início da história do feminismo americano é importante para se entender o contexto que inspirou as feministas brasileiras. Cabe lembrar que os estudantes e as estudantes brasileiras que viajavam para os Estados Unidos com o intuito de concluir a formação presenciavam essas mobilizações, bem como as mulheres de classes mais altas que tinham condições de viajar. Assim como os temas da educação e do trabalho da mulher, o voto também passou a despertar o interesse das feministas brasileiras, ainda que posteriormente. O voto tardou a entrar na pauta feminista brasileira, ao contrário da experiência americana, em que logo as mulheres associadas ao abolicionismo perceberam que precisariam combater a própria subordinação, na medida em que ela foi identificada pela inviabilização da fala por parte de mulheres para auditórios mistos. No caso brasileiro, talvez o voto não tenha sido alvo de interesse por parte das mulheres desde cedo em virtude de ser algo profundamente restrito, já que eram poucos os homens que votavam no Brasil. Francisca Diniz já havia se manifestado favoravelmente acerca do voto feminino nas eleições municipais antes mesmo de deixar Campanha e vir para o Rio de Janeiro, pois os assuntos municipais estariam muito próximos aos domésticos, de acordo com a sua argumentação.

O aumento dos debates sobre República no país ao longo da década de 1880 fez com que o assunto ganhasse espaço entre as feministas brasileiras. Teoricamente, a proclamação da República em 1889 teria oferecido um espaço mais aberto para esse tipo de reivindicação. Diversos eram os grupos que tentavam se aproveitar do momento para ingressar oficialmente nos debates políticos a partir da conquista do voto, como foi o caso dos trabalhadores urbanos,

a *Women's Political Union* ao retornar aos Estados Unidos. Harriet Stanton pretendia reunir mulheres de diferentes classes sociais em torno da causa da mulher, mostrando que era um problema político, abordando o trabalho da mulher, desde a operária até a profissional liberal, pois todas encontravam dificuldades decorrentes da “nulidade política” das mulheres. Líderes sindicais como Charlotte Perkins Gilman e Florence Kelley aderiram a essa organização, fazendo com que as operárias ingressassem na luta pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos. As demandas trabalhistas foram também incluídas na agenda feminista a partir desse contato, que não era mais viabilizado pela NAWSA. Alice Paul, também insatisfeita com os rumos da principal representação feminista nos Estados Unidos, em 1913 fundou o *Woman's Party*, importando a estratégia combativa das Pankhursts na Inglaterra, presas por perturbação da ordem pública. Ela trouxe para os Estados Unidos a prática do piquete. As pressões sobre o Congresso Americano, portanto, vinham de diferentes associações e práticas. Em 1918 a Câmara dos Deputados aprovava o voto e em junho de 1919 o Senado fazia o mesmo. Em setembro de 1920 foi aprovada a 19ª Emenda à Constituição.

e com as mulheres o mecanismo foi o mesmo. Assim que houve a proclamação da República, Francisca Senhorinha Diniz alterou o nome do seu jornal, que passava a ser *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* e destinou uma coluna fixa sobre o tema em todas as edições. Interessante observar que Francisca Senhorinha estava revendo seu posicionamento sobre o tema e se tornando pioneira no assunto, pois apesar de ter havido tal reivindicação no *Echo das Damas* ao longo da década de 1880, a editora Amélia Carolina da Silva Couto entendeu que seria muito cedo para que as mulheres votassem em eleições, sendo ainda necessário que estudassem os assuntos públicos antes de ingressar nessa arena⁴². Josefina Alvares de Azevedo em 1889 também defendia o voto da mulher em diversas conferências que realizou no Nordeste. Assumia que o voto facilitaria a defesa dos interesses das mulheres, tanto no lar quanto fora dele. Nesses termos Josefina Azevedo percebia o mesmo que as pioneiras americanas, apesar de não declarar expressamente, que o voto seria apenas o início de uma longa luta por direitos.

Ao mesmo tempo em que havia a defesa do voto feminino na imprensa feminista, diversas brasileiras tentavam se beneficiar das ambiguidades sobre o tema na legislação e são vários os casos de mulheres que tentaram exercer o voto antes que a legislação permitisse expressamente. Alguns nomes podem ser citados para exemplificar essa luta, aparentemente individual, de mulheres que pleitearam o voto em virtude de preencherem os requisitos formais para votar. A primeira referência encontrada foi o caso da dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos, em 1881⁴³. O argumento utilizado pela dentista era de que como portadora de título científico, ela poderia exercer esse direito. De fato, a legislação brasileira não vedava expressamente o voto feminino. A Constituição vigente na época de sua reivindicação, a de 1824, fazia referência expressa em relação a critérios de classe, mas de gênero não. Por esse motivo, em um primeiro momento caberia o entendimento de que o problema era de classe e de raça, uma vez que para os

⁴² HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937*. P. 81.

⁴³ Referência encontrada em PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 15. Branca Moreira Alves apresenta a dentista como Isabel de Mattos Dillon, narrando que essa mulher conseguiu exercitar o voto ainda durante o período monárquico em função de ter apelado à Lei Saraiva, que dava aos detentores de títulos científicos o direito de votar. Segundo essa autora, ela teria também tentado se apresentar como candidata à Assembleia Constituinte de 1890-1891, alegando que a legislação não vedava tal participação às mulheres. O Ministro do Interior do Governo Provisório, Cesário Alvim, teve conhecimento do pedido de Isabel e proibiu o voto feminino no Regulamento Eleitoral que deu forma à Assembleia para evitar que pedidos semelhantes voltassem a acontecer. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 91.

libertos havia vedação expressa, e não de gênero, não havendo esse tipo de impedimento realizado no mais elevado documento normativo do país⁴⁴. Em sua terra Isabel de Sousa Matos conseguiu o direito ao voto. Porém, ao tentar se alistar no Rio de Janeiro em 1890 ela não obteve êxito, tendo o direito suspenso. Ainda no século XIX, Isabel Dillon tentou se candidatar para a Assembleia Constituinte pela Bahia dentro do espírito de que em uma República as portas seriam mais facilmente abertas para as mulheres, mas não foi permitido a ela que se alistasse.

A oposição masculina ao voto da mulher era difícil de ser combatida e o mais grave é que ela era, em regra, velada e não expressa, tanto que as legislações não tinham sequer a preocupação de proibi-la. Havia uma concepção de mulher atrelada à ideia masculina de família e de distribuição de papéis sociais no qual não era sequer cogitado que as mulheres pudessem pleitear tal direito, uma vez que, no mundo público não deveriam ingressar. O âmbito de seu domínio e “natural” interesse era restrito ao lar. Esse tipo de argumento foi rebatido na imprensa feminista por Maria Clara Vilhena da Cunha, colaboradora de Josefina de Azevedo, no jornal “A Família”. Maria Clara desmistificava que o âmbito doméstico era a área em que a mulher deveria exercer o seu domínio, pois ainda no lar o homem era aquele que predominava, os seus interesses eram os que prevaleciam e cabia a ele a tomada das decisões importantes, bem como a administração do patrimônio da família⁴⁵.

O tema ganhou projeção e na Assembleia Constituinte para elaborar a Constituição Republicana de 1891 ele chegou a ser debatido. Houve a

⁴⁴ Art. 91 da Constituição de 1824:

Têm voto nestas Eleições primárias

I Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.

II Os estrangeiros naturalizados

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I Os que não tiverem de renda líquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II Os Libertos.

III Os criminosos pronunciados em querela, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, são hábeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos Arts. 92 e 94.

II Os Estrangeiros naturalizados.

III Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegíveis em cada Distrito Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

⁴⁵ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937*. PP. 83-84.

inviabilização de uma candidata para tal Assembleia, mas a possibilidade de voto feminino precisava ser discutida por aqueles encarregados de elaborar a Constituição Republicana. Alguns defensores dessa possibilidade foram Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. Porém, o voto não foi aprovado. Hahner esclarece que os Constituintes discutiam sobre a infantilidade do cérebro feminino, perturbados com o argumento de Tito Lívio de Castro⁴⁶. Os constituintes não se sentiam confortáveis em simplesmente assumir que era isso o que pensavam sobre as mulheres, mas acabavam encontrando outros argumentos para inviabilizar o voto delas. Poucos admitiam que realmente achavam que as mulheres eram fisicamente e mentalmente incapazes de agüentar os conflitos que ocorriam no mundo público. Lacerda Coutinho foi um que entendeu que nem a educação seria suficiente para produzir alterações na natureza feminina. Em suas palavras:

O Sr. Lacerda Coutinho - Mas, Sr. Presidente, quando ás mulheres coubesse esse direito, entendo que não se lho deveria dar; e digo mais: Ellas não o acceitariam; porque, si querem elevar a mulher, dando-lhe o direito de voto, não fazem mais do que amesquinhal-a , fazendo-a descer da elevada altura em que se acha collocada, da esphera serena da mãe de família, para vir entrar conosco no lodaçal das cabalas e tricaseleitoraes. A mulher deve ser a educadora da família, que tem de succeder-lhe nas virtudes domesticas; dar-he o direito do voto é privar o filho da solicitude com que a mãe sobre elle deve velar, de maneira que quando o homem retirar-se da lucta da vida externa e for entrar na vida interna, elle irá alli encontrar uma lucta mais cruel, porque a mulher é metade de si mesmo, e será metade de si mesmo contra a outra.

O organismo da mulher é muito diverso; Ella tem funcções que o homem não tem, essas funcções são tão delicadas, tão melindrosas, que basta a menor perturbação nervosa, um susto, um momento de excitação, para que se pervertam, e as consequencias sejam muitas vezes perversas.

⁴⁶ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937*. P. 84. Tito Lívio de Castro formou-se em medicina e um dos trabalhos produzidos foi “A mulher e a sociogenia”. Apesar de argumentos problemáticos se examinados a partir dos parâmetros atuais, Lívio de Castro fazia a defesa do divórcio, entendendo que a instituição do casamento como se encontrava somente atendia às necessidades de parcela reduzida da sociedade, sendo urgente a possibilidade de ruptura dos laços do casamento para que se estimulasse a oficialização das relações conjugais. Além disso, o jovem médico também argumentava que a diferença intelectual entre homens e mulheres não era um dado natural, de inaptidão feminina. Em primeiro lugar porque havia diferenças intelectuais entre homens em virtude do acesso à educação, em segundo lugar porque a diferença no acesso e na qualidade da educação recebida pelas meninas era ainda maior. Ele fazia, acima de tudo, uma crítica profunda ao sistema educacional brasileiro. Em suas palavras: “Nos outros paizes surprehende ver quanto é diminuta a instrucção da mulher em relação á do homem; no Brazil a supreza está em ver-se como é possível que a mulher ignore ainda mais do que o homem. Correndo embora os riscos a que se sujeita quem diz francamente a verdade, resumiremos as condições actuaes da instrucção no Brazil dizendo – A instrucção no homem é quasi nulla; na mulher é nulla”. LIVIO DE CASTRO. *A mulher e a sociogenia*. Obra Posthuma. Publicada sob a direcção de Manoel da Costa Paes. Rio de Janeiro: Francisco Alves C. PP. 202, 216-217.

O Sr. Lopes Trovão – Isso vem da educação.

O Sr. Lacerda Coutinho – O meu illustre collega está enganado, eduque a mulher como quizer que, não lhe há de mudar a natureza, porquanto as leis naturaes podem-se contrariar, mas não se postergam⁴⁷.

Nesse sentido, houve um esforço para se criar um determinado modelo de mulher que iria ser fundamental para a manutenção da estrutura familiar nascente no Brasil a partir do século XIX, com a utilização de imprensa, de discursos médicos, higienistas, e outros especialistas, ou seja, os mais variados atos performativos para moldar essa natureza feminina, que na Constituinte foi utilizada para inviabilizar o direito ao voto. A nobreza e a pureza femininas foram defendidas por esses especialistas para colocar as mulheres como responsáveis pelo bom funcionamento da vida doméstica. Em seguida, foram apropriadas pelas mulheres nas origens da imprensa feminista para reivindicar acesso à educação e ao trabalho, e agora seriam utilizadas para justificar a impossibilidade do voto feminino. A domesticidade das mulheres foi construída e atribuída como um dado natural e na Assembleia Constituinte tal argumento apareceu. A natureza doméstica da mulher implicava na inaptidão para diversas atividades, por esse motivo, poder-se-ia dividir as tarefas em masculinas e femininas, e tal raciocínio perdurou por muito tempo.

Além desse fator do espaço doméstico, as mulheres também supostamente seriam mais emotivas, atuando a partir de sentimentos do que utilizando a razão. Elas, portanto, serviriam para os cuidados da família e do lar, mas não para o mundo público. No lar ela seria o tal anjo que daria conforto e ampararia a família, seria a companheira afetuosa de seu marido. É interessante perceber justamente esse esforço de se criar o modelo, repetindo supostas aptidões naturais femininas, ao mesmo tempo em que se argumenta que determinados direitos não devem ser dados às mulheres para não desvirtuá-las. Isso demonstra a contradição desses argumentos que reivindicam diferenças naturais para fundamentar as diferenças de gênero. Se fossem aptidões naturais, não se deveria sequer pensar na possibilidade de desvirtuamento e se há necessidade de se preocupar em não

⁴⁷ *Annaes do Congresso Constituinte da República*. II: 544. Sessão de 14 de janeiro de 1891.

Disponível em:

<http://imagem.camara.gov.br/dc_20a.asp?DataIn=14%2F01%2F1891&txPagina=544&txSuplemento=&BtData=Pesquisa&opcao=7&selCodColecaoCsv=C&selDataIni=06%2F01%2F1890&selDataFim=25%2F02%2F1891&xDataIn=14%2F01%2F1891&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=>>

permitir a degeneração das mulheres e com isso das famílias é porque não há nada natural nessa estrutura. Havia uma preocupação de que ao se permitir o voto feminino, as mulheres passassem de companheiras de seus maridos a rivais, enquanto que elas deveriam estar restritas somente a ser a base moral da sociedade. Havia um tom aparentemente de preocupação nos discursos, de resguardo dessa nobre categoria, a mulher, em relação ao mundo público, que seria infestado de maldades, no intuito de preservá-la. Porém, notoriamente a preocupação era com a questão da concorrência, com o receio de que os espaços públicos deixassem de ser exclusivamente masculinos.

O positivista Lauro Sodré, na Assembleia Constituinte de 1891, entendia que o voto feminino era algo anárquico e fatal⁴⁸. Esses tipos de posicionamentos fizeram com que Josefina Alvares de Azevedo atacasse na publicação *A Mulher Moderna* profundamente a filosofia positivista, por seus representantes tratarem as mulheres como seres sem cérebro e sem qualquer possibilidade de desenvolvimento. Até esse momento na história brasileira os exemplos estrangeiros serviam para a manutenção dessa condição, já que em nenhum lugar a mulher tinha o direito ao voto, e os brasileiros olhavam muito para fora do país, no intuito de garantir um tom moderno para as suas discussões⁴⁹. Os constituintes brasileiros se atrelaram à legislação estrangeira enquanto que as feministas brasileiras cada vez mais tinham notícias do desenvolvimento das lutas das chamadas sufragetes na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Um dos que se manifestou favoravelmente ao voto das mulheres foi César Zama, considerando o tema como uma questão de Direito, tendo sido um dos responsáveis por trazer o tema do sufrágio para a Assembleia Constituinte, na sessão e 30 de dezembro de 1890, dizendo “Aceitando a República democrática, exijo-a com a sua condição indispensável, com o sufrágio universal, tão universal

⁴⁸ *Annaes do Congresso Constituinte da República*. II: 478. Sessão de 13 de janeiro de 1891. Disponível em http://imagem.camara.gov.br/dc_20a.asp?Datain=13%2F01%2F1891&txPagina=478&txSuplemento=&BtData=Pesquisa&opcao=7&selCodColecaoCsv=C&selDataIni=06%2F01%2F1890&selDataFim=25%2F02%2F1891&xDataIn=13%2F01%2F1891&xCbEvento=&xCbComissao=&xCbDoc=&xCbSubTipoDoc=>

⁴⁹ O primeiro lugar a permitir o voto feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Portanto, se os argumentos favoráveis ao voto feminino tivessem obtido êxito na Constituinte de 1891, o Brasil seria pioneiro no tema.

que até às mulheres se estenda o direito de tomar parte no festim político”⁵⁰. Ele criticava os constituintes contrários, uma vez que eles teriam um receio infundado de que o exercício do voto por parte das mulheres traria uma desorganização do lar e da família. Esses constituintes, segundo César Zama, não conseguiam explicar os motivos pelos quais o voto faria isso com os lares, ressaltando ainda que tal direito seria uma questão de tempo, e que bastaria que qualquer país importante na Europa concedesse direitos políticos às mulheres para que o Brasil o imitasse, sem colocar a questão do enfraquecimento das famílias. Apesar disso, Branca Moreira Alves observa que César Zama somente se manifestou em prol do voto feminino para defender também o voto de analfabetos, o que explicaria a fala dele, no sentido de se estender “até às mulheres” o direito ao voto, parecendo ser esta a última categoria ao merecimento de inclusão nos direitos políticos.

Costa Machado teria sido, de acordo com essa autora, o constituinte que pediu a palavra para especificamente fazer a defesa do sufrágio feminino, e o interessante é que parece que tal constituinte reclamou da arbitrariedade da mesa em função de ter demorado a ceder o tempo na tribuna⁵¹. Apesar de não estar expresso em nenhum lugar, pode-se concluir a partir dessa constatação da demora que o problema era, de fato, o voto da mulher e o tema precisava ser abafado, e muitas vezes o caminho mais interessante para tal empreitada não é sequer contradizê-lo e sim simplesmente ignorá-lo, fingir que a questão não existe e, com isso, tentar expulsá-lo da história. Essas considerações não seguiram em frente, não possuíam espaço na época, tendo sido o problema identificado, porém, deixado de lado, conforme aconteceu também entre as pioneiras americanas. Poucos republicanos mais radicais eram favoráveis aos direitos políticos para as mulheres, Lopes Trovão, além de defender o sufrágio feminino também se manifestava favoravelmente ao divórcio, mas o fato é que estes eram uma minoria. Hahner atenta para o fato de até mesmo uma proposta conservadora de se conceder o voto para mulheres com elevada qualificação, com títulos universitários, ou que tivessem propriedade sem estarem subordinadas a uma autoridade de um pai ou de um marido conseguiu ser aceita. Isso demonstra claramente que a dominação de gênero estava posta. Os positivistas chegaram a

⁵⁰ Anais do Congresso Constituinte da República. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924, v. I, p. 1052. Além disso, a referência também está em ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 98.

⁵¹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 98.

defender a inclusão de homens analfabetos como detentores de direitos políticos, o que também não foi aceito, mas mulheres portadoras de diplomas universitários nem cogitaram em apoiar, afinal, eram mulheres⁵².

Apesar das feministas brasileiras terem se frustrado com a não aprovação do voto feminino na Constituinte, o fato era que o tema estava posto e a partir daquele momento as discussões somente seriam ampliadas. Além disso, a boa notícia era que a Constituição de 1891 não vinha afirmando o voto feminino, mas também não vedava, simplesmente ignorando o tema. O que por um lado poderia significar que se as mulheres não eram sequer cogitadas como capazes para exercício de direitos políticos, por outro lado, permitiria que em um momento mais breve o direito voltasse a ser reivindicado. A vedação expressa sem dúvida tornaria a argumentação em favor do voto das mulheres mais trabalhosa. A redação do artigo referente à possibilidade de votar ficou da seguinte forma na Constituição de 1891:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alista-se eleitores para as eleições federais, ou para os Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;

3º As praças de pret, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas ao voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual⁵³.

⁵² HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937*. P. 87.

⁵³ Foi apresentada na Assembleia Constituinte emenda dizendo “1º) Fica garantida às mulheres a plenitude dos direitos civis, nos termos do artigo 72. 2º) Fica conferido o direito eleitoral às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, às que estiverem na posse de seus bens, nos termos da lei eleitoral”. Anais do Congresso Constituinte, v. II, p. 439, 1-1-1891. Apud ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 99. A pretensão sequer foi garantir o voto a todas as mulheres. A proposta concretamente apresentada, no caso do voto feminino, combinava critérios econômicos, o que é algo muito eficaz para se romper com a frágil estrutura de um feminismo nascente, criando cisões internas e possibilitando argumentos já conhecidos de que o feminismo seria algo burguês, etc. Novamente, essa concepção parece não ter surgido com as militantes feministas e sim a partir de freios externos a elas no intuito de impossibilitar avanços. De qualquer forma, a emenda caiu, com o auxílio do parecer de Almeida Nogueira:

Declaro que votei contra a emenda assinada pelos senhores Saldanha Marinho e outros, conferindo o direito eleitoral às mulheres, porque coerente com as idéias que expendi na sessão de 2 do corrente, considero escusada e inconveniente aquela menção especial e expressa, visto achar-se compreendido implicitamente o direito das mulheres ao alistamento eleitoral e ao exercício do voto, na generalidade dos termos do projeto constitucional de todas as leis e regulamentos eleitorais.

Anais do Congresso Constituinte, v. II, p. 617, 16-1-1891. Também em ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 99.

No período após a Constituição de 1891 as discussões sobre os direitos políticos das mulheres seriam intensificadas. Como dito acima, o tema estava posto e, além disso, estava mal resolvido. A advogada Myrthes de Campos, primeira mulher a ser aceita e ingressar no Instituto da Ordem dos Advogado, a partir de 1910 começou a se empenhar em demonstrar que o desempenho das mulheres em funções tradicionalmente masculinas poderia ser de excelência, a partir de seu exemplo. Mulheres como ela se encarregavam sempre de fazer de suas histórias esse exemplo, obrigando-se a um desempenho profissional melhor e mais eficiente do que os desempenhos de seus colegas de profissão homens, para que a ruptura com seus papéis tradicionais fosse justificada. Myrthes de Campos reiniciou o procedimento de requerer o alistamento eleitoral utilizando o argumento de que a legislação não vedava o voto da mulher. O seu pedido foi indeferido, porém, essa lacuna do texto foi utilizada outras vezes.

Branca Moreira Alves ressalta que na comarca de Minas Novas, em Minas Gerais, no ano de 1905 três mulheres conseguiram se alistar e votar: Alzira Vieira Ferreira Netto, posteriormente formada em medicina, Cândida Maria dos Santos, professora de escola pública e Clotilde Francisca de Oliveira⁵⁴. A retomada dos debates sobre o tema de forma sistematizada foi promovida especialmente pela professora Leolinda Daltro, que também requereu o alistamento com a petição argumentando no sentido da constitucionalidade do voto, mas teve o pedido negado. Leolinda foi uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino, em 1910, cujo paradoxo interessante era ser um partido político fundado por pessoas que não tinham direitos políticos e, nesse sentido, a atuação dele deveria ser fora dos padrões instituídos de atuação dos partidos. A fundadora já tinha uma trajetória peculiar e exótica para uma mulher de seu tempo, pois criou sozinha cinco filhos após se separar do marido e iniciou uma caminhada solitária em 1895 pelo interior do país defendendo os índios, especialmente em virtude não somente do extermínio físico, como também da catequese imposta a esses grupos. A outra

A questão de se explicitar ou não um grupo minoritário que deveria ser alcançado por uma norma geral é um ponto ainda hoje problemático, com o argumento falacioso de que esses grupos já estariam abrangidos pela categoria mais ampla. Nesse sentido, constata-se que a discussão já havia acontecido em 1891. Na Assembleia Constituinte de 1987-1988 o tema retorna, com constituintes dizendo que era absurdo haver menção sobre negros, índios e mulheres, uma vez que todos eram humanos, estando representados. O exemplo irá ser trabalhado no momento adequado.

⁵⁴ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 95.

fundadora renomada foi Gilka Machado, conhecida por provocar escândalos em função de sua produção de poemas eróticos.

No ano de 1917 elas promoveram uma marcha no centro Rio de Janeiro em defesa do voto feminino, que contou com a participação de noventa mulheres. Sem dúvida, era um número reduzido que participava dessas atividades, especialmente se comparada às experiências americanas. Porém, o objetivo era dar publicidade a essa reivindicação e se apropriar de um espaço que ainda era primordialmente masculino, o espaço público. Apesar das poucas mulheres envolvidas na marcha, houve alguma repercussão, pois no mesmo ano o deputado Maurício de Lacerda apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados que instituía o sufrágio feminino no país. Branca Moreira Alves cita a justificativa da proposta, bastante interessante de ser analisada em um trabalho que examina discursos⁵⁵. O deputado entendia que a mulher já havia se inserido em todas as atividades e se demonstrado tão eficiente quanto o homem, o que tornava superado o argumento de que o sexo feminino era incapaz. É interessante observar que o critério ou parâmetro de qualidade no exercício dessas tais atividades invadidas pelas mulheres era o exercício das mesmas por homens. Como a mulher havia se equiparado a ele na eficiência, logo ela era legítima para reivindicar esse lugar e fazia jus ao voto. O deputado ainda apresentou críticas à forma como o termo “cidadãos” do artigo da Constituição de 1891 estava sendo interpretado, pois se o artigo 70 não fazia referência ao sexo como critério que geraria a impossibilidade de se alistar, então a mulher estaria automaticamente incluída. Por fim, o deputado também fez uso da questão moral, atrelando a elevação do nível de moralidade do eleitorado à possibilidade de participação política da mulher.

A relação entre mulher e moral é constantemente reafirmada e não poderia ser diferente nesse momento. As mulheres já haviam conseguido reivindicar o acesso à educação justamente por se verem responsáveis pelo desenvolvimento moral da família, em um processo de distorção e ressignificação das intenções originais de se deixá-las restritas ao âmbito doméstico. No momento da reivindicação do voto esse podia ser também um argumento forte, afinal, se elas eram dotadas dessa moral mais elevada, nada mais “natural” do que em vez de fazer com que esse benefício fosse de proveito exclusivamente doméstico,

⁵⁵ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 96.

passasse a ser usufruído também pelo mundo público – os benefícios de se terem seres moralmente mais elevados gerindo as coisas públicas. Estrategicamente, era uma porta de entrada válida naquele momento. Era um meio de fazer o tema ser mais aceito. Por outro lado, sabe-se de todas as implicações de se afirmar essa suposta moralidade, que levam ao maior rigor na avaliação da atuação das mulheres em âmbito público e das exigências mais severas em relação aos comportamentos femininos na esfera privada, em virtude de resguardarem a honra da família.

Cabe ressaltar que outros temas apareciam além do direito ao voto, como a identificação da existência de uma exploração sexual que era vivenciada por mulheres, antecipando um assunto que somente ingressaria de fato na agenda feminista a partir da segunda metade do século XX, conforme esclarece Céli Pinto⁵⁶. O Partido Republicano Feminino teve suas atividades encerradas no final da década de 1910, mas apesar da curta existência, conseguiu fazer com que o tema dos direitos políticos para as mulheres ganhasse mais espaço. O voto feminino, porém, não ficaria sem um grupo que o defendesse após o encerramento das atividades do Partido Republicano Feminino.

No ano de 1918 a jovem Bertha Lutz, talvez uma das feministas mais conhecidas no país posteriormente, voltava ao Brasil, após um período considerável de estudos em Paris, onde fez sua formação como bióloga em Sorbonne. Posteriormente se formou em Direito, em 1934. A situação da jovem era estratégica em vários sentidos. Em primeiro lugar, o período fora do país a colocou em contato com o feminismo europeu, e esse tipo de contato, como já foi visto ao longo deste capítulo, foi fundamental para o aquecimento das mobilizações internas, sendo um grande diferencial citar exemplos de países em que as mulheres já possuíam mais direitos ou pelo menos suas causas eram consideradas com mais seriedade. Além disso, Bertha Lutz pertencia a duas elites brasileiras: a intelectual e a econômica. O fato de pertencer à elite intelectual fez

⁵⁶ Conforme o Regimento do Partido Republicano Feminino, In PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Pp. 18-19.

§2º Pugar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século (...);

§4º Pugar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira. (...)

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

com que as portas da educação especialmente superior se abrissem a ela, pois era filha de uma enfermeira inglesa e de um cientista brasileiro de renome, Adolfo Lutz. Seus pais valorizavam a educação, tendo seu pai casado com uma mulher com formação. Esse pertencimento à elite econômica garantiu que fosse sustentada nos anos de estudo e, posteriormente, fez com que as portas de políticos brasileiros fossem abertas a ela e à causa do voto feminino. Ela, portanto, “tinha voz”, ela falava e era ouvida.

Bertha Lutz, ao regressar ao Brasil, começou a escrever cartas para a Revista da Semana, em que iniciou sua campanha para despertar o interesse de mulheres e discutir seus direitos, especialmente a grande questão pendente: o voto⁵⁷. Ela disse expressamente, de início, que se encontrava preocupada com as condições femininas, afirmando que poderia sentir de forma mais direta os problemas referentes ao tema em função de ter conseguido provocar uma ruptura com o papel tradicionalmente imposto a uma mulher, na medida em que ingressava em uma carreira científica. Ela conseguiu constatar em sua trajetória estudantil que existiam outras mulheres iguais a ela, que conseguiram ultrapassar os papéis que a elas eram destinados. Portanto, ela conhecia várias que poderiam ser citadas como exemplo de que a mulher poderia e deveria se equiparar ao homem. Elas eram bem sucedidas, e isso precisava ser de conhecimento público, especialmente de outras mulheres. O intuito desse tipo de carta poderia ser o de despertar nas mulheres o desejo de seguir abrindo caminhos em áreas entendidas como masculinas.

Do meio do século XIX até o início do século XX, tem-se, então um caminho que foi do direito à educação para melhor desempenhar suas funções típicas dos cuidados com a família, passando simplesmente pela educação e trabalho, especialmente porque algumas mulheres dependiam dele para se sustentar dignamente, até chegar à igual capacidade de exercer essas funções masculinas, que deveria resultar em aquisição de direitos, para que os interesses das mulheres passassem a ser resguardados. Bertha Lutz desde seus escritos iniciais se dizia irritada com a forma como seu sexo era tratado pelos homens, reivindicando que as mulheres deveriam ser respeitadas como seres humanos e

⁵⁷ Data do dia 28-12-1918 sua primeira carta, conforme esclarece Branca Moreira Alves. Revista da Semana, Rio de Janeiro, 28-12-1918. Apud ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 99.

não como um artigo de luxo, que deve servir ao seu homem. Essa condição de subordinação feminina, em sua opinião, era de responsabilidade, em boa parte, dos homens, que detinham as instituições públicas, a política e a produção de leis em suas mãos exclusivamente. Nesse sentido, ela reivindicava uma função diferente para a mulher, descolada daquela estabelecida quando o modelo de família passou a ser propriamente o burguês. Aqui cabe uma reflexão sobre a forma como Bertha Lutz atuava. Tal feminista foi associada ao feminismo liberal, ou burguês, especialmente por ter ficado tão centrada no sufrágio e por ter acesso fácil ao poder. Ela lutava por direitos negados pelo Estado às mulheres, mas viajava para conferências internacionais feministas representando o Estado brasileiro. Apesar disso, não se deve deixar de reconhecer que a percepção dela foi além do sufrágio, constatando o problema da distribuição de papéis e o acesso à educação e a possibilidades profissionais, ainda que tenha centrado sua atuação no sufrágio. Céli Pinto é uma autora que divide o feminismo do início do século XX em um bem comportado e outro mal criado, sendo o primeiro o das sufragistas, especialmente encabeçado por Bertha Lutz, e o segundo o anarquista, liderado por escritoras, artistas e operárias, que colocavam a questão do trabalho. Para Céli Pinto, as primeiras não afrontavam o poder, mas buscavam apoio nele, já as segundas eram mais combativas⁵⁸. Adiante, antes de ingressar na segunda parte do capítulo, algumas peculiaridades em relação às feministas anarquistas serão trabalhadas. Por hora, sem desmerecer uma ou outra corrente, o fato é que Bertha Lutz, apesar de não realizar qualquer referência a questões econômicas ou de classe, ajudou, com seu próprio exemplo, a divulgar outra possibilidade de vida para mulheres, distante daquilo que era tradicionalmente esperado delas, inclusive economicamente, na medida em que defendia o exercício de profissões masculinas por mulheres, ao argumentar que o desempenho e a eficiência eram os mesmos.

Para o modelo de vida doméstica da época, o estilo de vida de Bertha Lutz, uma mulher cientista e política, com trânsito relativamente livre no mundo público, não deixava de ser perturbador e tal figura liderava o movimento sufragista com bastante empenho. Bertha Lutz fez uma proposta à colunista da Revista da Semana para fundar uma associação com o objetivo de lutar pelos

⁵⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 38.

direitos políticos das mulheres. Tal colunista responde nega a proposta, mas faz elogios à Bertha, enaltecendo sua inteligência, tendo ela sido “educada como a de um homem”. Negou-se a tal empreitada justificando que o povo brasileiro não teria o espírito associativo e as mulheres não saberiam “se amar a ponto de poderem se congregar”. A colunista seguiu propondo que as esperanças deveriam ser depositadas nas moças pobres, que precisavam trabalhar – e teriam o exemplo de Bertha – e poderiam alcançar a independência econômica sem terem que fazer uso da beleza para a própria subsistência⁵⁹.

Essas falas são excelentes exemplos do que se esperava de uma mulher no início do século, especialmente observando que foram ditas por outra mulher, colunista de uma revista, que teoricamente seria propícia às rupturas dos modelos de gênero. Em primeiro lugar, ela pretendeu fazer um elogio à Bertha Lutz, equiparando sua inteligência à de um homem. Tem-se novamente a relação hierárquica entre homens e mulheres, em que o homem seria o paradigma de excelência a ser atingido caso uma mulher quisesse sair de seu mundo. Outra questão trazida pela fala da colunista diz respeito à suposta falta de companheirismo feminino, como se todas fossem inimigas inatas, ou incapazes de qualquer constituição de comum em prol da defesa de suas vidas, ou melhor, da saída da contingência na qual as suas vidas estavam inseridas. Por fim, a referência feita em relação às moças pobres retrata que, apesar de se estar já no meio da segunda década do século XX e o tema ter sido discutido na imprensa feminista no século anterior, o trabalho feminino, em regra, era legitimado ou em função de necessidade financeira, sendo a opção para que essas moças não ingressassem na prostituição e se mantivessem honestas, com a possibilidade de serem salvas por um casamento, ou para o voluntariado, no caso das mulheres de classe média ou alta. O trabalho ainda não era visto como um caminho de autonomia para as mulheres.

Nesses termos, Bertha Lutz era revolucionária, e segundo a colunista, exemplo para as moças pobres, como se estas pudessem ter as esperanças de naquela época ter acesso aos meios que possibilitaram a formação da feminista, que contou com os recursos de uma família favorável ao investimento nos estudos da filha. Tal constatação não invalida a experiência de Bertha Lutz, uma vez que

⁵⁹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 100.

ela poderia ter tido acesso a estudos, mas não ter se interessado, ou não ter transformado a sua experiência em um fator que deveria ser viabilizado para as mulheres. Qualquer movimento revolucionário precisa encontrar ou produzir mínimas condições favoráveis para conseguir se constituir e continuar existindo. Bertha encontrou essas condições em sua estrutura familiar. Teve a sensibilidade de mostrar às brasileiras outras formas de vida para as mulheres, trazendo a experiência vivida na França e atualizando as informações acerca das mobilizações por direitos das mulheres na Europa.

No caso de Bertha Lutz, já que recursos financeiros não eram problemas, assim como sua família aparentemente também não parecia ser um problema, a sua luta seria direcionada especificamente para o voto, para a conquista de direitos políticos por parte das mulheres. A questão da diferenciação política entre homens e mulheres era a grande defasagem que sentia em sua vida. Portanto, ela não reivindicaria além por entender que esse era o primeiro passo, no caso dela, um passo fundamental. Não era esse feminismo um complô de mulheres burguesas, era somente uma das formas de percepção da desigualdade e dominação instituídas a partir dos paradigmas de gênero. Existiram outras formas de perceber, a partir de experiências de outras mulheres, que também se encontravam sujeitas a dominação de gênero. Nesses termos, uma não invalidaria a outra.

O feminismo anarquista surgiu dessas outras experiências. O início do século XX também implicou em um aquecimento da indústria, aproveitando a mão de obra de imigrantes que já haviam começado a chegar ao país no final do século anterior. Esses imigrantes trouxeram com eles o ideário anarquista que já perpassava a Europa, trazendo também discussões referentes à exploração do trabalho praticada pelos capitalistas. Eles estimularam greves operárias no Brasil e, além disso, tinham imprensa própria, em que a participação das mulheres como colaboradoras foi muito forte⁶⁰. Em relação às questões de dominação de gênero, Céli Pinto afirma que os anarquistas, e posteriormente as pessoas ligadas ao ideário comunista, tinham interpretações muito ambíguas, não reconhecendo essa forma de opressão como autônoma, colocando-a em um patamar inferior aos impactos da dominação de classe. A autora cita a experiência de Luci Fabbri, anarquista brasileira que tinha resistências ao ideário feminista e somente aos

⁶⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 33.

noventa anos de idade, repensando a sua trajetória, reconheceu a peculiaridade das questões de gênero. Ainda assim, Luci Fabbri fez uma referência fundada em nada mais do que o tradicional papel atribuído à mulher, sem refletir sobre a imposição do comportamento, ou a expectativa social de que as mulheres reproduzissem a lógica do cuidado, atrelando o tema quase que a um aspecto natural do gênero feminino. Nesses termos, a sua posição sobre o tema provocaria um impacto menor do que as chamadas erroneamente de feministas liberais.

As mulheres têm algo de seu para dar, algo de gênero, uma experiência única não competitiva: a economia doméstica, em que as crianças têm precedência, em que os velhos estão assistidos porque são velhos, em que cada qual dá o que pode e consome o que necessita, isto é a economia doméstica. Nos últimos tempos, tenho pensado que vale a pena ocupar-se do problema da mulher sobretudo nesse sentido⁶¹.

A análise de Luce Fabbri sobre a dinâmica das relações de gênero não pareceu problematizar os motivos pelos quais caberia às mulheres justamente passar por essa experiência não competitiva, cuidar de crianças e velhos. O interessante é salientar que a apreensão dela sobre essa suposta natureza feminina, é oposta à apresentada pela colunista interlocutora de Bertha Lutz, que atribuiu à mulher uma especial dificuldade de reunião, em virtude de não conseguirem companheirismo necessário para a organização de um grupo que atuaria em comum. Ela poderia não ter problematizado essa divisão assumindo que, independente de ser uma característica feminina ou não, ficava reservado às mulheres esse tipo de tarefa, que desenvolvia habilidades diferentes das masculinas e essa experiência seria igualmente válida inclusive para repensar as formas de relacionamentos e o papel do cuidado. Nesse sentido, as mulheres teriam contribuições a realizar uma vez que ficaram encarregadas dessas funções, ainda que por imposição social⁶². De qualquer forma, ela não pareceu colocar em xeque a estrutura familiar, como, por exemplo, as liberais americanas fizeram, ainda que tenham sido obrigadas a recuar.

Apesar de Céli Pinto trazer o depoimento de Luci Fabbri ressaltando que o feminismo não era bem visto entre os anarquistas, ela entende que as

⁶¹ RAGO, Margareth. Entre a história e a liberdade – Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. 315. In PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 34.

⁶² A questão do cuidado é muito bem trabalhada por Rosiska Darcy de Oliveira aqui no Brasil, especialmente no livro *Reengenharia do Tempo*.

manifestações mais radicalmente feministas estavam entre as anarquistas, no início do século XX, pois elas identificariam a exploração da mulher em virtude propriamente das relações de gênero. Segundo Céli Pinto, elas apontavam a opressão masculina de forma direta, sem os pudores das sufragistas⁶³, que tinham uma preocupação maior em estabelecer contatos para conseguir conquistar o voto. O gênero foi percebido pelas anarquistas como algo fundamental que estruturava as desigualdades instituídas nas relações de trabalho, que foi citado em um texto elaborado pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro⁶⁴. Essas mulheres anteciparam um tema que somente seria retomado no final do século XX, uma vez que trataram sobre uma forma de opressão específica que atravessava o tema do feminismo, implicando em suas diferentes correntes.

O poder dos homens estava fundamentado na dominação das mulheres, na interpretação que Céli Pinto realiza sobre as anarquistas, enquanto que as sufragistas somente se preocupavam com inclusão. Supostamente, na interpretação dessa autora, as sufragistas não teriam identificado a relação entre os fatos dos homens terem mais poder e a exclusão das mulheres. Além disso, o problema do trabalho era central para as anarquistas e as condições nele eram piores em virtude do fato de serem mulheres. Um dos temas centrais era a jornada de trabalho, e em seguida a dupla jornada de trabalho, que inviabilizava uma maior qualificação das mulheres, o aprimoramento para ascensão pessoal e profissional, decorrente da escassez de tempo.

Céli Pinto afirma que houve uma tentativa de aproximação entre as anarquistas e as sufragistas no Brasil. Maria Lacerda Moura, mineira nascida em 1887, ativista anarquista e professora, tentou estabelecer vínculos com Bertha Lutz. Maria Lacerda Moura escrevia sobre participação política, defendia o amor livre e a educação sexual, também demonstrando preocupação com os impactos da industrialização e da urbanização nas vidas das mulheres. Porém, a

⁶³ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 34.

⁶⁴ A Emancipação da Mulher

Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!

Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a Emancipação da Mulher. Homens conscientes!

Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fabricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis. Trabalhadores!

A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher.

União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, 1920.

aproximação não teria dado certo e Maria Moura se colocou na década de 1920 contra as sufragistas, realizando uma oposição forte contra a proposta de Bertha Lutz e a luta pelo voto, a partir do anarquismo. Maria Moura afirmou que a emancipação da mulher não poderia ser resumida a tão pouco: “o programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo; quer fazer compreender a mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social”⁶⁵. Cabem aqui algumas observações sobre esse discurso. Assim como a imprensa feminista denominada mais comportada, a anarquista também tendeu a exacerbar o papel social da mulher, na medida em que este seria “grandioso”. Já foi constatada a ambiguidade desse tipo de estratégia, que, sem dúvida, tem o valor de pegar um argumento originariamente cunhado para a manutenção da mulher na esfera doméstica, para transformá-lo em um argumento favorável à reivindicação de direitos para mulheres e à saída para o mundo público. Se ela deveria desempenhar um papel grandioso para a sua integralização na vida social, ela deveria, portanto, ter acesso à educação, à qualificação profissional e às mesmas profissões dos homens. O risco disso é justamente a valorização do papel tradicional da mulher, como a responsável pelos cuidados, aquela a ser preservada ou poupada dos desgastes do espaço público. Portanto, no que diz respeito às estratégias argumentativas, as anarquistas e as “comportadas” se aproximaram, na

⁶⁵ A declaração de Maria Moura foi retirada de Céli Pinto, que trabalhou com a biografia escrita por Miriam Moreira Leite e o embate entre as imprensas feministas chamadas como comportadas, como a Revista Feminina, e a anarquista, como O Grito Operário e A Plebe. No jornal A Plebe, Isabel Cerruti escreveu sobre o sufrágio: “A Revista Feminina em seu programa propõe propugnar pela emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. É isto que chamam de emancipação feminina? (...) Qualquer reforma das leis vigentes que venha conferir-lhe direitos políticos iguais aos do homem não a põe a salvo das chacotas e humilhações, não a livra de ser espezinhada pelo sexo forte e prepotente, enquanto perdurar a moral social que constringe e protege a prostituição”. A autora terminou o seu artigo na revista fazendo uma defesa do amor livre. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 37. É interessante observar a perspectiva que ela tinha sobre a prostituição. Por esse trecho selecionado, ela atrelava a existência da prostituição ao controle exercido sobre a sexualidade feminina e o amor livre, por exemplo, seria uma forma de combatê-la. Em certa medida, ela estava correta, pois a existência das prostitutas foi interpretada como necessária para a manutenção da honra das moças, o que dividiria as mulheres em categoriais sociais, com papéis previamente definidos, as moças de família, para casar, e as outras. Cada qual tem uma moral diferente, condizente com as expectativas sociais sobre os seus comportamentos. Se essa moral fosse rompida, essa divisão seria infundada, porém poderia ser levantada outra questão, que passa pelo problema da divisão de papéis, mas também diz respeito a outro fator, o do desejo masculino, ou ao fato de homens acharem que seus desejos sempre devem atendidos, ainda que para isso eles paguem, se recusando ao aceite de uma negativa feminina. O sustentáculo da prostituição está ligado à moral sexual imposta à mulher, à sociedade capitalista, conforme ressaltavam as anarquistas e também ao desejo masculino, que seria o reflexo dessa moral instauradora da existência de duas mulheres.

medida em que as primeiras recorriam aos discursos produzidos pelas segundas na imprensa ao longo da segunda metade do século XIX.

A constatação de que o sufrágio era insuficiente foi pertinente, e esse problema foi enfrentado diretamente também pelas pioneiras americanas, o que gerou um recuo em termos de reivindicação por parte delas, para que conseguissem avanços parciais. Para Maria Moura, o homem aparecia como explorador da mulher na condição do patrão capitalista que negava direitos às empregadas e retribuía de forma insuficiente o trabalho feminino. Ela exigia uma transformação social mais profunda e acusava Bertha Lutz de ser conivente com esse tipo de dominação por não denunciá-la e restringir o tema aos direitos políticos em vez de produzir denúncias em relação ao comportamento masculino. Maria Lacerda Moura identificou o problema do exercício da dominação de gênero com maior precisão do que as chamadas feministas liberais brasileiras. O voto nunca seria o suficiente para liberar a mulher. Porém, as liberais não diziam que o problema seria resolvido pelo voto, sendo ele um ponto de partida. De fato, Bertha Lutz se preocupou com a reputação que os movimentos feministas estrangeiros tinham aqui no Brasil, de luta de mulheres sem atributos femininos, de cabelos curtos e extremadas, em função da imagem que o feminismo inglês enviava, especialmente pelas ações mais duras, para o direito ao voto ser consolidado. As experiências das Pankhurst, importadas por uma parte do feminismo americano, foram negadas no Brasil por Bertha Lutz, que dizia expressamente que o feminismo brasileiro não usaria essas estratégias.

A negação de um feminismo mais profundo⁶⁶ por Bertha Lutz pode ter sido fruto de um envolvimento com o problema da classe, conforme as anarquistas apontavam, porém, não se pode atribuí-la somente a esse aspecto. Bertha Lutz era de classe econômica elevada e, como foi falado, foi educada por pai e mãe que investiram na educação de uma filha. Ela podia não ter essa percepção de dominação de gênero tão direta em virtude de sua experiência pessoal e identificar de forma mais fácil o problema da participação política por ser a restrição que atingia a sua vida. Além disso, talvez soubesse que apesar do

⁶⁶ Não foi utilizado aqui o termo feminismo radical, por se tratar de uma expressão que tecnicamente tem um significado preciso para as teorias feministas, tendo como um dos expoentes desse tipo de teoria a feminista americana Catharine MacKinnon, professora de Direito Constitucional e Direito Comparado da Universidade de Harvard, autora de *Toward a Feminist Theory of The State*, entre outros.

problema ser mais profundo, seria difícil ingressar nesse tipo de debate, e, assim como as americanas, sabia que deveria abrir mão de discutir todos os problemas de gênero da época em prol do sucesso de uma das causas, em vez de inviabilizar qualquer reivindicação feminista. Ao mesmo tempo, Bertha Lutz também recorreu a argumentos como o aumento da eficiência das donas de casa caso elas tivessem maior acesso à educação, afirmando que o ambiente doméstico era eminentemente feminino.

Tratava a questão operária como assistencialista, afirmando que mulheres de classes altas deveriam dedicar bens, tempo e prestígio em prol da utilidade social e as mulheres pobres deveriam ter facilidades para procurar no trabalho os recursos para a independência. Ao mencionar as condições de vida operária, sempre se referiu às mulheres operárias, nunca à classe operária⁶⁷, o que esbarra novamente em sua dificuldade de lidar com problemas de classe, mas o fato é que os operários tinham maior acesso ao espaço público do que as operárias, e a perspectiva de gênero era diferente e inovadora. O interessante é perceber como as demandas não eram excludentes. A luta pelo voto não inviabilizava tecnicamente as reivindicações das anarquistas. Melhor o voto do que não ter direitos políticos, desde que ele não fosse considerado pelos movimentos brasileiros como o ápice a ser alcançado e sim um degrau. O receio das anarquistas talvez fosse um aparente esgotamento do feminismo uma vez conquistado o voto, já que as mudanças deveriam ser mais profundas. Por outro lado, a dominação de gênero estava, e ainda está, longe de ser uma peculiaridade do padrão capitalista, caso contrário, as famílias e a vida privada das mulheres seriam diferentes. Anarquistas e liberais seriam concepções parciais dos problemas de gênero, cada grupo adotando posições relacionadas às experiências de vida de seus membros, e não poderia ser diferente. Ambas eram feminismo, pois ambas tratavam de formas de dominação exercidas a partir da sexualidade, das reproduções e repetições de modelos de masculino e feminino, limitando formas de vida de homens e mulheres.

A história de Bertha Lutz se confunde com a história do incremento da luta pelos direitos políticos de mulheres no Brasil. Ela também entendia que as mulheres dispostas a ter carreira enfrentavam barreiras sociais grandes, apesar de argumentar em publicações que as funções de mulheres como responsáveis pelo

⁶⁷ ALVEZ, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Pp. 100-101.

lar não estavam em risco com a luta pelo voto feminino. Por esse motivo, fez de sua própria vida uma busca para viabilização e ampliação do espaço público para mulheres. As mulheres deveriam ganhar espaço na administração pública. Maria José de Castro Rabello Mendes havia sido primeira colocada no concurso para terceiro oficial da Seção de Comércio do Ministério do Exterior, tendo conseguido tomar posse após um parecer favorável a ela dado pelo consultor jurídico Rui Barbosa⁶⁸. Em julho de 1919 Bertha realizou sua inscrição para o concurso de secretário do Museu Nacional, concurso esse que tinham dez homens inscritos além dela, única mulher. A cobrança sobre ela era grande, inclusive de sua família, pois era símbolo da nova mulher na opinião pública. As atenções estariam voltadas para ela. Bertha relatou que pensou em desistir após a primeira prova, a de português, mas sua mãe cobrou que ela persistisse no concurso. Em suas palavras sobre essa experiência:

Quando fomos fazer a prova, eram dez homens e eu. A primeira era de Português. Caiu um trecho de Camões. Analisei e voltei para a casa. Disse para a minha mãe: “eu acho que eu não vou voltar, porque minha prova de português não foi boa. Ela me disse: “você não vai voltar? Pra que você foi se inscrever se agora você não vai voltar? Agora você não voltando, toda mulher que for entrar em concurso fica prejudicada pelo que você fez. Porque você se inscreveu e largou no meio. De modo que você pense bem”. E acabou me incitando a voltar... Eu voltei, e foi muito bom, porque aliás eu tinha tirado uma nota muito boa. Mas alguns deles erraram. Aliás, tinha lá um candidato, eu achei uma coisa muito curiosa, porque no dia seguinte ele mandou uma carta ao diretor do Museu dizendo que viu que tinha uma mulher fazendo o concurso e que isso era contra todas as boas normas da moral e da família, de modo que ele não queria continuar. O engraçado é que ele me viu lá na prova e não disse nada. Foi só depois que ele largou. Afinal eu

⁶⁸ Interessante observar que, apesar de Rui Barbosa ter sido favorável à posse de Maria José de Castro Rabello Mendes e, posteriormente, ter defendido o voto feminino, ele já havia se manifestado contrariamente à educação mista no início do século XX ao discutir uma reforma no ensino. A experiência já ocorria nos Estados Unidos e ele atribuiu tal fato à sociedade americana ser muito competitiva, por ser protestante, diferente da brasileira, eminentemente católica. Tal educação seria estranha aos costumes brasileiros e, por isso, uma violência que, de acordo com ele, seria equiparável a obrigar as muçulmanas a não usar véu porque as americanas não o utilizavam. Para justificar sua posição, Rui Barbosa teria apelado para uma combinação de argumentos morais, religiosos e científicos, costurando um emaranhado de idéias paradoxais. Segundo Marilena Chauí, ele não teria encontrado dificuldades em tirar conclusões valorativas de argumentos científicos, que seriam supostamente dotados de neutralidade e não-valorativos. A educação mista seria contrária às recomendações científicas porque poderia gerar competições e rivalidades entre os sexos. Esse estímulo à competição atuaria de forma superior nas meninas, de acordo com Rui Barbosa, portanto, elas não deveriam ser expostas a essa violência. O protestantismo seria violentamente competitivo, o catolicismo não. O ideal seria estabelecer escolas somente para meninas, assim, a honra das mulheres e sua natureza seriam mais bem preservada, preservando as futuras mães. As meninas, criadas por mães castas e de grande coração, deveriam ser poupadas de sentar ao lado de meninos de uma família qualquer, não havendo benefícios no estabelecimento dessa igualdade nos bancos da escola. CHAUI, Marilena. Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 12ª Ed., 1991.PP. 120-124.

tirei primeiro lugar e fui nomeada... No meu caso também consultaram o consultor jurídico, Raul Penido, que deu o mesmo parecer⁶⁹.

A nomeação para o cargo teve repercussão pública grande para os padrões da época e no mesmo ano do concurso, 1919, ela fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Não foi essa uma organização com pretensões de provocar grandes transformações e impactos sociais. Se Bertha Lutz tinha sensibilidade pessoalmente para outros aspectos da dominação de gênero, a Liga surgiu com o objetivo específico de intensificar os esforços para a conquista do voto da mulher. Como já mencionado, essa era uma questão que a atingia e, por isso, sua militância estava voltada para o voto. A experiência vivida na Europa foi relevante para que Bertha Lutz aderisse a essa causa e a Liga teve importante atuação na orientação de parlamentares para a elaboração de projetos para o sufrágio feminino. As ambigüidades entre os depoimentos de Bertha e sua argumentação ou fundamentação para o voto feminino, esta última sempre no sentido de não despertar alarde social, são interessantes, pois na sua experiência pessoal há um tom de radicalidade que não aparecia na fundamentação do voto enviada a parlamentares, comprovando que, ao contrário do que as anarquistas diziam, ela não era insensível às questões, mas percebia que para viabilizar pelo menos um dos direitos, e o voto era central em uma democracia representativa, ela não poderia colocar todas as questões e provocar a chamada opinião pública. Tudo indica que ela tenha percebido que o enfrentamento proposto pelas anarquistas simplesmente não as levaria a lugar algum, no máximo a serem alvo de mais chacota ou até mesmo a sofrerem repressões e terem a luta inviabilizada. Ela sem dúvida se aproveitava da sua posição de prestígio na sociedade, bem como de outras feministas de classe econômica elevada e com influência política. Elas atuavam de uma forma que foi interpretada de forma simplória como covarde, comportada ou simplesmente como atrelada aos interesses burgueses, mas que pode denotar inteligência política, com ações sinuosas e eficazes. Nas suas palavras sobre feminismo, sufrágio e atuação inicial da Liga:

⁶⁹ Entrevista de Bertha Lutz concedida a Branca Moreira Alves. ALVEZ, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 104.

Eu sempre me interessei muito, porque quando estive na Inglaterra antes da guerra vi a campanha feminista e achava muito interessante. Minha mãe não participava, mas eu disse que queria ir também. Ela disse: “você não pode ir. Elas têm razão, mas você não pode ir porque você não é inglesa, e a campanha está muito braba, de vez em quando elas vão presas e você como vai ficar, uma menor que não é inglesa”. E não me deixava ir... Bom, depois quando voltei da Europa eu não gostava da atitude aqui... Aí quando eu fiz o concurso os jornais foram me perguntar se eu era feminista ou se eu trabalhava porque precisava. Eu respondi que não precisava, que trabalhava porque era feminista e achava que a mulher deve trabalhar como os homens, tem a mesma capacidade e os mesmos direitos. Eu estava esperando a ocasião para começar... Começou assim: O Senador Chermont apresentou no Senado projeto de voto para a mulher. Na Câmara havia uma lei, e dois deputados aqui do Distrito Federal apresentaram uma emenda que as mulheres podiam votar. Então já tinha esses dois projetos. Eu tinha conhecido em Paris D. Jerônima Mesquita, uma mulher extraordinária. Ela me disse: “se você algum dia quiser fazer alguma coisa pelas mulheres no Brasil pode me chamar”. Então eu procurei D. Jerônima e disse: “tem um projeto no Senado e eu acho que a gente deve tentar ajudar, porque senão podem derrubar”. Eu fui com ela ao Senado. Foi a primeira vez que nós começamos. E conversamos lá com o Chermont, cuja mulher era muito feminista, ajudava, convidava pessoas para almoçar ou jantar, para fazer a propaganda. Resolvemos também falar com o líder da maioria Senador Bueno Brandão. Ele era da mesma zona de Minas que a família de D. Jerônima. A mãe dela tinha uma fazenda muito grande, ele contava muito com o eleitorado.⁷⁰

Como condenar a atuação dessas mulheres, se foi a partir dela que o tema teve maior amplitude e a discussão acerca do voto feminino deixou de ser motivo de deboche passando a ser considerado um tema sério? A Liga era formada por mulheres que tinham “o trunfo” nas palavras de Branca Moreira Alves, de pertencer à burguesia, serem de famílias importantes, filhas, esposas e amigas de homens completamente inseridos na estrutura de poder do país e graças a influências que essas mulheres exerciam sobre esses homens, elas conseguiam chegar ao Congresso Nacional, à Presidência e conquistaram parte da imprensa, entre outros recursos, fazendo uso da estrutura oligárquica da República Velha, com seus currais eleitorais, conforme o final do depoimento acima, para conseguirem serem ouvidas por congressistas. Promoviam reuniões sociais para sensibilizar os congressistas para a causa e por conta disso, convenceram deputados e senadores a propiciar o avanço das emendas que diziam respeito ao sufrágio feminino⁷¹. A Liga pela Emancipação da Mulher teve a função de concentrar os esforços para a conquista do voto, o que implicou em uma limitação da causa feminista por lado, mas por outro, significou uma intensificação das discussões em torno do tema e após a estruturação da Liga, uma das medidas

⁷⁰ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 104.

⁷¹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P.105.

iniciais foi o envio de uma carta para os deputados Bethencourt Filho e Nogueira Penido, que propuseram emenda à lei eleitoral para permitir o alistamento de mulheres e a outros membros da Comissão de Constituição e Justiça. Tal documento tinha o objetivo de demonstrar os argumentos relevantes para a conquista do voto pelas mulheres que eram utilizados pelas militantes. A primeira parte se dedicava a apresentar os países nos quais as mulheres já haviam conquistado tal direito. Branca Moreira Alves diz terem sido enumerados cerca de trinta países⁷². As mulheres eram eleitoras na Nova Zelândia desde 1893, na Finlândia desde 1906, na Alemanha e na Inglaterra desde 1918 e nos Estados Unidos desde 1919/1920. Além disso, a preocupação da Liga era tentar acalmar os ânimos em relação aos destinos das famílias caso as mulheres passassem a votar. Isso porque havia um temor de que a vida familiar fosse desestruturada e a Liga defendia que nos lugares em que as mulheres já votavam as famílias não haviam sido dissipadas.

O voto não seria um impedimento aos outros deveres cumpridos pelas mulheres, além disso, seria uma contribuição para a moralização da política brasileira. Nesse sentido, fica claro o receio de que os temores sociais acerca do abalo do papel da mulher na família pudessem inviabilizar a conquista do voto. Por esse motivo, Bertha Lutz e as demais militantes pelo voto tinham a preocupação de esclarecer que as famílias não seriam ameaçadas e que o voto somente seria uma forma de levar a moral e a eficiência feminina no lar para o campo da política. Novamente o argumento associando mulher e moral foi colocado, mas agora com a intenção de facilitar o acesso ao voto por parte das mulheres. Um dos deputados que aderiu à causa do voto das mulheres de forma mais entusiasmada a partir dos trabalhos da Liga foi Juvenal Lamartine, que posteriormente foi o responsável pela produção da lei estadual que estendeu o voto às mulheres, quando foi governador do Rio Grande do Norte, e foi o parecer dado por ele, com os subsídios fornecidos pela Liga, na Câmara dos Deputados que inaugurou os debates sobre o tema no Congresso em 1920.

⁷² ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P.105. As referências a outros países já haviam sido introduzidas por Bertha Lutz na Revista da Semana, em 14 de dezembro de 1918, no texto “As mulheres morenas”, em que mencionava que as louras, russas, finlandesas, dinamarquesas e inglesas já partilhavam ou partilhariam em pouco tempo de seus governos, podendo eleger e serem eleitas, porém as mulheres morenas continuavam subalternas e sendo alvo de ofensas por parte da imprensa no Rio de Janeiro. Nesse sentido: PINTO, Céli, Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 23.

A fundamentação e o desenvolvimento da questão seguem uma sequência lógica, já expostas nos movimentos anteriores dos E.U.A. e da Inglaterra e que seria repetida aqui. Inicia-se a argumentação demonstrando o grande avanço da mulher com relação à participação em todos os setores da vida social; inclui-se a lista, cada vez maior, de países em que a mulher já goza do direito de voto; reitera-se que os deveres familiares não serão esquecidos; enfatizam-se os benefícios da atividade da mulher junto à maternidade e à infância, campos que lhe são específicos por natureza; e refutam-se os argumentos jurídicos contrários⁷³.

Esse trabalho realizado por Lamartine foi a partir de uma proposta existente favorável ao voto da mulher apresentada pelo senador Justo Chermont em 1919. Branca Moreira Alves afirma que o senador Lopes Gonçalves já havia apresentado um parecer favorável no ano de 1921 e no dia 10 de outubro de 1922, a partir do esforço de Juvenal Lamartine o projeto foi aceito para que se realizasse a primeira discussão. Segundo a autora, o que impediu a discussão de seguir adiante com o conseqüente sucesso da causa foi a eleição para a Presidência da República de Arthur Bernardes, grande opositor da extensão do voto para as mulheres⁷⁴. Por esse motivo, o projeto foi deixado de lado, já que o momento não era considerado adequado para discutir o tema. Na verdade, o momento vivido pelo país, a República Velha, não era o mais favorável ao voto em sentido amplo, menos ainda seria ao voto feminino. As lutas feministas esbarravam nos limites impostos não somente pelo patriarcado no Brasil, mas também pela própria estrutura oligárquica. O peso do voto era algo que ainda deveria ser buscado para a concretização de uma democracia representativa.

Apesar disso, as sufragistas continuaram com suas reuniões e articulações. Em 1922 a Liga foi transformada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, quando Bertha Lutz retornou de sua viagem aos Estados Unidos, onde foi com o objetivo de representar as militantes brasileiras na Conferência Pan-Americana de Mulheres. Tal convenção teve o objetivo de promover uma articulação entre militantes feministas de diferentes países para que se buscasse a educação da mulher, a proteção às crianças e às mulheres que trabalhavam na indústria, a eliminação do tráfico de mulheres e a alteração da situação das mulheres em relação às legislações civis dos países. É interessante ressaltar que grande parte das questões propostas nessa Conferência é atual. A ideia da

⁷³ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 106.

⁷⁴ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 107.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino surgiu quando Bertha conheceu Carrie Chapman Catt, na época presidente da NAWSA em tal evento, e a consultou acerca da viabilidade de se organizar uma associação no Brasil que fosse semelhante à americana. Carrie Chapman Catt redigiu o estatuto da Federação junto com Bertha Lutz e se ofereceu para vir ao Brasil. A Federação almejava congregar em seu corpo as mais variadas associações espalhadas pelo Brasil que lutavam por direitos das mulheres. O estatuto da Federação mencionava direitos políticos, mas também fazia previsão para articulações em torno da educação da mulher, proteção da maternidade, esforços para garantir legislação sobre trabalho feminino, orientação profissional e solidariedade entre os movimentos feministas americanos.

A pretensão da Federação aparentemente era fazer os direitos das mulheres permearem as mais variadas regiões do país. Porém, a forma de filiação à FBPF não era inclusiva, dependendo na verdade de convite da própria Bertha Lutz para que alguma mulher pudesse fazer parte. Nesse sentido, Bertha observava as que se destacavam e realizava o convite pessoal, como foi o caso das primeiras engenheiras e advogadas brasileiras que integraram a Federação. Além disso, o quadro diretor se manteve o mesmo, com Bertha sempre na presidência. Aquelas que não concordavam com a fundadora eram levadas ou a manterem-se em silêncio ou a romper com a Federação. Sem dúvida esse fator foi fundamental para que mulheres de outras classes sociais não conseguissem ingressar no movimento feminista, tendo Bertha Lutz sido a grande responsável por guiar as lutas pelo voto da mulher até a conquista desse direito. A inauguração dos trabalhos da FBPF foi um seminário organizado por tal instituição, que conforme esperado, contou com a presença de Carrie Catt. O evento foi anunciado no Jornal do Comércio em 18 de novembro de 1922, com a divulgação dos objetivos da Federação e da presença da americana. O objetivo de Lutz era afastar a ideia da luta pelo voto da mulher no Brasil das *suffragettes* radicais inglesas e americanas e, por esse motivo, a presença da senhora Catt era fundamental, pois ela foi uma das responsáveis por afastar a NAWSA das radicais americanas⁷⁵.

⁷⁵ Esse evento, de acordo com Branca Moreira Alves, seguiu exatamente os passos traçado por Catt a Lutz para colocar o tema em debate no Congresso. A primeira sugestão foi chamar políticos influentes para a composição da mesa, o que não era difícil para Bertha Lutz. A conferência contou com a presença do Vice-Presidente da República Estácio Coimbra e com os Senadores Lopes Gonçalves e Lauro Müller, tendo o Lopes Gonçalves sido também responsável pelo

As organizadoras da conferência conseguiram fazer com que o evento tivesse projeção. Os jornais da época trouxeram resumos das teses defendidas no evento e dos discursos proferidos e o tema passava a ser tratado com seriedade. Além disso, esse não foi o único evento em defesa do voto da mulher. Houve também no ano de 1922 um congresso no Instituto da Ordem dos Advogados em que foi aprovada uma moção afirmando a constitucionalidade do voto da mulher, a partir dos trabalhos realizados pela advogada Myrthes de Campos e meses depois Rui Barbosa teria se posicionado publicamente no Teatro João Caetano em uma conferência pela constitucionalidade do voto da mulher. Após a conferência inaugural da FBPF, escritórios regionais de tal organização foram fundados em diferentes estados da Federação, em parceria com outras associações, com o objetivo de organizar outras conferências locais para conquistar o apoio da opinião pública. A FBPF era uma organização de grande notoriedade, porém ainda existiam outras com o objetivo de discutir e promover direitos para as mulheres. Uma delas era denominada Partido Liberal Feminino, fundado em 1925 por Julita Monteiro Soares, cuja preocupação principal era com a mulher operária, mais ainda com a mulher do trabalhador, para que ela resguardasse seus interesses próprios, ajudasse no combate à fome e ao analfabetismo. Tal organização também pleiteava o direito ao voto para mulheres, e o caminho da argumentação era semelhante ao das feministas burguesas brasileiras: “a defesa do voto é feita com base nas ‘qualidades femininas’, no ‘espírito de bondade, de horror à violência, de inquebrantável fidelidade às leis de Deus’ que possui a mulher,

primeiro parecer favorável ao projeto Chermont sobre voto feminino. Lauro Müller, no encontro, defendeu a constitucionalidade da proposta aconselhando-as a não esperar para que ele fosse concedido e sim mergulhassem na ação. Como estratégia recomendou que elas conseguissem algum governador de Estado que se aliasse à proposta e colocasse o voto feminino em um Estado da federação para que ocorresse uma espécie de efeito cascata, pois “os homens são como os carneiros. Um vai na frente, os outros vão atrás. As sras. têm que furar a cerca. Procurar um governador de Estado que fure a cerca, que dê o voto às mulheres no Estado dele, e atrás disso vão todos os Estados da Federação”. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, pp. 114-115. Na época deputado federal, de 1906 a 1926, Juvenal Lamartine prometeu a Bertha Lutz durante a conferência que se ele chegasse à presidência do seu Estado ele furaria a cerca. Em 1927, quando era senador, lançou sua candidatura para o governo do Rio Grande do Norte e em sua plataforma ele colocou o voto feminino, momento em que a Assembleia Legislativa discutia reformas na Constituição do Estado. Ainda do Rio de Janeiro, Lamartine pediu para que o presidente do Estado na época da reforma, José Augusto Bezerra de Medeiros, incluísse o direito ao voto para mulheres e a Constituição do Rio Grande do Norte trouxe tal previsão no art. 77 das Disposições Gerais, que apresentou a seguinte redação “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 117.

qualidades essas que poderão sanear os males sociais”⁷⁶. A mulher era chamada a votar com o intuito de tentar corrigir os vícios dos homens na política. Esse tipo de argumento da virtuosidade da mulher que apareceu na imprensa do século XIX sempre retorna como fundamento para pleitear direito e ao que parece contou com a utilização tanto por parte das chamadas feministas liberais, como por parte das que tentavam criar espaço feminista entre as operárias. Já foi mencionado que esse tipo de argumento era uma espécie de distorção do seu uso original, que pretendia fixar a mulher no âmbito doméstico, pois por conta de suas virtudes inerentes à sua natureza, as mulheres teriam condições de transformar a qualidade da política e deveriam sim invadir o chamado mundo público. Por outro lado, cabe relembrar os problemas apresentados ao longo do capítulo acerca da valorização do feminino, com a defesa de que mulheres seriam virtuosas, que vão desde a afirmação de uma natureza que acaba fixando e estabilizando papéis até a maior preocupação social em relação à conduta feminina. Sendo assim, é importante examinar esse tipo de argumento como sendo uma possibilidade estratégica para ampliar direitos, mas que pode e deve ser revisto sempre que não mais for eficaz, uma vez que ele ora serve para liberar e ampliar direitos, ora serve para limitar. O interessante é observar a utilização dessa estratégia por parte de pessoas que representariam posições diferentes sobre as prioridades em relação a direitos para mulheres.

O voto feminino contou com outro projeto em 1924 apresentado por Basílio de Magalhães⁷⁷. O objetivo da proposta era a inclusão da mulher na condição de eleitora, porém, o autor restringia a possibilidade do voto feminino, na medida em que colocava como necessário o consentimento do marido, caso a mulher fosse casada e não desquitada. Tal projeto, obviamente, foi combatido pelas militantes da FBPF. Em 1925 o senador Moniz Sodré apresentou outro projeto que estendia os direitos políticos para as mulheres. A redação dizia o seguinte: “Ficam reconhecidos às mulheres todos os direitos políticos de que gozam os cidadãos brasileiros”. Branca Moreira Alves afirma que essa proposta era interessante na medida em que incluía expressamente as mulheres no rol dos cidadãos, o que seria necessário para combater argumentos contrários que insistiam em afirmar que as mulheres não estavam incluídas na generalização do

⁷⁶ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 115.

⁷⁷ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 116.

termo ‘cidadãos’⁷⁸. Foram alguns os projetos que tentaram viabilizar os direitos políticos para as mulheres, porém, os esforços não produziram efeito nesse período. Apesar de Washington Luís ter incluído o tema em sua campanha, ao assumir a Presidência sucedendo Arthur Bernardes, ele deixou a proposta de lado. Ao mesmo tempo, a atuação da FBPF nesse período foi no sentido de apoiar o surgimento de organizações profissionais de mulheres pelo país e as organizações existentes, ampliando os temas de interesse da FBPF. Tal feito foi importante porque mulheres e crianças eram as duas partes mais exploradas e fragilizadas entre os trabalhadores. Além disso, demonstra que as militantes sufragistas da FBPF não eram completamente alheias às necessidades de outras categorias, apesar de toda a centralização na figura de Bertha Lutz, tendo reconhecido uma forma de dominação específica, pelas quais as mulheres trabalhadoras passavam e que se diferenciava das preocupações das burguesas e dos problemas enfrentados pelos homens trabalhadores. Apesar disso, já foi mencionado que a aproximação entre sufragistas e mulheres trabalhadoras não foi bem sucedida.

Até a conquista do voto feminino com o Código Eleitoral de 1932 e com o ingresso do direito na Constituição de 1934 o tema esteve em disputa, porém o apoio à causa cresceu ao longo da década de 1920 e talvez a inserção dos direitos políticos na agenda de debates no Congresso Nacional através do apoio de determinados congressistas e do apoio da imprensa à causa tenham sido as conquistas mais significativas do grupo de Bertha Lutz. O ano de 1927 foi um marco em virtude da possibilidade do voto ter aparecido na Constituição do Rio Grande do Norte o que ajudou a projetar o debate, pois as feministas solicitaram à chamada Comissão de Justiça do Senado que o projeto do voto fosse discutido novamente. Ele foi debatido e aprovado, com parecer favorável elaborado naquele momento por Aristides Rocha. Este Senador já vinha sendo assessorado sobre o tema pelas feministas e, por isso, o parecer trouxe em seu corpo uma análise das conquistas da mulher brasileira e das discussões sobre o tema. Uma petição assinada por duas mil mulheres foi encaminhada ao Senado para apoiar o voto feminino. Branca Moreira Alves compreende que esse número era bastante significativo para a época, não somente em virtude da população brasileira, mas

⁷⁸ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 116.

especialmente porque, havia uma indiferença da mulher em relação à participação política e a seus direitos como um todo⁷⁹.

O Senador Thomás Rodrigues se esforçou para retardar a votação do projeto no plenário da Casa para que ele só fosse analisado no ano seguinte, após o recesso, por isso solicitou vista. Ele percebeu que fazia parte de uma minoria que não estava propícia a permitir o acesso aos direitos políticos para mulheres e, por conta disso, propôs que houvesse uma transição lenta, com um projeto que fosse menos radical do que o apresentado. Sua sugestão era permitir somente uma espécie de voto qualificado, para mulheres economicamente independentes. Dessa forma, o Senador conseguiria afastar dois fantasmas, o gênero e a classe. O voto feminino iria expandir demasiadamente o número de eleitores, abrindo possibilidades para novos temas. Ao restringi-lo a mulheres economicamente independentes o Senador conseguiria excluir a grande maioria de mulheres, incluindo nesse grupo até mesmo as da burguesia, pois eram poucas as titulares da referida qualidade. A proposta de Thomás Rodrigues foi mal recebida pela imprensa, o que demonstra que o tema já não era rejeitado socialmente.

Ainda no fim de 1927 o projeto de lei foi a plenário, porém, recebeu emendas propostas por dois Senadores. O Senador Pires Ferreira pleiteou a elevação da idade mínima de 21 anos para 35 anos, com o intuito de “evitar que viessem para o Senado meninas de pouca idade”. A outra emenda foi apresentada pelo Senador João Thomé, qualificando o voto feminino, com a exigência de que para votar e ser votada a mulher deveria ter títulos científicos ou deveria ser professora e não estar nem sob o poder marital, nem paterno. Também teriam direitos políticos as que estavam na posse e administração de seus bens⁸⁰. Poucas mulheres poderiam preencher esses requisitos. Por conta dessas propostas, a votação foi adiada. A Comissão examinou as emendas e ambas foram rejeitadas. Porém, o tema foi deixado de lado pelos congressistas.

O esforço da FBPF era não deixar a questão ser esquecida. Algumas mulheres ficaram entusiasmadas com a possibilidade de voto feminino a partir do exemplo dado no Rio Grande do Norte e, em outros Estados, elas pleitearam o alistamento. Este era deferido ou não dependendo de cada juiz responsável pela

⁷⁹ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 118.

⁸⁰ O Imparcial, Rio de Janeiro, 13-12-1927, In ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*, p. 118

análise do pedido. Esse ato espontâneo de diferentes mulheres em diferentes Estados fez com que o tema sempre ganhasse espaço na imprensa nacional. Bertha Lutz e Carmen Portinho se aproveitaram desse momento, voaram sobre a Capital Federal jogando panfletos favoráveis aos direitos políticos para a mulher. Bertha Lutz fez, ainda, o trajeto até o Rio Grande do Norte de avião, lançando os mesmos panfletos em oito capitais. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino promoveu a publicação de coletâneas de decisões favoráveis, posteriormente, em 1929, no intuito de auxiliar a justificar o voto, promovendo os argumentos favoráveis.

Ao tomar posse, a primeira mulher eleita, no município de Lajes, Alzira Soriano afirmou para os jornais que “a mulher pode ser mãe e esposa amantíssima e oferecer ao mesmo tempo à pátria uma boa parcela das suas energias cívicas e morais”⁸¹. A primeira mulher eleita demonstrou preocupação em justificar, mais uma vez com o argumento da sua aptidão moral e cívica, a saída da mulher para o mundo público, uma vez que esse espaço não era aquele no qual ela deveria estar. Ela pediu uma espécie de desculpas e apresentou a justificativa para fundamentar tal tomada de espaço: a experiência da mulher como guardiã moral da família que poderia salvar a política. Com tantas referências a esse tipo de estratégia por parte de mulheres que lutavam por direitos, pode-se concluir que ele foi importante para ajudar a fundamentar essa passagem, da família para a participação política, auxiliando a causa a ganhar espaço e simpatia na imprensa.

Porém, o argumento de Alzira Soriano apontou para outro problema que viria a ser fonte de cobranças de muitas mulheres em relação às feministas, o acúmulo de funções. O fato de a mulher ser “mãe e esposa amantíssima” ao mesmo tempo em que governaria uma cidade queria dizer que ela jamais abandonaria a sua função original, pleiteava-se um novo espaço sem reestruturar o antigo. Em um curto espaço de tempo isso foi um facilitador para que as mulheres conseguissem direitos políticos, por outro lado, muitas até os dias atuais, se ressentem das feministas, atribuindo a elas a atual dupla jornada, em vez de problematizar a estrutura familiar, que não poderia ser combatida naquele momento, em virtude do risco de se inviabilizar os direitos políticos para mulheres, mas que hoje em dia pode ser constituída em outras bases justamente

⁸¹ O país, Rio de Janeiro, 1 e 2 de outubro de 1928, apud ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 119.

em virtude da ida da mulher para outros espaços além do atribuído tradicionalmente a ela.

Nas mesmas eleições em que houve a eleição de Alzira Soriano, foi eleito Senador pelo Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros. Foi provocada uma discussão acerca da validade dos votos femininos no Rio Grande do Norte para as eleições no Senado, obrigando as feministas a intensificar os trabalhos favoráveis ao voto das mulheres e a apresentar todos os pareceres de juristas que já haviam se posicionado favoráveis ao tema, enfatizando aqueles no sentido de não entenderem ser necessária uma nova lei para a viabilização dos direitos políticos das mulheres, uma vez que não havia vedação constitucional. Alguns ainda entenderam que a anulação dos votos femininos seria uma afronta ao Poder Judiciário, na medida em que alguns juízes já haviam autorizado o exercício do voto para as mulheres que recorreram a tal Poder. Foi designado como relator o senador Godofredo Viana, cuja defesa da depuração dos votos era fundada no fato de que juízes eleitorais não poderiam analisar questões constitucionais e, uma vez que haviam realizado tal análise e se posicionado politicamente e não juridicamente, eles agora poderiam estar sujeitos às decisões do Senado. A Comissão de Poderes do Senado Federal decidiu pela depuração dos votos em 1928 e solicitou a anulação de todos os votos femininos⁸². A FBPF lançou um manifesto inspirado em outros elaborados por diferentes países em defesa da igualdade política e jurídica da mulher, intitulado Declaração de Direitos da Mulher. Nesse documento, Branca Moreira Alves ressalta que a estratégia era dar um aspecto sóbrio ao tema, para expor os argumentos contrários aos direitos políticos para mulheres, que se fundavam em lei natural ou divina, não sendo dotados da chamada racionalidade⁸³.

⁸² Nessa ocasião das eleições no Rio Grande do Norte, as duas primeiras mulheres que se alistaram foram Celina Vianna, de Mossoró, e Júlia Barbosa, de Natal. Na mesma eleição Alzira Teixeira Soriano foi a primeira mulher eleita prefeita, no município de Lages, em 1928.

⁸³ Declaração de Direitos da Mulher:

1 – As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercerem, sem peias, os seus direitos e deveres individuais.

2 – Os sexos são interdependentes e devem, ou ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarreta, inevitavelmente, prejuízos para o outro e, conseqüentemente, para a Nação.

3 – Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes, tendentes a coarctar a mulher, a limitar a sua instrução, a entrar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo na vida moderna intenso desequilíbrio social.

Já havia sido mencionado o incremento dos pedidos feitos por mulheres ao Poder Judiciário para alistamento após o estado do Rio Grande do Norte ter tornado realidade o exercício de tal direito. Nesse sentido, ao longo do ano de 1929 as solicitações continuaram, com a eventual negação de um ou outro pedido, em que o juiz apresentava uma argumentação confusa, que apelava para uma interpretação a partir da vontade do legislador constituinte, que não teve a intenção de considerar a mulher como abrangida pela concepção de cidadão. Pedidos foram deferidos no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no próprio Rio Grande do Norte. Uma mulher pediu o direito de se alistar como eleitora em Niterói, porém seu título foi impugnado por outro eleitor. Nathércia da Silveira foi a advogada nomeada pela FBPF para defender os interesses dessa mulher e em sede de recurso ela conseguiu a manutenção de seu título de eleitora. Essas lutas por alistamento possuem importância, apesar de decorrerem diretamente de esforços individuais de diferentes mulheres. Porém, a FBPF dava apoio à causa e às mulheres que encontrassem dificuldades no alistamento. Além disso, foi por conta desses processos que, até a Revolução de 1930, dez estados brasileiros já contavam com eleitoras.

4 – A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa deste direito à mulher, uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral.

5 – As Nações que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei, os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder como aos do sexo masculino o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na Justiça.

6 – Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade, proclamados inalienáveis pela declaração de independência das Democracias Americanas, e hoje reconhecidos por todas as nações civilizadas da terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Pp. 120-121.

Além da divulgação em imprensa dessa declaração, as feministas ainda distribuíram anteriormente folhetos com discursos de parlamentares favoráveis à causa, citações de juristas e um mapa dos lugares em que o voto feminino já havia se tornado realidade. Cabe ressaltar que como o voto da mulher foi discutido na Constituinte que originou a Constituição de 1891, o Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a garantir tal direito. Porém, o pioneirismo foi deixado para a Nova Zelândia, em 1893. Após a desconsideração dos votos femininos para o Senado em 1928, as feministas utilizaram o formato de declaração para trazer força para as suas reivindicações, estratégia essa utilizada em inúmeras experiências internacionais anteriores, inclusive por parte de mulheres, conforme exemplos de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges narrados no início do capítulo. A estrutura de declaração tem como um dos objetivos fundamentar a reivindicação ou justificar determinada tomada de decisão. Em regra elas possuem algumas incoerências internas, que podem ser fruto de estratégia de argumentação. Nesse caso, é interessante observar o estabelecimento da igual situação de liberdade inicial entre homens e mulheres no primeiro item e a afirmação de interdependência e cooperação entre os sexos do segundo item, que poderiam desencadear uma afirmação da distribuição de funções definidas a partir do sexo, porém, tendo certeza de que esse não era o intuito das feministas que redigiram tal texto.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino havia decidido por não se posicionar no conflito que desencadeou o processo revolucionário que colocou fim à República Velha. Minas Gerais se sentiu preterida com a indicação do paulista, Júlio Prestes para a Presidência da República. Nesse momento, oficialmente a FBPF se manteve apartidária, porém, era de conhecimento público que Bertha Lutz tinha preferência por tal candidato paulista, que já havia se manifestado favoravelmente aos direitos políticos para mulheres. As militantes da FBPF procuravam não dar qualquer tipo de declaração que pudesse vinculá-las a qualquer corrente política, pois pretendiam garantir os direitos políticos para as mulheres independente daquele que assumisse a Presidência da República.

A advogada gaúcha Nathércia da Silveira descumpriu a posição oficial ao participar de um comício da Aliança Liberal contrário a Washington Luís e a Júlio Prestes e proferiu um discurso de oposição ao governo. Ao sofrer represália de Bertha Lutz, a advogada decidiu se desligar da FBPF e fundar a Aliança Nacional de Mulheres, que de acordo com a própria fundadora, cresceu rapidamente e possuiu cerca de três mil mulheres associadas, pois estrategicamente as militantes assumiam um discurso mais popular, indo a subúrbios, em casas de particulares e fábricas, investigando as condições de trabalho de mulheres⁸⁴. Essa associação

⁸⁴ Os objetivos anunciados da Aliança Nacional de Mulheres eram os seguintes, publicados na Gazeta de São Paulo em 17 de novembro de 1931:

- 1 – Trabalhar pela elevação intelectual e independência econômica e segurança moral da mulher;
 - 2 – Zelar-lhe pelos interesses coletivos:
 - a) Amparando-a no trabalho, em todos os ramos de atividade;
 - b) Pleiteando seus direitos e aspirações legítimas;
 - c) Prestando-lhe assistência moral, médica e judiciária;
 - d) Manifestando e defendendo, oportunamente, idéias e medidas, referentes a cada ramo de trabalho e que visem dar à mulher maior segurança econômica e independência moral;
 - e) Encaminhando para o trabalho mulheres que dele careçam;
 - 3 – Pleitear medidas tendentes a beneficiar as mães e a infância;
 - 4 – Assegurar à mulher o uso e gozo dos direitos civis e políticos que lhes são inerentes;
 - 5- Trabalhar pela estabilidade da família, por uma comunhão maior de estímulos e aspirações.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 122.
- De fato, houve uma mudança na ênfase das reivindicações. Os direitos políticos apareceram como um dos itens, mas não era dotado de maior relevância. Além disso, a afirmação proferida por Maria Alexandrina Ferreira Chaves de que estava se juntando a tal organização porque era ela que representaria a mulher que trabalha pode levar a outra reflexão, acerca do problema da definição do que seria considerado trabalho. As mulheres de classes mais pobres certamente sentiam a necessidade de buscar por trabalho fora e estavam sujeitas às condições de exploração dessa forma de trabalho, mas no que se refere às funções atribuídas à mulher dentro de casa, talvez a situação de mulheres de classes tão distantes pudessem ser aproximadas, identificando ao menos nesse espaço um problema que diz respeito a gênero e que se pode aprofundar na medida em que as próprias feministas não identificam como trabalho. É interessante observar também as semelhanças. Ambas as organizações se preocupavam com a educação e qualificação da mulher. E assim como a declaração da FBPF fazia menção à cooperação entre homens e mulheres, o que poderia induzir a uma divisão de papéis a partir da divisão de gênero, o texto da Aliança Nacional

conseguiu construir um espaço entre as mulheres operárias, especialmente em virtude da assistência jurídica disponibilizada por advogadas trabalhistas e Nathércia da Silveira conquistou força eleitoral nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, organizando um congresso feminista em 1931.

A FBPF também cresceu ao longo do tempo, reunindo doze associações de mulheres no país. Enquanto a Aliança contou com três mil mulheres, a FBPF reuniu cerca de mil, porém a segunda tinha força política em virtude do prestígio de Berth e pela atuação de suas associadas. Havia núcleos estaduais da FBPF em alguns lugares como Minas Gerais, Pernambuco, Bahía, Sergipe e Alagoas. Em 1931 a Federação também organizou um congresso, o II Congresso Internacional Feminista, a partir de sete objetivos: discussão sobre educação da mulher, proteção às mães e à infância, garantias de legislações para o trabalho feminino, auxílio às iniciativas da mulher, serviços sociais, direitos civis e políticos e estreitamento das relações entre Estados americanos e demais relações internacionais do movimento. A pauta de 1931 da FBPF concedeu maior atenção às questões trabalhistas que afetavam as mulheres.

As medidas que seriam pleiteadas iam desde a fundação de um escritório para a defesa de interesses das mulheres e crianças com inspiração no *Women's Bureau* nos Estados Unidos, férias, salário mínimo, igualdade de remuneração para o exercício de trabalho igual, licença maternidade de dois meses, que deveria ser remunerada pelo Estado quando funcionária pública e para as funcionárias do setor privado deveria ser instaurada uma comissão para criar mecanismos de pagamento com o objetivo de a mulher não sofrer nenhum tipo de represália por fatores econômicos, educação voltada para uma profissão e formação de política para proteção da criança e da mulher e impossibilitar o tráfico de pessoas. A FBPF apresentou pontos relevantes para as operárias, mas foi acusada pela Aliança de não formular uma saída para o impasse do pagamento da licença maternidade quando a mulher era empregada no setor privado, o que as vinculava ao sistema capitalista. Além disso, as mulheres pertencentes à Aliança, na convocação do Primeiro Congresso Feminino Mineiro, fizeram a proposta de

de Mulheres pregou a estabilidade da família, a comunhão de estímulos e aspirações. Elas poderiam ter percebido, assim como as chamadas feministas liberais, que problematizar as relações familiares geraria barreiras insuperáveis naquele momento, afetando as demais reivindicações. Além disso, a comunhão maior e aspirações poderiam levar novamente para a separação de papéis fundada no gênero.

refletir sobre as questões da mulher na perspectiva nacional, demonstrando a insatisfação com a relação da FBPF com as americanas. As componentes da Aliança eram advogadas, engenheiras e médicas. A operária, de fato, estava afastada da administração, apesar da criação da organização ter acontecido para atender aos interesses dessas mulheres.

A exposição dessa estrutura demonstra bem o argumento desenvolvido por Butler apresentados ao longo do primeiro capítulo sobre os paradoxos da instauração de identidades, além do problema da política de representação. Mulheres trabalhadoras, ou que exerciam atividades profissionais fora do âmbito doméstico, se uniam em virtude da necessidade de atendimento de suas especificidades, diferentes das mulheres da burguesia, mas algumas seriam as responsáveis pela representação, enfeixando ou simbolizando a categoria “mulheres trabalhadoras”. As responsáveis por essa representação eram as que decorriam do grupo original de Bertha Lutz, o que não implica em dizer que as reivindicações e mecanismos de luta eram os mesmos da FBPF, mas também não autoriza colocar as duas associações em posições completamente opostas.

A instauração do Governo Provisório fez com que as militantes, tanto da FBPF quanto da Aliança, em prol dos direitos políticos para mulheres recuperassem as esperanças de conquistar as suas demandas com a elaboração de uma nova Constituição, até porque a Aliança Nacional de Mulheres havia surgido de uma defesa da própria aliança que produzira a chegada de Getúlio ao poder. Porém, com a nomeação de Carlos Maximiliano para comandar estudos sobre reforma eleitoral houve receio de prejuízo para a questão de direitos políticos para mulheres, uma vez que esse jurista tinha proposta de voto feminino qualitativo. Para solucionar esse problema imposto ao voto, somente alguém com certo poder, certa influência e desenvoltura política poderia dar conta. Apesar de não ter manifestado qualquer simpatia pela Aliança Liberal tendo como candidato preferencial Júlio Prestes, diferentemente das mulheres que fundaram a Aliança Nacional de Mulheres, Bertha Lutz se encarregou de pensar em um mecanismo de exercer influência a favor da causa e rapidamente identificou um contato direto com Getúlio Vargas pelo Secretário Gregório Porto, primo de Carmen Portinho. Sobre o episódio, Bertha narrou o seguinte:

Então nós fomos reclamar. O secretário do Getúlio era primo da Carmen Portinho. Então nós tínhamos um meio de agir junto a Getúlio. Mandamos dizer a ele que não queríamos o voto qualificado, queríamos o voto geral. Ele foi apresentado à Carmen pelo Gregório Portinho, primo dela. Ele disse: Dra. Carmen, “eu sou a favor das mulheres porque elas fizeram metade da Revolução!”. Ela disse: “É por isso que o Sr. só quer dar metade do voto?” “Como metade do voto?” Ela disse: “Pois é, quer dar voto qualificado, para certas classes, as outras não. Nós não queremos assim. Ou tudo ou nada!”. Ele disse: “Está bem, eu falo com a Comissão para dar tudo”⁸⁵.

O voto feminino foi, finalmente, conquistado em 1932, com o Código Eleitoral. Houve pressão, houve luta, ainda que a maior parte das brasileiras não tenha sequer acompanhado as discussões e os diversos projetos de lei, esse direito foi conquistado e não concedido. Tal empreitada começou com mulheres corajosas e contraditórias do final do século XIX que tomaram conhecimento das movimentações inglesas e americanas e contou com a ampla disponibilidade, militância e habilidade da burguesa Bertha Lutz, atributos fundamentais para que o primeiro, não o único ou último, passo pudesse ser dado. Branca Moreira Alves conseguiu realizar o mapeamento de toda a trajetória do voto feminino no país, reunindo material farto de publicações de periódicos e entrevistas, que possibilitaram conhecer a política Bertha.

Por outro lado, a autora demonstra incômodo com a origem burguesa de Bertha Lutz e com a falta de reconhecimento da dominação de classe por parte da militante feminista, bem como com a estratégia de composição com pessoas envolvidas no poder. A falta de reconhecimento da questão de classe ocorreu por conta da origem de Bertha, mas também cabe reconhecer que é importante marcar a existência de problemas de gênero, em vez de simplesmente mencioná-lo sempre como atrelado a outros problemas, como uma espécie de pedágio a ser pago ou de pedido de desculpas por não se tratar da relevante questão de classe e sim de uma causa minoritária. A origem burguesa não a impediu de se encantar com a experiência das radicais inglesas, inspiradas nas irmãs Pankhurst e até demonstrar interesse em se envolver com o movimento na Inglaterra, o que foi impossibilitado por sua mãe. Sua origem pode ter sido responsável por sua tendência de deixar em segundo plano a condição da mulher “trabalhadora”. Porém, essa mesma origem fez com que ela conseguisse perceber quais seriam os

⁸⁵ Depoimento de Bertha Lutz para Branca Moreira Alves. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 125.

caminhos para a conquista dos direitos políticos por mulheres no Brasil, tendo excluído de início a forma de atuação inglesa. Se por um lado ela atrasou as demais demandas ao se concentrar demasiadamente no voto, por outro lado ela foi fundamental para que o nascente feminismo no Brasil não fosse inviabilizado com mais uma postergação dos direitos políticos para mulheres.

Uma vez conquistado o voto, o passo seguinte seria conseguir ter representação feminista na comissão que elaboraria o projeto constitucional e tanto Bertha Lutz, da FBPF, quanto Nathércia Silveira, da Aliança Nacional de Mulheres conquistaram espaço. O problema que mereceria destaque a partir desse momento era a indiferença da maior parte das brasileiras em relação aos direitos políticos, ao mesmo tempo em que a procura por alistamentos na FBPF foi diminuída. A Federação se preocupou em organizar cursos com o objetivo de promover a instrução política de mulheres, para estimular a participação. As conferências eram, em regra, proferidas por homens considerados ilustres como Pontes de Miranda, e dotadas de formalidade, o que restringia os eventos à elite. Nas eleições de maio de 1933 para a Constituinte, a mulher brasileira votaria e seria votada pela primeira vez na esfera nacional e concorreram Bertha Lutz pelo Rio de Janeiro e Carlota Pereira de Queiroz, por São Paulo, tendo a segunda sido eleita.

Apesar de ter sido eleita com a proposta de defender interesses de mulheres e crianças, e de fato Carlota Queiroz ganhou notoriedade por conta disso, ela assinou uma emenda de Aarão Reis que relacionava o voto ao serviço militar obrigatório, e por conta disso, a FBPF e Bertha Lutz retomaram os trabalhos anteriores de pressão agora sobre os constituintes. Nesse momento, algumas militantes fizeram uso de mecanismos semelhantes aos das Pankhurst, vaiando deputados que se manifestaram favoráveis às emendas. Branca Moreira Alves destaca que Bertha Lutz não se envolveu pessoalmente nessas manifestações mais enfáticas, porém, nos bastidores a tática era apoiada por ela⁸⁶.

Ultrapassado o momento de risco de retrocesso, a preocupação ainda era o pouco envolvimento de mulheres na política. A Federação tentou reverter essa situação com a publicação de um manifesto no Jornal do Brasil em agosto de 1934 estimulando o voto em pessoas que defendessem os interesses das mulheres,

⁸⁶ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. P. 126.

ressaltando que as suas necessidades somente seriam observadas se elas mesmas elegessem representantes para o Legislativo. Porém, o problema do esvaziamento das lutas feministas após a conquista dos direitos políticos para mulheres que já havia se apresentado nos Estados Unidos e em outros países estava atingindo o Brasil mesmo antes de se consolidar um maior envolvimento dessas mulheres com a política, o mundo público, apesar da pretensão nunca ter sido o voto como um objetivo final, ao mesmo tempo a FBPF não conseguiu se renovar, continuando a ser encerrada não somente no dizia respeito à classe, mas também na questão da geração, sem envolvimento de mulheres mais jovens.

A preocupação na defesa do voto feminino como algo incapaz de ameaçar a organização familiar e, por consequência, a social, foi eficaz para abrir espaço para o tema, e ao mesmo tempo, foi eficaz para encerrar os direitos políticos neles mesmos, como objetivo final. A conquista do voto acabou não produzindo um grande impacto nas vidas das mulheres⁸⁷. A Aliança Nacional de Mulheres encerrou suas atividades em 1937 em virtude do clima de tensão instaurado e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino não chegou a ter as atividades encerradas, mas teve importância reduzida drasticamente, mesmo após a retomada da democracia, com o fim do Estado Novo. Resta saber se haveria algum legado deixado por essas mobilizações feministas.

2.3

Dos direitos políticos à retomada do feminismo no Brasil

Foi um aspecto comum entre os movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa o esvaziamento das discussões sobre direitos para mulheres após a primeira grande conquista do direito ao voto. Isso foi fruto da própria estratégia de atuação das feministas, na medida em que ao perceberem os reflexos que poderiam ser produzidos nas relações familiares, a partir da reivindicação por igualdade, preferiram se concentrar somente na conquista do voto. Dessa forma, evitariam dificuldades para a conquista do voto. O fato é que, apesar de não ter sido o objetivo das lutas feministas estabelecer o voto como conquista final, foi

⁸⁷ Mesmo com o reduzido número de mulheres interessadas em participar da política do país, algumas histórias são demonstrações marcantes da relevância do tema na vida de parte das mulheres, como foi o caso da mineira Virgínia Augusta de Andrade Lage, de Itabira, que se inscreveu como eleitora aos 99 anos de idade.

isso o que aconteceu durante períodos posteriores à conquista do voto, mesmo nos Estados Unidos. Assim, ficou consolidada a crença de que e elas poderiam votar e retornar a seus lares, sem nenhuma forma de ameaça. A situação no Brasil não foi diferente. Algumas poucas até mesmo conseguiram frequentar as Universidades, mas as transformações seguintes foram bastante lentas.

A conquista dos direitos políticos no Brasil ocorreu em virtude da atuação de poucas mulheres, se considerada a população feminina total. As autoras que trabalharam o tema, como Branca Moreira Alves, Céli Pinto e June Harner, não deixaram dúvidas em relação a esse fato. Apesar disso, ainda havia esforço realizado por parte da imprensa para fazer com que as mulheres se mantivessem no seu devido lugar. Dessa forma, a saída para o mundo público em regra ainda se dava por uma questão de necessidade financeira, salvo as poucas que conseguiam dar continuidade aos estudos com o objetivo de ter carreira. Nesse sentido, há alguns trabalhos que trazem referências sobre a mulher brasileira na década de 1950, que retratam todos os afazeres domésticos atribuídos às donas de casa, bem como as obrigações da mulher em relação à manutenção do casamento e à tolerância com a infidelidade masculina, que em regra, de acordo com as revistas femininas da época, acontecia em virtude da natureza masculina ou ainda de uma falta de cuidado por parte da mulher, com a casa, o marido ou com sua aparência⁸⁸. Portanto, apesar dos esforços das primeiras feministas, inclusive com a utilização da imprensa, esses estereótipos de gênero continuavam sendo reproduzidos pela imprensa.

Após a conquista do voto, existiram mobilizações de mulheres com atuações interessantes, embora não associado às lutas feministas, de colocar em questão a opressão da mulher, ou projetos de liberação e conquista de direitos. Essas mobilizações foram paralelas ao feminismo e afirmavam a condição de dona-de-casa da grande parte das mulheres. Com a perspectiva da esposa e da mãe, mulheres de classes populares e médias também reivindicaram a

⁸⁸ Nesses sentidos são, respectivamente, os trabalhos de Alice Inês de Oliveira Silva, que analisa a imprensa feminina voltada para os cuidados com a casa e de Carla Bassanezi, que se dedica aos conselhos da imprensa feminina para lidar com a infidelidade masculina. OLIVEIRA E SILVA, Alice Inês. Abelhinhas numa diligente colmeia: domesticidade e imaginário feminino na década de cinquenta. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Rebelião e Submissão: estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Fundação Carlos Chagas, 1989. PP. 143 – 175. A referência do segundo texto é BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In DEL PRIORE (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. PP. 607- 639.

interferência no mundo público nas mobilizações contra a carestia e nos clubes de mães. Céli Pinto chama a atenção para um aspecto interessante que ocorria no fim da década de 1940 e início da década de 1950. Mulheres vinculadas a uma associação influenciada pelo Partido Comunista chamada Federação de Mulheres do Brasil se uniram com as mulheres da elite da Associação das Senhoras de Santa Tereza para realização de manifestação contra a carestia. No ano de 1953 a Federação de Mulheres do Brasil havia organizado a Passeata da Panela Vazia. Nos bairros mais populares da cidade do Rio de Janeiro, as mulheres também se organizavam para reivindicar por melhorias em postos de saúde, creches e escolas e nos serviços públicos como um todo⁸⁹.

Esse tipo de participação feminina incomodava, por um lado, pois pretendia fazer pressão para melhorar a qualidade de vida da população, por outro lado o ativismo dessas mulheres não despertava maiores problemas uma vez que a afirmação da condição de dona-de-casa estava presente e era a partir desse papel desempenhado na família que elas pleiteavam legitimidade para reivindicar melhores condições sociais. Desde o movimento abolicionista era “natural” o envolvimento de mulheres com questões sociais, sendo até mesmo esperado que elas se manifestassem em defesa desses interesses. Ao mesmo tempo, elas sofriam o impacto direto com a ausência de serviço como creches e postos de saúde, já que tinham as suas vidas completamente inseridas nos cuidados domésticos. Por esse motivo, não havia ninguém com maior percepção desse tipo de problema do que elas. Sem creches e sem postos de saúde as crianças ficavam em casa ou porque não estavam em idade escolar ou porque ficavam doentes. Com crianças em casa, o tempo feminino era ainda mais tomado pelo cuidado, tirando-as do mundo público. Esses movimentos não eram propriamente feministas, pois não tinham como objetivo combater os papéis sociais instituídos para homens e mulheres, mas observando os tipos de reivindicações, pode-se compreender como as questões de gênero perpassavam os temas, apesar de não serem alvo direto dessas mobilizações.

No ano de 1949 foi criado o Conselho Nacional de Mulheres por Romy Medeiros, com o objetivo de pleitear medidas institucionais para reduzir a

⁸⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 44.

desigualdade entre os sexos⁹⁰. Nesse sentido, tal conselho dedicou seus esforços ao longo da década de 1950 aos trabalhos desenvolvidos no Congresso Nacional em prol de direitos para a mulher casada. Até então as mulheres necessitavam de permissão do marido para trabalhar e para viajar. Em 1962 a aprovação do Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.121/1962, melhorou as condições dessas mulheres, exigindo, por exemplo, consentimento mútuo para alienação de imóveis, dar fiança, entre outros, enquanto que anteriormente o marido era considerado chefe da sociedade cabendo a ele a representação legal da mulher. Romy Medeiros também foi uma figura ambígua dentro do movimento de mulheres, pois tinha boa capacidade de mobilização, entre outros motivos, por possuir bons relacionamentos com membros do governo, inclusive ao longo da década de 1970. Por esse motivo ela era vista com desconfiança. Também fez parte de políticas associadas a projetos de controle das populações em países subdesenvolvidos, como mobilizações pelo planejamento familiar para famílias pobres, conseguindo apoio de uma fundação americana com atuação no planejamento familiar ao longo da ditadura militar na década de 1970⁹¹.

A origem na elite de Romy Medeiros e os seus contatos no governo não a impossibilitaram de enfrentar problemas na organização de um seminário elaborado pelo Conselho Nacional de Mulheres em 1972. Romy foi chamada oito vezes ao DOPS para prestar esclarecimentos sobre esse seminário. Aproveitando-se de seus contatos ela conseguiu reunir correspondentes internacionais para falar sobre as ameaças que havia sofrido. Sobre o episódio, a própria Romy afirmou:

Eu não tinha a menor ideia do que estava acontecendo naquele momento, não sabia que era uma loucura organizar aquele encontro debaixo do autoritarismo que existia. Tinha pessoas da família envolvidas em política e fui muito bem recebida pelo Chagas Freitas, governador nomeado do estado da Guanabara, que me deu todo o apoio para o encontro, que só se realizou graças às minhas relações

⁹⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 46.

⁹¹ O tema do planejamento familiar é interessante porque expõe a diversidade de formas como os problemas de gênero podem ser pensados. Se abordado a partir de interesses em um controle forçado, há o caráter discriminatório, configurando o controle de natalidade e não o planejamento familiar. Porém, o tema também pode ser tratado da perspectiva da autonomia da mulher no controle do corpo. Apesar de não se saber qual era o real intuito de Romy Medeiros, em regra, as feministas são adeptas do planejamento familiar como direito do casal, em especial da mulher, de decidir a quantidade de filhos e o intervalo entre os nascimentos deles, sendo obrigação do Estado a educação sexual e o fornecimento de informações sobre métodos contraceptivos, bem como a distribuição deles. A discussão sobre o tema do planejamento familiar e a forma como ele deveria ocorrer retorna ao longo das discussões sobre as atas das Subcomissões da Assembleia Constituinte.

com o governo. (...) Fui chamada ao DOPS várias vezes durante a sua preparação, e eles me diziam: “a senhora é uma pessoa distinta, mas anda muito mal acompanhada”⁹².

Colocar como ponto central de discussão a situação de dominação especificamente vivida por mulheres, ampliando posteriormente para problemas de gênero, não foi algo fácil de ser realizado, pois os movimentos feministas desde que surgiram foram percebidos com certa desconfiança por parte de outras formas de lutas. Isso ocorreu desde em suas origens na luta pela abolição da escravidão nos Estados Unidos até no Brasil na década de 1970, quando o tema começou a se reestruturar internamente. A relação entre essas poucas feministas brasileiras atreladas à burguesia e com alguns membros do poder gerou desconfiança tanto no início do feminismo organizado no Brasil, que viabilizou os direitos políticos, quanto na sua retomada, cujo marco seria em 1972⁹³. Tratar da questão proposta pelo feminismo, ou pelos feminismos, era algo inovador, pois se colocava em xeque uma das estruturas sociais fundamentais: a família. Pelo fato do problema central não ser focado na classe, sem deixar de reconhecer que as relações de classe também se apropriam de estereótipos de gênero para perseverar, o feminismo contava com uma diversidade de construção de alianças excluídas a priori das possibilidades de alianças em torno da questão de classe, o que gerava desconforto entre os membros da esquerda, apesar desta ter sido, posteriormente, mais aberta às demandas minoritárias.

O seminário organizado por Romy Medeiros em 1972 foi interessante, nesse sentido, na medida em que conseguiu reunir as mais variadas personalidades, contando com a presença de representantes da Igreja, banqueiros e feministas tradicionalmente ligadas à esquerda, como Heleieth Saffioti, Rose Marie Muraro e Carmem da Silva⁹⁴. Na medida em que os movimentos feministas surgiam para discutir os problemas a partir da perspectiva de gênero, ou melhor, até então da mulher, combinando esse ponto central com os demais interesses em

⁹² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 48.

⁹³ Não se pretende excluir as iniciativas que podem ter ocorrido após o sufrágio antes do marco de 1970 em prol de direitos das mulheres. Porém, assume-se aqui que após a conquista de direitos políticos as discussões foram esvaziadas. As próprias organizações ou tiveram fim em função do período de repressão posterior ou mudaram o seu propósito, ressaltando nesse sentido a exceção dos debates sobre o Estatuto da Mulher Casada. O marco trazido por um dos poucos trabalhos sobre história do feminismo no Brasil foi o ano de 1972, a partir do momento em que teve início o funcionamento de grupos de estudos sobre o tema no Rio de Janeiro e em São Paulo. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 49.

⁹⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 48.

questão, como a classe, a esquerda entendia, em regra, que essa era somente uma luta de mulheres burguesas. O problema em relação aos direitos das mulheres era tratado como secundário em relação à luta de classes, e seria resolvido quase com a concretização de uma suposta revolução de classe. O que a esquerda fazia era basicamente sempre demonstrar como a marca do movimento feminista alguma mulher pertencente à burguesia, como Bertha Lutz⁹⁵.

Além do marco do congresso, 1972 foi o ano em que surgiram grupos de estudos feministas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. O acesso a esses grupos não era aberto, pois eram constituídos a partir de afinidades políticas e intelectuais. Eram grupos descentralizados e de reflexão, já que as atividades políticas haviam sido reprimidas pela ditadura. O espaço privado passou a ser o de liberdade para a reunião dessas mulheres. O grupo de São Paulo conseguiu manter as atividades regularmente entre os anos de 1972 e 1975. No Rio de Janeiro o grupo reunia duas gerações. A mais nova era a que tinha vivido a década de 1960 como adultas jovens, como era o caso de Branca Moreira Alves e a primeira era composta por mulheres da geração da mãe dessa feminista, mulheres originariamente de grupos católicos que também aderiram às reuniões. A atividade teve início com o retorno de Branca Moreira Alves de Berkeley, Estados Unidos. A experiência americana foi importante, mas Branca Moreira Alves teria despertado para o tema ao receber uma carta de Danda Prado perguntando o que ela pensava sobre o feminismo, tendo sido esse um marco para iniciar reuniões de mulheres em Berkeley antes do seu retorno ao Brasil e da fundação do grupo no Rio de Janeiro⁹⁶.

A partir do final de 1973 somente as mais novas passaram a se reunir e as discussões passaram a abordar temas como sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. É interessante observar que, originalmente, essas mulheres não discutiam questões que faziam parte aparentemente de problemas pessoais seus, na medida em que parecia ser mais urgente para o país as ações políticas diretamente de enfrentamento à ditadura. Céli Pinto ressalta que o grupo parecia pedir desculpas por se dedicar a temas como posicionamento da mulher na

⁹⁵ Seria o caso de se refletir se essa era realmente uma preocupação em relação à incompatibilidade entre o ideário dessas feministas liberais e a esquerda ou se seria um receio de uma revolução dentro do espaço doméstico, por exemplo, receio esse compartilhado por homens, fossem burgueses ou operários.

⁹⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 54.

sociedade, corpo e prazer⁹⁷. Tal fato demonstra que mesmo aquelas que começavam a se dedicar ao tema tinham dificuldades para torná-lo ou reconhecer nos problemas de gênero a sua autonomia e importância em relação a outros problemas. A primeira dificuldade, portanto, enfrentada, dizia respeito ao convencimento delas mesmas de que era chegado o momento de se retomar as pendências deixadas pelo feminismo após as mobilizações por direitos políticos. Porém, a experiência dessas mulheres que retornavam de períodos na Europa ou nos Estados Unidos e haviam observado as novas demandas feministas nesses lugares acaba viabilizando o ingresso desses temas nos grupos de estudos e elas mesmas percebiam a necessidade de retomada das questões de gênero a partir de novas demandas, como relação com o corpo e sexualidade.

O Rio de Janeiro ainda contou com o surgimento de outro grupo dedicado aos estudos de gênero. Este tinha um perfil diferente, composto por mulheres na casa dos vinte anos estudantes da PUC que também introduziram questões novas, como sexualidade, na agenda feminista brasileira. Essas mais facilmente ingressaram nas discussões sobre teorias feministas do que as anteriores, apesar de sentirem as dificuldades de se retomar o feminismo no Brasil no início da década de 1970. Um dos nomes de maior destaque posteriormente desse grupo foi a antropóloga Maria Luiza Heilborg, que revelou a má fama do feminismo na época entre os estudantes de esquerda:

Eu militava no Diretório, mas o que me dava realmente identidade era o feminismo, o que era, aliás, super mal visto na época. Era como se eu estivesse abandonando a luta de classes para adotar a luta de sexo. Eu não tinha feito isso, mas dentro do Diretório sentia-me discriminada, como se tivesse passado a ser alguém em luta por uma revolução íntima, pessoal⁹⁸.

Como se pode perceber, os problemas referentes às questões de gênero eram ainda associados a problemas de ordem privada, pessoal, como se não fizessem parte da organização social, da forma como a sociedade estava estruturada. Os papéis sociais desenhados a partir da matriz do sexo, da divisão homem/mulher, nesse sentido, pareciam ser naturalizados pelos próprios estudantes de esquerda, ou, quando muito, um problema ainda secundário, um apêndice da luta de classes.

⁹⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. PP. 50-51.

⁹⁸ Depoimento pessoal de Maria Luiza Heilborn para PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 51.

O contato que mulheres exiladas tiveram com o feminismo europeu ainda teve outra consequência para dinamizar o retorno do feminismo no país. As perseguições políticas realizadas pela ditadura no país foram responsáveis indiretas por esse novo contato de mulheres brasileiras com feministas estrangeiras, por conta dos exílios das militantes e de maridos militantes. Nesse segundo caso, as esposas se viam na obrigação de acompanhá-los, abrindo mão da convivência com seus familiares e abraçando uma vida sentida por muitas como um simples apêndice de seus maridos. Ambas as mulheres, militantes e esposas, encontraram nos países que as receberam, grupos de mulheres que se dedicavam a discussões sobre esse tema aparentemente tão distante e sem relevância para a situação dos brasileiros na época.

O lugar inicialmente dos exilados era a Europa e, durante o pouco tempo do governo Salvador Allende, o Chile também foi procurado por essas pessoas. Com o fim de tal governo, o destino voltou a ser a Europa, com especial destaque para Paris. Diante do enfrentamento sofrido no Brasil, “a luta de classes era a palavra de ordem e tudo o que se afastasse dela tinha a cor da traição”⁹⁹. Ocorre que, ao ingressar na Europa, essas pessoas encontraram manifestações bastante diferentes das vivenciadas no Brasil e entendidas como lutas legítimas. Havia ali um ambiente de inovação cultural que questionava estruturas hierárquicas consolidadas, como a dominação masculina, muito além da perspectiva de classe. Céli Pinto entende esse fator como sendo resultado da política imperialista soviética, levando a esquerda européia a pensar outras possibilidades de política distintas¹⁰⁰.

Foi inevitável o contato das brasileiras exiladas com o feminismo e, ressalte-se que, seus companheiros desconfiavam dessa aproximação. O feminismo era entendido como algo que poderia romper com a necessária união entre o proletariado para conseguir derrotar o projeto capitalista, na medida em que produzia um processo de identificação diferente do de classe. Nesse sentido, a resistência ao feminismo também ocorria em virtude do já mencionado receio de se transformar as relações afetivas. O feminismo estaria situado em um local estranho para a forma tradicional de se recortar a política: definitivamente não poderia gerar simpatia na extrema direita instalada no governo, mas também não

⁹⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 52.

¹⁰⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 52.

encontrava simpatia na militância tradicional de esquerda. O grupo fundado por Danda Prado em Paris, no ano de 1972, é um exemplo do quanto que a relação com a esquerda poderia ser complicada. O grupo reunia um número grande de mulheres da América Latina na Europa, aproximadamente cem, e discutia informalmente a situação das mulheres, em uma espécie de catarse, sem reflexões acadêmicas, sendo um espaço de compartilhamento de experiências como mulheres no exílio, ou em virtude da própria militância ou em virtude da militância dos companheiros. Os homens brasileiros de esquerda exilados não ficavam contentes com essas reuniões, e isso resultou na ameaça da Frente de Brasileiros no Exílio, por exigência desses companheiros, de retirada do apoio financeiro das famílias cujas mulheres costumassem ir nesses encontros¹⁰¹. Em função dessa medida, os homens pressionaram suas companheiras para abandonar o grupo, com o argumento de que ele não servia para auxiliar a luta de classes no Brasil.

Apesar dessa restrição sofrida, ainda houve outro grupo relevante de mulheres brasileiras no exílio em Paris, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que se reuniu entre os anos de 1975 e 1979. Nessa mesma época, mulheres brasileiras que se encontravam no Chile se deslocavam pela segunda vez, chegando à cidade e junto com elas, suas experiências em grupos de mulheres naquele país. Esse círculo parisiense já compreendia a especificidade da condição feminina e dos problemas de gênero, entendendo que luta de classes e luta pela liberação da mulher eram questões distintas e que caberia às mulheres se organizarem para a defesa de suas demandas. As mulheres brasileiras exiladas que se constituíam nesse momento como feministas tinham a pretensão de construir espaços públicos nos quais as suas questões poderiam ser abordadas, enquanto que no Brasil o movimento ficava restrito às reflexões no espaço privado. O grupo francês tinha uma especial importância na medida em que se preocupava com a elaboração de material para envio ao Brasil, bem como com o recrutamento de novas feministas. O grupo foi bem sucedido em Paris, porém, a divisão entre

¹⁰¹ Essa informação da retirada do apoio financeiro da Frente de Brasileiros no Exílio às famílias cujas mulheres participassem de reuniões nesses grupos feministas como o de Danda Prado pode ser encontrada em PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 53. Diferentes textos de feministas fazem referência a esse fato. A retirada do apoio ocorria porque o grupo, oficialmente, era acusado pela esquerda de ser apolítico e não contribuir com a luta contra a ditadura no país. Interessante observar que se o grupo fosse de fato apolítico não haveria necessidade da Frente se preocupar em retirar o apoio financeiro a essas famílias. Talvez o problema fosse justamente o risco de naquele grupo produzir-se uma política diferente.

aquelas mulheres que entendiam ser a luta feminista uma parte da luta de classes e aquelas que preferiam se dedicar a pensar um movimento libertário do corpo, da sexualidade e do prazer, nas palavras de Céli Pinto, se perpetuou, e, apesar de aparentemente mais lúdica, a segunda vertente tinha maiores condições de expor a estrutura da dominação sofrida pelas mulheres¹⁰².

É interessante observar o depoimento de algumas mulheres que passaram pela experiência do exílio, para entender melhor como e em que momento elas conseguiram despertar para a especificidade da dominação de gênero e se constituir como feministas. A primeira narrativa aqui apresentada é a de Zuleika Alambert, realizada em dezembro de 1978. Zuleika afirmou que havia iniciado uma vida política bastante cedo, tendo vivido a sua adolescência no Estado Novo, e o golpe de 1964 aconteceu quando ela já tinha experiência. Ela narrou que ingressou na atividade política em virtude de relacionamentos de amizade ou namoro com rapazes que viraram soldados da Força Expedicionária Brasileira e as ações eram destinadas a fazer com que o governo rompesse com a Alemanha. Suas atividades envolviam a confecção de sapatos, roupas de lã, cachecol, além de recolher remédios para soldados. Depois desse momento ela se envolveu com a luta pela Anistia a presos políticos e por eleições democráticas. Ao final da Guerra Mundial, o Partido Comunista saiu da ilegalidade e naquele momento conseguiu que muitos jovens se integrassem nele. Zuleika foi uma deles. Sua família não tinha envolvimento com política, mas ela frequentou uma sociedade teosófica em Santos, a loja Albor, entre os anos de 1940 e 1945. Com o fim da Guerra, Zuleika soube que um positivista conhecido em sua cidade faria uma palestra defendendo o retorno da mulher ao lar, pois as brasileiras, assim como as americanas, haviam sido incorporadas em fábricas com a ida de homens para as batalhas. Zuleika demonstrou indignação com esse posicionamento desse e o chamou esse senhor para um debate, no qual ela defendeu publicamente que mulheres poderiam trabalhar, usar calças compridas, fumar e exercer atividades na vida política do país. Em suas palavras “Era ainda muito incipiente, um feminismo oculto, mas que eu sentia, sentia...”¹⁰³.

¹⁰² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 55.

¹⁰³ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 50.

Porém, antes de perceber a dominação de gênero como algo próprio, ela teria ainda uma grande trajetória política envolvida com a estruturação do Partido Comunista. Aos vinte e quatro anos as mulheres em Santos envolvidas com o Partido Comunista resolveram que Zuleika Alambert deveria ser candidata a deputada estadual e fizeram um grande esforço em sua campanha, apesar de não ser candidata preferencial do Partido. A campanha foi finalizada com um grande comício no qual o deputado federal Marighela foi o único homem orador. Sua campanha foi bem sucedida e ela conseguiu ser eleita no meio de homens mais velhos, ricos e donos de terras, com uma única mulher além dela, Conceição Santa Maria, que estava na casa dos cinquenta anos. Nos dias anteriores à sua posse, outros deputados passaram a interrogar a Milton Caires de Brito, líder da bancada da qual ela faria parte, sobre a nova integrante nos seguintes termos “então, vamos ter aqui mais uma flor?”, no que ele respondia “vai ter mais uma flor sim, mas é uma flor com muito espinho”. A imagem da flor utilizada pelos deputados para definir a atuação da mulher é interessante, pois é uma imagem de beleza, fragilidade e delicadeza, todas essas características atribuídas à suposta natureza feminina e já mencionadas ao longo do capítulo, como se essa flor estivesse, de forma espantosa, saindo do terreno no qual deveria ficar. E a resposta também foi interessante, na medida em que tentava distorcer o significado da flor, apesar de colocar Zuleika como uma espécie de exceção, ao afirmar que aquela flor teria espinhos. Zuleika revelou no depoimento que seus companheiros a teriam aconselhado a não se manifestar ao longo de um mês, dedicando-se somente a ouvir seus colegas. O dia de sua estréia chegou e, com ele, inevitavelmente todas as manifestações preconceituosas em função de ser mulher falando em um domínio masculino por excelência, como uma espécie de pena que deveria ser imposta a alguém que rompeu com o seu dever, violou as expectativas que a sociedade tinha em relação à sua vida:

Eles foram cruéis comigo, me rodearam na tribuna e começaram a me dar apartes violentos, a maioria eivados dum preconceito absurdo em relação à mulher. Um deputado chegou mesmo a dizer que lugar de mulher era em casa lavando prato e criando filho, e perguntava o que é que eu estava fazendo ali. Mas reagi com tanta energia que foi um verdadeiro escândalo na assembléia, suspensa, fechada por causa do meu discurso. No dia seguinte, os jornais estampavam minha fotografia

com um título: “Deputada vermelha fecha parlamento!” A partir daí todas as vezes em que eu falei a assembleia foi suspensa.¹⁰⁴

Esse depoimento auxilia a evidenciar de que forma os discursos operam como mecanismo de colocar alguém em seu lugar, conforme já esclarecido sobre as ofensas. Muitas vezes esse procedimento ocorre por vias indiretas, comparando, por exemplo, a mulher a uma flor, com o intuito de dizer, em última instância, que o lugar da flor não é em uma assembléia, entre homens. Dessa forma, todas as vezes que Zuleika discursou a assembléia foi suspensa. Em outros momentos o discurso é explícito, para garantir que a mensagem seja devidamente compreendida, conforme exposto no trecho acima. O importante é que essa mulher obteve êxito na devolução da ofensa, com todo o desenvolvimento posterior de sua trajetória política.

Zuleika conseguiu permanecer no exercício do mandato até o momento em que o registro do Partido Comunista foi cassado. Entre 1947 e 1954 ela viveu seu primeiro período de clandestinidade. Refletindo posteriormente sobre o que significava pertencer ao Partido Comunista e ser mulher, Zuleika afirmou que sendo esse partido o grande portador de idéias novas, ela não deveria ter encontrado muitas dificuldades em virtude de ser mulher e reconheceu que ao longo dos anos ela conheceu muita gente que a apoiou e a auxiliou a enfrentar as dificuldades. Ao mesmo tempo, ela sentia que no espaço do partido ela encontrava outros pais, sofrendo uma constante vigilância sobre a sua vida privada. Ela atribuiu tal vigilância sobre seu comportamento ao fato do Partido Comunista ter se ampliado muito após sua legalização, passando a contar com 150 mil pessoas e que necessariamente fariam com que o Partido refletisse os preconceitos sociais nos quais seus membros estavam inseridos.

Em 1970 ela decidiu ir para o Chile em virtude das perseguições no Brasil. Foi nesse país que Zuleika conseguiu enxergar especificamente a condição da mulher na sua realidade. O seu interesse em trabalhar com as mulheres brasileiras exiladas no Chile foi em virtude de ter observado como as mulheres eram utilizadas como massa de manobra. Nesse sentido, ela assumiu que de início instrumentalizou a questão, focando sua preocupação no papel negativo que a mulher poderia e muitas vezes havia desempenhado, esquecendo-se de que

¹⁰⁴ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 54.

homens também desempenhavam papéis negativos. Outro fator que despertou seu interesse foi a constatação do maior número de exilados ser de homens, mas estes sempre levavam as suas famílias para acompanhá-los no período do exílio. Havia mulheres exiladas, mas a maioria era de mulheres de exilados. Estas eram marginalizadas em um duplo sentido: o primeiro na própria sociedade chilena, o segundo dentro do seu meio, no seio das famílias, pois os homens eram políticos que seguiam com suas práticas, enquanto a esse grupo cabia a casa, considerando que muitas abriam mão de seus trabalhos e atividades no Brasil para acompanhar o marido.

Zuleika fundou o Comitê de Mulheres no Exterior, conseguindo reunir 250 filiadas, que se integraram, mais uma vez, em trabalhos voluntários, passeatas, juntas de abastecimento, cursos de primeiros socorros em virtude de receio de uma eventual guerra civil no Chile, entre outras atividades. Muitas nunca haviam exercido atividades políticas antes. Nessa época foi realizado o Seminário Latino-Americano de Mulheres, com o objetivo de colocar em discussão as questões de gênero no continente. Porém, com o golpe no Chile o Comitê foi desfeito e as mulheres foram para o exílio na Europa, entre Holanda, Suíça, Itália e França. Quando Zuleika pensava que o Comitê de Mulheres Brasileiras no Chile havia se perdido completamente, ela contatou o nascimento de comissões e grupos de mulheres brasileiras nos diferentes países da Europa no ano de 1974, já influenciados pelo ressurgimento do feminismo no continente europeu e por estudantes brasileiras que saíram do país para estudar a condição feminina especificamente. A própria afirmou que somente conseguiu enxergar melhor o problema após a sua mudança para a Europa, sentindo que, até aquele momento, alguma coisa havia sido negada a ela em sua formação. Na Europa ela conseguiu condições de se aprofundar teoricamente e perceber como as questões de gênero apareciam no Brasil, na medida em que se viu como uma exceção, reconhecendo que o fato de haver uma ou duas mulheres bem sucedidas na política ao ultrapassar as barreiras sociais não poderia significar que o problema havia sido superado.

Outro depoimento merecedor de destaque é o de uma mulher que passou pela experiência do exílio como esposa de militante, Maricota da Silva¹⁰⁵. Sua fala

¹⁰⁵ Muitas das mulheres que prestaram seu depoimento para Albertina de Oliveira Costa, na obra já citada *Memórias das mulheres no exílio*, preferiram omitir o nome verdadeiro, tendo esse sido o

teve início com a observação de que ela jamais estaria naquele lugar, Paris, se não fosse mulher. A sua condição de mulher foi central na definição da função social e do rumo que a vida dela tomou, alheio aos seus desejos. Tal depoimento demonstra o conflito interno dessas mulheres que seguiam os maridos, ora entendendo que isso nada mais seria do que o cumprimento do dever de esposa, de ordem moral e religiosa, ora deixando transparecer o rancor em virtude da impotência e de qualquer perspectiva de decidir sobre os rumos da própria vida, mas sempre com um posterior pedido de desculpas ou justificativa em relação à revolta em virtude da condição de vida da época. O principal motivo de seu inconformismo em relação ao exílio dizia respeito ao fato de ter a sensação de que sua existência se reduzia à figura do marido. Ainda quando ela ressaltou esse incômodo, Maricota se desculpou por ter afirmado no depoimento que sua existência no Brasil era independente do seu marido, corrigindo-se rapidamente “perdão, perdão... se eu disse independente do meu marido, volto atrás, eu valia por mim mesma”.¹⁰⁶ O termo “independente” foi considerado muito forte por ela.

Eu acho que eu nunca estaria aqui se não fosse mulher. Estou aqui porque estou acompanhando marido, então, há realmente a tal condição de esposa, de acordo, inclusive com a religião, tenho que acompanhar o marido onde ele estiver. Acredito nisso, ainda hoje, por mais ridículo que possa parecer... Favas contadas, eu hoje faria exatamente a mesma coisa porque, primeiro que tudo, sei que ele não cometeu crime algum, em nenhum nível. (...) se amanhã o meu marido for para a... Noruega, eu vou. (...) Mas continuo ligada pelos sagrados laços do casamento... e isso é mais forte que acreditar... é uma coisa que faz parte, digamos assim, do meu inconsciente. É uma coisa que me foi dita tantas vezes que eu creio nisso... então eu vou.¹⁰⁷

Muitas questões surgiram ao longo de seu discurso, tais como a condição imposta às mulheres pelo próprio casamento, o fato de ser esposa de um homem de esquerda e ter que de repente se sujeitar a uma forma de vida que não seria consequência de seus atos e sim dos atos do marido, o fato de ninguém a ter

caso de “Maricota da Silva”. Esta justificou a sua opção afirmando que socialmente ela não era ninguém, na medida em que seu reconhecimento tanto entre os brasileiros no exílio como entre familiares vinha em virtude do seu marido: “E digo mais, se um dia vocês puderem colocar esse livro plenamente, oficialmente apresentado, eu continuo Maricota da Silva. Eu não existo. (...) Em suma... socialmente, quem sou eu? Maricota da Silva”. Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 47.

¹⁰⁶ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. Pp. 33-34.

¹⁰⁷ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 33.

consultado para tomar uma decisão que afetaria a toda a família e o fato de ser invisível ao lado dele, especialmente na Europa. Receber os cumprimentos pelas ações do marido, com homenagem à coragem que ele havia demonstrado deixava-a perturbada, pois aos olhos dos outros, ela não tinha existência própria, ninguém perguntava a ela sobre como ela estava, o que ela achava da vida deles e dos caminhos traçados por ele unilateralmente para toda a família. Parece que especialmente a família dele pensava que ela tinha grande sorte de estar ao lado de um “homem corajoso”, o que a irritava profundamente. “Eu não existo. A família do meu marido só vê em mim a pessoa que tem a honra e glória de ser casada com ele e de acompanhá-lo. A maior parte das pessoas que eu conheço também pensa assim. Pra minha família eu não existo porque acompanhei o marido...”.¹⁰⁸ Sua existência foi, portanto, completamente neutralizada, ela não teve vontade e não foi ouvida, apenas sentia que pagava um preço elevado pela tomada de uma decisão da qual ela não teve qualquer participação:

Eu acho que nós mulheres deveríamos exigir que houvesse na nossa legislação uma nova figura jurídica: “a mulher do marido”, quer dizer, a mulher que casa com um homem de esquerda, ela é de esquerda e pagará por todos os atos desse homem. Na prática é o que está acontecendo. Essa mulher passará a ser uma condenada no momento em que se casa. Que é preciso que ela fique avisada, que é possível que ela queira jogar o jogo, que é possível que ela não queira! Ela já sabe que a qualquer momento começa a pagar por coisas que jamais... enfim, jamais foram universo dela.(...)

A saída do Brasil foi uma surpresa absoluta para mim... ah foi, ah foi... principalmente a duração... (...) e o dia em que eu morrer alguns dirão: “ela era tão simpática, coitada, tão cheia de boas intenções...” Mentira, nem boas intenções eu tinha, não tinha intenção nenhuma, nem boa, nem má.

Eu volto sempre àquele ponto central, àquele ponto de partida que é o casamento e que não creio que seja uma questão política, mas que no Brasil é política. No momento em que você está engajada num casamento é como se tivesse que pensar e que viver exatamente como o seu companheiro. Isso não está acontecendo apenas com as mulheres formalmente casadas, mas com as que vivem com um homem de esquerda. É como se fosse uma espécie de doença contagiosa”¹⁰⁹.

O depoimento de Maricota também foi selecionado em virtude dela ter feito parte das reuniões do Grupo Latino-Americano de Mulheres organizado por Danda Prado e que teve o encerramento de atividades decorrente da pressão da

¹⁰⁸ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 47.

¹⁰⁹ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. PP. 35-36.

Frente de Brasileiros no Exílio, conforme já esclarecido. A importância das reuniões para as mais diferentes mulheres pode ser apreendida no próprio depoimento de Maricota. O grupo surgiu informalmente e não tinha qualquer pretensão política, porém Maricota confirmou que o número de participantes era elevado, reunindo aproximadamente cem mulheres nas reuniões semanais. Os temas eram variados, em regra, cada semana discutia-se um e qualquer uma poderia falar sobre ele. As mulheres que participavam pertenciam a diferentes gerações e tinham os mais variados níveis de formação. Parece ter sido uma experiência inicial de catarse para muitas delas, mais do que qualquer estudo formal sobre o tema feminismo. As questões eram postas, especialmente, a partir da angústia vivida por muitas delas e manifestada por Maricota, de não se ter qualquer perspectiva de decidir e controlar a própria vida. Sobre essas reuniões Maricota disse:

O nível intelectual de cada uma não contava a mínima; o que contava realmente era a dor e o medo, que você via que eram os grandes temas: a dor, o medo, o amor, a dificuldade imensa que cada uma tinha em assumir a sua própria dor, o seu próprio medo, as suas próprias sensações, o seu próprio corpo, a incapacidade de assumir o seu próprio corpo (...).

Havia temas que me interessavam mais, temas que me interessavam menos, mas o que interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor, enfim como a nossa... como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira. Idades inteiramente disparatadas, formações inteiramente disparatadas e aquele negócio era sagrado, aquela hora... era uma vez por semana... eu acho que se fosse toda a noite haveria gente toda a noite porque o importante era aquele encontro.¹¹⁰

Além da importância desse grupo nas vidas de muitas mulheres ser apresentada nesse trecho, há ainda outro aspecto que merece ser ressaltado, o início de um processo de identificação, em que muitas mulheres sem qualquer contanto anterior necessário se perceberam compartilhando experiências comuns, que antes do grupo provavelmente eram tratadas como problemas individuais, dificuldades pessoais de lidar com a realidade do exílio e com as respectivas famílias. A experiência comum vivida por essas mulheres foi fundamental para a retomada das discussões sobre feminismo no Brasil, e se anteriormente a expressão de ordem era participação política, no sentido especialmente do sufrágio universal, a estrutura familiar e as funções sociais generificadas

¹¹⁰ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 39.

passavam a ser percebidas. Além disso, as peculiaridades das questões de gênero foram colocadas, ressaltando que essa forma de divisão social ia além da tradicional divisão política entre esquerda e direita, e que talvez esse recorte político não conseguisse perceber, pelo menos naquele momento no Brasil, tal realidade. Nesses termos, confirma o depoimento da própria Maricota:

Eu considero a experiência no grupo um dos momentos-chave da minha vida... encontrar a semelhança... enfim saber, meu Deus, essa dor que levo em mim, e tudo o que você possa imaginar de samba canção de Emilinha Borba, Dalva de Oliveira, essa dor que há em mim, só em mim, finalmente é uma dor de absolutamente todas nós... e isso eu acho que não teria vivido no Brasil, certamente não num grupo como aquele, com uma capacidade intensíssima de sentir as coisas, de sofrer, de amar e de receber o outro, você sabe, eu acho que esse grupo teria que ser forjado no exílio... na dor... Não havia só brasileiras, eram sul-americanas e às vezes havia mulheres de outros países que iam no grupo. (...) nós fomos cortadas do Brasil e nos transformamos em pessoas diferentes, fomos transformadas em sombras das pessoas que estávamos acompanhando. Nós éramos pessoas num luto profundo sem mesmo nos darmos conta disso.

Tenho a impressão de que na esquerda há também um fenômeno que me parece que não é nem de esquerda nem de direita, é um fenômeno social muito mais complexo; é que a mulher é uma sombra, nem vou chamar do marido, no momento, é uma sombra do companheiro. Estou farta, agora já me fartei tanto que a coisa já chegou a um ponto de saturação e passou para um outro nível, passou para o nível da memória apenas, e uma memória crítica: ouvir falar mal ou bem de mulheres em função da pessoa com quem ela vive. A atitude de uma mulher raríssimamente é julgada em função do que ela faz. Imagina-se sempre que ela seja uma marionete guiada por um homem, quando eu estou farta de saber que não é isso...¹¹¹

O depoimento de Maricota também é importante porque ilustra algo central para qualquer processo de luta minoritária, a descoberta da semelhança entre um grupo alvo de determinados preconceitos, estereótipos e formas de dominação. Talvez o uso dessa expressão seja adequado para descrever como essas lutas são desencadeadas, além de explicar a forma pela qual se passa a afirmar uma identidade. A identidade, há algum tempo, sofre críticas mesmo dentro das teorias feministas especialmente de matriz pós-estruturalista, como o caso de Judith Butler, na medida em que é uma afirmação na qual necessariamente serão constituídos outras formas de exclusão. As críticas, inclusive já demonstradas no primeiro capítulo, são pertinentes, porém, aqui cabe constatar que essa formação de identidade ocorreu a partir do processo de

¹¹¹ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. PP. 40-41.

exclusão sofrido por essas mulheres e serviu para fazer com que essa exclusão fosse percebida .

Essas mulheres se descobriam novamente¹¹² como alvo de determinadas estruturas de dominação, porém a partir de problemas diferentes dos direitos políticos, considerando que ainda na época da reivindicação pelo voto outros fatores foram deixados de lado para evitar que o próprio voto fosse inviabilizado. Entender a constituição da identidade a partir da percepção da semelhança pode auxiliar a desfazer, pelo menos em parte, o caráter absolutamente negativo que a identidade assumiu após essas críticas e também as resistências que os movimentos feministas e as teorias feministas tiveram em relação às críticas realizadas especialmente por Butler à identidade. O ponto relevante talvez seja compreender como ela funciona, de que forma ela faz sentido para compreender determinada realidade.

Há alguns depoimentos de 1978 interessantes ainda sobre o momento em que a denominada consciência feminista foi forjada entre as militantes e mulheres que faziam parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, formado em outubro de 1975, a partir da combinação das trocas de experiências entre essas mulheres e a observação do movimento feminista francês. A valorização da experiência coletiva é notória nos depoimentos. Muitas militantes já haviam percebido em suas vidas os problemas referentes ao gênero, porém atribuíam a tal experiência um caráter individual. Nesses termos, as palavras de Glorinha são bastante significativas:

Eu acho que se a nossa militância política implicou rupturas com a família, com valores, é porque há uma particularidade nessa militância. No momento histórico em que ela se dá havia uma tentativa de crítica ao stalinismo, de construção do homem novo trazido pela revolução cubana ou pela revolução cultural. A gente tentava um mínimo de inserção do político no cotidiano, quer dizer, não éramos só a pessoa heróica no sentido de transformar o mundo, também nos questionávamos: saímos de casa não casando, tentando romper com a virgindade, tentando desmistificar o casamento. Mas não vivenciamos isso tudo enquanto movimento feminista. O que a gente sabia de feminismo nessa época era que as mulheres americanas eram lésbicas, feias e complexadas, ou então que o movimento francês era coisa de pequeno-burguesas que não tinham o que fazer e

¹¹² O “novamente” foi utilizado porque é preciso considerar que o feminismo não se constituía pela primeira vez no Brasil, já tendo produzido resultado no que diz respeito aos direitos políticos, que foram o grande marco da primeira constituição a partir da semelhança. Outros problemas foram percebidos, como a estrutura familiar e sua divisão de papéis, mas eram sem dúvida mais difíceis de serem ultrapassados, e por isso foram deixados de lado em prol de pelo menos uma conquista parcial. O feminismo se reestruturaria ao longo da década de 1970 no Brasil, portanto, novamente.

que nada disso se aplicava à realidade de um Brasil e uma América Latina subdesenvolvidos. Então pensávamos que rompíamos com tudo – e rompíamos em parte – mas continuávamos reproduzindo todos os valores da nossa educação¹¹³.

A narrativa ilustrando a percepção do problema de forma individual ainda traz outros aspectos relevantes: o primeiro diz respeito ao já mencionado problema apresentado pela idéia de que o feminismo implicava em uma luta secundária, sem relevância, praticamente algo típico de quem não tinha nenhuma preocupação social, o segundo diz respeito ao imaginário ou ao que seria uma mulher feminista, a mulher mal resolvida, ou recalcada por não encontrar nenhum parceiro, ou feia ou lésbica ou quiçá tudo isso ao mesmo tempo. Esse estereótipo é bastante forte ainda nos dias atuais. Ele persiste e é reforçado sempre com o intuito de desqualificar a fala de uma feminista em defesa de direitos das mulheres a partir da ridicularização, especialmente em assunto tão conturbado, por ser em regra normalizado, quanto a objetificação do corpo e da imagem femininas.¹¹⁴ Nesse sentido, não há novidade.

O interessante a partir especialmente da segunda metade da década de 1970 é perceber como o feminismo foi surgindo em diversos meios entre as brasileiras, parte fora do país entre as exiladas, parte reunida em grupos de estudos isolados entre Rio de Janeiro e São Paulo e, pouco depois, entre as próprias operárias também na cidade de São Paulo. O fato de a Organização das Nações Unidas ter declarado o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher

¹¹³ Depoimento em COSTA, Albertina de Oliveira ET ALI. *Memórias das mulheres do exílio*. P. 416.

¹¹⁴ Sem ingressar no mérito da discussão sobre quais medidas deveriam ser tomadas no enfrentamento desse problema ou se a determinada propaganda é ou não ofensiva, a recente reação à reprovação da propaganda de uma marca de lingerie por parte da ex Ministra Iriny Lopes e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres representa bem a situação. Uma das charges divulgadas na época ilustra a na época Ministra de calcinha e soutien avisando que iria proibir a campanha e do seu lado uma indicação de que tal ato seria errado transmite alguns recados. O primeiro deles é bastante direto, indicando que a Ministra não teria os mesmos atributos físicos da modelo da propaganda e, por conta disso, ela teria proibido a sua veiculação, atrelando à Ministra um desconforto em virtude da ausência de atributos físicos. Porém, a charge foi muito além da propaganda, pois esta última objetifica a mulher, mas atribui a todas as brasileiras as qualidades da modelo eleita pela campanha publicitária, no que seria, a princípio, um elogio à imagem da mulher brasileira, apesar de reforçar estereótipos como: mulher não sabe dirigir (“tinha que ser mulher”, “ou mulher no volante perigo constante”) ou não tem qualquer tipo de controle financeiro. A charge consegue ser mais agressiva, pois divide as mulheres brasileiras a partir de atributos físicos, retirando o elogio da propaganda e qualificando aquela que estava em um cargo símbolo da luta pela igualdade de gênero, a feminista, como a “feia”, a “recalcada” e tudo o que Glorinha, por exemplo, pensava sobre as feministas americanas antes de se dedicar ao tema. Charge disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/10/01/charge-de-chico-caruso-408868.asp>. Acesso em 4 de outubro de 2011.

com encontro no México também serviu para inspirar os grupos feministas brasileiros a realizarem eventos sobre o tema, aproveitando-se de uma promessa do Presidente Geisel de distensão política. O primeiro deles foi organizado por dois grupos de estudo do Rio de Janeiro, tendo lugar na própria cidade e foi denominado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que originou o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. As feministas conseguiram patrocínio na própria ONU para a concretização do encontro. Com o objetivo de evitar a resistência das pessoas à conferência, Maria Luiza Heilborn, uma das organizadoras, expôs que elas não utilizaram o termo feminismo no título, bem como inseriram na programação diversos homens, por vislumbrar a impossibilidade de realizar qualquer coisa, sobre gênero, obviamente, que não contasse com uma composição mista na época. Uma das grandes conquistas desse evento foi a constituição de um centro que se dedicasse exclusivamente com os problemas das mulheres. Céli Pinto ressaltava que tal centro sofria patrulhamento tanto do regime militar, por desconfiar de qualquer forma de reunião e mobilização, quanto de grupos de esquerda, que insistiam na preponderância da luta de classes e na luta pela democracia, acusando o feminismo de ameaçar a unidade necessária.¹¹⁵ Pode-se constatar a persistência dessa crítica recebida pelo feminismo por parte da esquerda, aquela concepção política que deveria necessariamente ser mais aberta, cabendo uma reflexão sobre que forma de democracia seria a defendida por esses grupos que não reconheciam os problemas de gênero como estruturantes de desigualdades sociais profundas.

No próprio Centro da Mulher Brasileira as divergências de entendimento acerca do que significava uma luta a partir da perspectiva do gênero eram inúmeras. As mulheres que faziam parte da organização se intitulavam como feministas, mas o grau de relevância do tratamento do tema não era o mesmo entre elas. Em regra, elas se definiam como feministas diferentes das americanas, com o discurso de que a causa das brasileiras dizia respeito à salvação das outras mulheres, as operárias, que viviam em condições piores do que a das feministas, pois estas tinham casa, acesso à educação e o que comer¹¹⁶. Duas conclusões são retiradas a partir desse entendimento. A primeira diz respeito à interessante

¹¹⁵ PINTO, Céli, Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. Pp. 57-58.

¹¹⁶ Afirmação de uma das participantes do Centro da Mulher Brasileira que preferiu se manter no anonimato. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 59.

construção de afinidade que elas tentavam fazer com as operárias, pelo menos discursivamente, uma vez que as diversas vertentes do feminismo se constituíram a partir de um sentimento de exclusão pelo movimento feminista inicial atrelado às idéias liberais. A segunda conclusão já não é otimista e passa pela negação dessas mulheres dos problemas de gênero que certamente faziam parte de suas vidas, questões como relações com seus companheiros e os papéis desempenhados nessas relações por cada uma das partes, pois já foi afirmado que paralelamente a essas mobilizações internas, na Europa as brasileiras perceberam esses fatores.

Sobre essa negação, tem-se o seguinte depoimento: “Era engraçado, tinha até gente que saía vomitando se se falasse em aborto; não se podia falar em problemas pessoais, todas se diziam bem e felizes, quem tinha problemas eram as operárias, as outras mulheres, uma dissintonia total com a realidade”¹¹⁷. As questões referentes à sexualidade, direitos reprodutivos e estabelecimento de lugares adequados para homens e mulheres ainda eram vistos como problemas de ordem individual e causas tradicionalmente de interesses atrelados aos burgueses. A separação entre público e privado parecia, dessa forma, ter sido incorporada até mesmo entre essas mulheres, com desqualificação dos próprios problemas que faziam parte de suas vidas. O tema da violência doméstica até então não havia surgido entre elas e dessa ausência de tratamento não se pode concluir que tal fato não existia. O tabu em torno da ordem privada era grande, decorrendo da consagração do espaço privado como reservado e indiscutível ou pela desqualificação dele como um problema de ordem burguesa. A oportunidade de construção ou percepção de afinidade, portanto, era perdida, na medida em que essas mulheres não se preocupavam em tecer agendas comuns entre esses dois grupos e sim esvaziavam uma demanda em prol de outra, porém, ambas as demandas eram relevantes para as vidas das mulheres.

O Centro da Mulher Brasileira era composto por três grupos de feministas: marxistas, liberais e radicais, porém ressaltando que todas eram mulheres de esquerda. Essas correntes se relacionavam diferentemente com os problemas de gênero, sendo as radicais aquelas que realmente pretendiam fazer com que o gênero ganhasse autonomia e não se sujeitasse mais a ser pensado com óticas de

¹¹⁷ Afirmação de uma das participantes do Centro da Mulher Brasileira que preferiu se manter no anonimato. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 59.

outras teorias. As marxistas tendiam a reduzi-los à luta de classes, as liberais à luta por direitos individuais e a proposta das radicais era trazer o gênero, no caso, a condição de mulher, para o centro das atenções¹¹⁸. As feministas radicais encontraram problemas no Brasil porque traziam uma especificidade, especificidade essa já colocada tanto entre os negros e as mulheres nos Estados Unidos, quanto na Europa, mas que enfrentava fortes resistências no Brasil, pois na luta hegemônica no país se dava justamente em dois campos: o primeiro da democracia contra a ditadura e o segundo do proletariado contra a burguesia. Por esse motivo, as demais questões eram tratadas como secundárias.

A percepção das próprias mulheres como alvo de discriminação, especialmente daquelas de classe média que se envolviam com militância política e com o feminismo nascente, foi um processo lento. As organizações feministas apresentavam como reivindicações suas a anistia, a retomada da democracia, Assembleia Constituinte, o fim da carestia, além de demandas por creches, ampliação de horário das escolas, melhoria na alimentação de crianças em colégios públicos. Tais reivindicações ilustram como as mulheres dessas organizações se consideravam representantes das mulheres das classes populares, pois as demandas em relação a gênero eram as decorrentes desses meios. Além disso, ilustram também uma preocupação em espelhar as necessidades políticas do momento, como anistia e Assembleia Constituinte. Obviamente, um espaço democrático é infinitamente mais vantajoso para a expansão de movimentos minoritários, e por isso era demanda dessas feministas, assim como os problemas trazidos pelas reivindicações de mulheres vindas das classes populares dizem respeito, em última instância, às possibilidades de redistribuição de tempo das vidas de qualquer um que passe pela experiência de ser mulher.

Porém, conforme já mencionado no presente capítulo, é interessante sempre ressaltar como alguns temas pareciam ser proibidos, como direito ao corpo e sexualidades, que nesse momento já apareciam na Europa e Estados Unidos pelo feminismo mais tradicional e também a partir dos movimentos LGBT e o extremo da violência contra a mulher. Talvez fossem assuntos considerados demasiado burgueses para o momento vivido pelo país na década de 1970. A identificação ou

¹¹⁸ Essa classificação das linhas feministas dentro do Centro da Mulher Brasileira foi realizada a partir do texto de Céli Regina e não corresponde exatamente às classificações das teorias feministas, pois o que se denomina feminismo radical entre as teorias feministas ainda possui diversas outras categorias.

afinidade era construída com certa facilidade com as mulheres proletárias, mas a opressão vivida na própria experiência parecia ser facilmente desconsiderada. Nesses termos é o depoimento de Terezinha Zerbini no jornal o Pasquim: “As feministas brasileiras procuraram seguir as feministas inglesas ou americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação e saúde”¹¹⁹. Ainda sobre o momento histórico e a declaração exposta acima, pode-se destacar a fala de Céli Pinto e que retrata as dificuldades de qualquer luta no interior de uma luta hegemônica:

Deve-se entender a manifestação de Terezinha Zerbini a partir das condições em que foi feita. Havia uma questão estratégica básica, como já observamos: o feminismo era mal visto no Brasil, pelos militares, pela esquerda, por uma sociedade culturalmente atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada cujo melhor representante era justamente o jornal *Pasquim*, que associava a liberalização dos costumes a uma vulgarização na forma de tratar a mulher e a um constante deboche em relação a tudo o que fosse ligado ao feminismo¹²⁰.

A relação conflituosa nesse momento entre o feminismo e a esquerda atingiu não somente aquelas que vinham da classe média e militavam contra a ditadura, refletindo também entre o próprio movimento operário. O final da década de 1970 também foi um momento em que as mulheres proletárias perceberam as peculiaridades pelas quais passavam não somente em suas casas, como também no ambiente de trabalho, desde desvalorização dos trabalhos reservados a elas, com grande defasagem salarial, passando por assédio por parte de superiores hierárquicos até problemas de representação nos sindicatos e reconhecimento de que tinham demandas próprias. Ao longo do período entre 1970 e 1978 as taxas de sindicalização tiveram um aumento maior do que o

¹¹⁹ GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Dissertação de mestrado, mimeo, 1987, p. 27. Apud, PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 64.

¹²⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 64. Interessante ressaltar a atualidade dessa compreensão da autora. Ainda hoje as lutas feministas em regra geram antipatia e sofrem críticas de diversas ordens, seja pelo viés da liberdade de expressão, em que atualmente tudo é permitido no que diz respeito a estereótipos de gênero, seja pelo viés da defesa da esfera privada, em que violência de gênero, doméstica ou não, ainda se confunde com problemas de ordem privada ou íntima, que facilitam a defesa do homem. Em relação a esse tema, ainda se aponta esse movimento minoritário como repressivo ou vingativo, por exigir que mulheres que sofrem esse tipo de violência sejam enxergadas pelas instituições e que tais crimes sejam punidos e não se mantenham na invisibilidade. Democrático, então, seria não responsabilizar esse tipo de violência? Democrático é garantir uma espécie de “direito de objetificação” da mulher? Democracia seria sinônimo de sexismo?

crescimento da população economicamente ativa, tendo como marco para esse grande salto o ano de 1978, com a peculiaridade da aceleração de sindicalização ser maior entre as mulheres, a partir de 1976¹²¹. Esse foi um fator relevante para que as relações entre as mulheres e os sindicatos passassem a sofrer transformações.

O pagamento de salários inferiores para mulheres era justificado por basicamente três argumentos por empresários de indústrias de São Paulo entrevistados por Elisabeth Souza-Lobo: a mulher teria escolaridade mais baixa, seria uma mão de obra instável e teria menor qualificação¹²². Em relação à instabilidade da mão de obra, a autora levantou dados sobre o estado de São Paulo no ano de 1979 que demonstravam, na verdade, a estabilidade dessas mulheres nos trabalhos, especialmente se observados a ausência de perspectiva de crescimento profissional e a remuneração baixa, bem como as pressões as quais estavam sujeitas nesses ambientes, pois empregadores atribuíam às mulheres maior docilidade, ou docilidade natural, mas de fato exerciam um controle com maior violência sobre a mão de obra feminina, sendo comum na gestão das empresas o reforço nas condições sociais que subordinavam as mulheres. A pesquisadora refutou a justificativa da menor escolaridade pela realização de pesquisas demonstrando que os níveis de educação de homens e mulheres não eram tão diferentes, além de se referir ao fato de se fazer comumente exigência de que as mulheres tivessem um nível de educação superior aos homens para que conseguissem ter salário igual. A divisão sexual do trabalho, portanto, não se encontrava somente dentro de casa. Em regra, as mulheres eram designadas para funções entendidas como sem qualificação, mas por critérios que a autora demonstrou serem falhos, ou que propositalmente desvalorizavam o aprendizado pelo qual as mulheres passavam ao longo de suas formações.

Elisabeth Souza-Lobo percebeu em suas pesquisas que a variação dos salários dos operários não tinha relação necessária com a função exercida por eles, nem no que diz respeito à formação profissional, nem em termos de produtividade, sendo os funcionários divididos em não qualificados ou

¹²¹ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 38. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

¹²² SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 31. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

semiquualificados. O sentido em regra era o inverso, pois era o salário que determinava a forma como aquele cargo era classificado na fábrica, fazendo referência a uma grande fábrica automobilística, que na filial brasileira contava com noventa níveis salariais entre os operários enquanto a filial inglesa contava com apenas três. A promoção acontecia em virtude do aumento do salário e não de uma mudança na função exercida pelo operário. O argumento que relacionava os maiores salários a funções mais sofisticadas em virtude de suposta qualificação começaria a ruir. As funções consideradas como não qualificadas tinham os menores salários e estavam destinadas às mulheres.

Nesse sentido, a autora percebeu basicamente duas formas de discriminação contra as mulheres nas fábricas. A primeira consistia em colocar as mulheres no nível salarial mais baixo em relação a uma determinada função, sem considerar o rendimento ou produtividade delas. Sendo assim, enquanto os homens eram colocados na categoria de operário de prensa, as mulheres eram auxiliares de prensa, mesmo tendo maior produtividade, como demonstra um depoimento apresentado pela autora no 1º Congresso das Mulheres da Metalurgia de São Bernardo do Campo, em 1978:

Além de mim, só havia homens na oficina. Eu produzia 100, 110 peças (depois baixei para 88), enquanto os homens só produziam 68,70. Enquanto eles ganhavam Cr\$10,50 por hora eu ganhava 6,00; depois, eles passaram para Cr\$ 11,50 e eu, para Cr\$6,50. Sabe por quê? Porque depois de trabalharem 6 meses eles tem a classificação de “oficial”. Sem nem precisar pedir ao chefe. Com a classificação, eles recebem uma promoção enquanto profissionais. E eu, em quatro anos, não fui classificada¹²³.

A segunda forma de discriminação contra a mulher dizia respeito à valorização de funções que estavam atreladas ao imaginário do que seriam, e que ainda são, qualidades masculinas, como a força, por exemplo, enquanto as qualidades tipicamente femininas, tendo sido identificadas pela autora a precisão, destreza, habilidade e rapidez, eram desvalorizadas. Essa questão é subdividida em dois aspectos. O primeiro seria o fato de a semiquualificação e a não qualificação não dizerem respeito a uma real qualificação profissional, sendo somente para determinar um patamar de salário que, em tese, poderia servir de

¹²³ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 34. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

atrativo para homens e mulheres. O segundo seria a forma como as características das mãos de obras femininas e masculinas eram apreendidas. As qualidades femininas eram vistas pelo mercado como pertencentes à natureza, ou seja, as mulheres naturalmente eram hábeis, precisas, entre outras coisas. Nesse raciocínio, tais características não tinham fundo em uma educação, ou “qualificação”, não eram méritos e sim naturais. Ocorre que, como observou a autora, as características atribuídas à natureza feminina decorreram da forma como as mulheres foram e são criadas, ou seja, decorrem da educação recebida, a formação para a execução de tarefas domésticas, com rapidez e minúcia¹²⁴, tarefas essas ou não remuneradas, como no caso das donas de casa, ou não valorizadas, no caso das empregadas domésticas. Nesse sentido, o argumento final da qualificação da mão de obra masculina em detrimento da não qualificação da feminina foi esvaziado.

Atos invasivos dos mais variados faziam parte das rotinas de mulheres, como solicitação de testes de gravidez para a contratação de mulheres casadas. Outro problema comumente enfrentado por operárias no fim da década de 1970 e início dos anos 1980 que as distinguiu do restante do operariado dizia respeito ao constrangimento sexual que sempre estava acompanhado da ameaça de demissão, considerando que grande parte dos cargos de chefia se encontrava em mãos de homens, caracterizando o assédio sexual. Tal conduta somente foi reconhecidamente considerada uma violência digna de retribuição do Direito Penal no Brasil no ano de 2001 com a Lei 10.224¹²⁵. Portanto, pode-se concluir que foi um esforço intenso dessas mulheres e um longo caminho até que tal conduta deixasse de ser naturalizada, passando a ser reprovada, pelo menos pela lei. Essa queixa era recorrente entre as operárias. As relações com os chefes eram complicadas, em virtude de ter havido uma dificuldade na constituição de uma identidade entre as mulheres trabalhadoras, com a cumplicidade entre elas para que ações coletivas pudessem ser postas em prática. Nesse sentido, elas eram alvo de assédio, as casadas sofriam discriminação na contratação ou ainda mulheres solteiras que casavam ao longo da relação empregatícia passavam a encontrar

¹²⁴ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 35-36. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

¹²⁵ A Lei 10.224/2001 inseriu o artigo 216 A no Código Penal. Cabe ressaltar que, antes da legislação penal, a Justiça do Trabalho já considerava o assédio sexual como falta praticada pelo empregador, configurando a rescisão indireta do contrato de trabalho sem justa causa.

ainda mais dificuldade em seus trabalhos, tudo isso vivido como algo, a princípio, individual. O problema das gerações de mulheres ainda incidia também nessa relação, pois as mais velhas tentavam se beneficiar do reconhecimento de tempo de serviço naquele local, em detrimento das mais novas, enquanto as mais novas se esforçavam para garantir espaço agradando aos chefes¹²⁶.

O processo de sindicalização dessas mulheres também foi algo tortuoso e refletia a ambiguidade com a qual o tema “trabalho da mulher” era recepcionado pelos operários. Nesses termos, é interessante citar um trecho do jornal *Tribuna Metalúrgica*, de abril de 1977, selecionado por Elisabeth Souza-Lobo que ilustra tal situação. O trecho dizia respeito a um debate sobre a possibilidade de trabalho noturno para mulheres, refletindo uma preocupação com o aumento da jornada de trabalho feminina, mas que não tinha como preocupação uma exploração da mão de obra em si, mas sim a tutela dos papéis tradicionais reservados a cada um dos sexos: “A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando a sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo (...). Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis”¹²⁷. Assim como os homens burgueses já haviam feito, os operários chamavam a natureza para reforçar o argumento: o “prejuízo ao organismo feminino”. Seria ele realmente menos apto ao trabalho noturno? Provavelmente, nenhum homem operário considerava, por exemplo, a possibilidade de reservar a ele próprio os cuidados com os familiares, as crianças e o preparo das refeições em sua própria casa na parte da noite, em virtude da inaptidão do organismo feminino para o trabalho noturno. Ou o corpo da mulher seria somente despreparado para o trabalho noturno fora de casa?

A preocupação que perpassava era com a utilização que o patronato fazia do trabalho feminino. Não se pode negar que a mão de obra feminina era de fato mais barata, estando as mulheres em piores condições para negociação. Além disso, a contratação de mulheres nessas condições piores ajudavam a retirar a força do operário. Porém, a saída vislumbrada pelo restante do movimento operário era ou a cooptação delas para as suas reivindicações ou o retorno delas ao

¹²⁶ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Trabalhadoras e trabalhadores: o dia a dia da representação. P. 105. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 95-119.

¹²⁷ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. PP. 42-43. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

lar, para que eles não perdessem espaço ou poder de reivindicação. A discriminação contra a mulher no mundo do operariado produzia reflexos nos dois sentidos: os patrões exploravam de forma mais intensa o trabalho feminino ao mesmo tempo em que o pensamento conservador dos operários dividia os trabalhos entre o masculino, que dizia respeito à produção e o feminino, que deveria ficar restrito à reprodução. As mulheres passaram a compor os sindicatos e eram chamadas para participar das lutas dos operários para que a resistência fosse viabilizada, sendo certo que “essa luta é a ‘luta dos homens’”¹²⁸.

Nesse sentido, foi organizado o 1º Congresso das operárias da metalurgia de São Bernardo, no período entre 21 a 28 de janeiro de 1978, convocado por uma direção sindical da qual não fazia parte nenhuma mulher. Houve o cuidado de se deixar claro que não se trataria de uma reunião feminista e sim mais uma consulta às bases. Ao mesmo tempo, as empresas resolveram boicotar o Congresso e compensar um feriado de Carnaval ao longo de sua realização e das oitocentas mulheres inscritas, somente trezentas estiveram presentes. As reivindicações que saíram das discussões eram temas já apresentados anteriormente e que ainda hoje seguem sendo pertinentes, como por exemplo, pagamento igual por trabalho igual¹²⁹, a obrigatoriedade das horas-extras com a chantagem das demissões caso elas não fossem aceitas, falta de estabilidade no emprego especialmente em caso de casamento e gravidez, sendo estes motivos freqüentes que justificavam as demissões, solicitavam melhores condições de higiene no local e creches, estas com o intuito de diminuir a quantidade de tempo dedicado às atividades domésticas, preconceitos raciais e assédio sexual por parte de superiores hierárquicos, entre outras questões.

Sobre trabalho noturno uma das operárias afirmava: “O homem chega em casa e pode ir para a cama na mesma hora, sem problema. Nós, não; quando a gente chega em casa, encontra todos os problemas e todo o trabalho de casa

¹²⁸ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 43. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

¹²⁹ A proibição de pagamento de salários diferentes para o exercício da mesma função em virtude de diferença de sexo já estava consagrada na Constituição de 1934, no Art. 121, §1º, a. Ainda assim a realidade era completamente diferente, pois as mulheres na metalurgia recebiam pelo mesmo trabalho 60% do salário dos homens.

esperando”¹³⁰ e com tal afirmação revelava o problema da dupla jornada e, em última instância, o fato de homem burguês e homem operário se comportarem da mesma forma no que dizia respeito ao espaço da casa. Dessa forma, havia instaurada uma identidade de gênero, que provocava processos semelhantes de discriminação contra mulheres. A identidade não deve ser tomada como absoluta. Porém, deve-se ter cuidado ao dispensá-la completamente, pois se as mulheres não se identificavam entre elas, e havia um esforço sempre de tornar o feminismo algo que dizia respeito a interesses secundários ou burgueses, havia aqueles que pretendiam reivindicar outro processo de identificação, que afirmavam a necessidade da unidade operária, mas sendo esse espaço um lugar eminentemente masculino. Sobre o congresso ocorrido o jornal sindical colocava: “As participantes, com seu jeito simples e ingênuo de ver as coisas, demonstraram seu desejo de se integrar à luta dos homens”¹³¹. Ressalte-se a estratégia de se colocar as mulheres em posição de inexperientes ou mesmo incapazes para justificar a necessidade de união com os homens operários em relação à sua causa. Nessa concepção, elas precisariam de tutela e era melhor que essa tutela viesse de homens operários do que de feministas burguesas.

É interessante observar que apesar de um grande número de mulheres ter se associado a sindicatos no período apresentado por Elisabeth Souza-Lobo, a atuação de mulheres em assembléias e reuniões sindicais não costumava ser significativa, especialmente se comparada com a participação de mulheres nas greves, que parecia ser substancialmente maior. Isso é justificado de forma interessante pela autora. A greve acontecia ao longo do horário da jornada de trabalho fora de casa, o que viabilizava a maior participação feminina. As reuniões, por sua vez, ocorriam em horário em que as mulheres deveriam se dedicar ao trabalho doméstico. Elas não tinham tempo disponível e, ainda que quisessem deixar de lado o trabalho doméstico, encontravam a resistência de maridos ou companheiros, que entendiam o sindicato como um espaço

¹³⁰ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 44. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

¹³¹ Tribuna Metalúrgica, fevereiro de 1978. Apud SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 46. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

masculino¹³². Portanto, essas mulheres não tinham controle sobre o seu tempo. As atividades sindicais exigiriam a dedicação justamente após o término do trabalho remunerado, coincidindo com as demandas familiares. Além disso, a representação de mulheres nesses espaços era problemática, pois eram poucas as bem sucedidas em fazer parte da direção. “A separação entre sindicatos e operárias se reproduziu e os esforços de integração não ultrapassaram o quadro simbólico de uma mulher na direção sindical, sempre em cargos secundários”¹³³.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora o feminismo tenha sido acusado de estar vinculado à burguesia, dificilmente essas mulheres encontrariam também representatividade entre as instituições que se voltavam para o operariado. A identificação com as feministas pode não ser a adequada, porém, o feminismo permitiu que as mulheres trabalhadoras percebessem a especificidade das suas experiências nas relações de trabalho, tanto o remunerado quanto o realizado nos cuidados da casa, ainda que esse processo tenha sido em virtude do olhar crítico que essas mulheres de classes populares tinham para as feministas tradicionais, ao entender que as reivindicações destas não eram exatamente as mesmas que as suas. Dessa forma, suas demandas passaram aí sim a compor as agendas tanto do operariado quanto das feministas. Além disso, é sempre importante lembrar que, do ponto de vista dos homens operários, não era interessante a constituição de afinidade entre as mulheres operárias e as burguesas, pois abalaria tanto o chamado mundo público, nas relações de trabalho remunerado, quanto os papéis estabelecidos na casa. Tanto o homem burguês quanto o operário não almejavam nenhuma revolução na esfera doméstica.

Tem-se, portanto, no final da década de 1970 e início da década de 1980 a consolidação de linhas de frente feministas. Um mapa pode ser apresentado da seguinte forma: a primeira sendo a composta por militantes de esquerda que fora do país tiveram contato com essa forma de luta minoritária, e entre elas pelo menos duas subdivisões, marxistas, com o entendimento de que a luta de classes ainda era a primeira luta, e radicais, acusadas de serem herdeiras das burguesas do

¹³² SOUZA-LOBO, Elisabeth. Lutas operárias e lutas das operárias em São Bernardo do Campo. P. 47. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 27-53.

¹³³ SOUZA-LOBO, Elisabeth. Masculino e feminino na prática e nos discursos sindicais no Brasil. PP. 77-78. In SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. PP. 71-79.

início do século, que centralizavam o gênero, especialmente em temas como sexualidades e direito ao corpo, e o feminismo que nasceu entre as operárias, com as especificidades das relações de trabalho do proletariado e com reivindicações que reformulavam e ampliavam direitos sociais e eram sensíveis também à discriminação que entrelaçava sexo e raça, com a situação da mulher operária e negra, entre outras linhas que podem não ter sido citadas aqui. Definir qual demanda seria a mais importante, ou a verdadeira demanda feminista seria complicado, pois em todos esses aspectos existiam questões de gênero sendo enfrentadas.

As divergências entre elas muitas vezes inviabilizava a identificação ou a construção de afinidades, o que é compreensível, mas por outro lado, uma não aliança entre essas mulheres com base no argumento de que as burguesas eram inimigas das operárias, por exemplo, também enfraquecia e rompia uma luta que precisava se preparar para ganhar a força necessária para ser escutada e tomar a palavra se inserindo no jogo político, a partir de uma perspectiva muito específica: a de gênero. A relativa distância histórica dos dias atuais permite olhar para esse momento específico e constatar que todos esses temas são temas de gênero, afetando as relações em âmbito público e privado entre homens e mulheres. Obviamente aqueles que iriam prevalecer e as formas de lutas que seriam válidas dependeriam de habilidade política e capacidade de composição dessas variadas frentes, bem como da viabilidade de tais reivindicações, o que não era novidade, Bertha Lutz já havia passado por isso.

Além dessas frentes, a década de 1980 significou também o ingresso do tema na Academia, com grupos debruçados em estudos sobre a condição da mulher no país¹³⁴. O feminismo foi um movimento que desde suas origens no Brasil esteve atrelado a mulheres intelectuais, que tinham acesso a espaços como jornais, conseguiam realizar palestras e escreviam peças de teatro. Esse fator facilitou a associação do feminismo com algo necessariamente proveniente da burguesia. Essas foram as mulheres que tiveram acesso às mobilizações já organizadas tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, bem como eram as que conseguiam sair do país para continuar seus estudos, conforme esclarecido na

¹³⁴ A PUC-Rio foi pioneira nesse sentido, tendo fundado Fanny Tabak o Núcleo de Estudos da Mulher já em 1980. O trabalho de Fanny Tabak inspirou a criação de outros Núcleos como o da UFBA, o da USP e o da UFMG, todos em 1984.

abertura do capítulo¹³⁵. Nesse sentido, a aproximação do feminismo com o universo erudito e com a Universidade foi um caminho mais fácil, especialmente após o momento em que as mulheres conseguiram ultrapassar as barreiras impostas a elas para acessarem cursos superiores. As mulheres que compunham os grupos de estudos da década de 1970 eram, em regra, professoras universitárias, outras eram profissionais liberais. As formações em regra eram nas áreas de psicologia, história, letras, ciências sociais, direito e saúde, o que viabilizou nessa época a elaboração de diferentes estudos para conhecer a situação das mulheres no país, no que dizia respeito a trabalho, família, violência e participação política, questões presentes na Assembleia Constituinte de 1987-1988. Tal fator foi interessante porque isso permitiu que as mulheres produzissem o conhecimento acerca das suas próprias condições na Academia, enquanto outras minorias dependeram, em um primeiro momento, da adesão de intelectuais¹³⁶. Cabe ressaltar que esses Núcleos e grupos de estudos conseguiram se institucionalizar até certo limite, pois o impacto na criação de novas disciplinas em graduações e em pós-graduações, bem como a criação de linhas de pesquisa próprias foi e ainda é reduzido no país. No campo do feminismo acadêmico, um dos primeiros e grandes nomes foi o de Heleieth Saffioti, na elaboração de sua tese de doutorado, ainda entre os anos de 1966 e 1967, muito antes do tema ingressar de fato nas pós-graduações, sob a orientação de Florestan Fernandes¹³⁷, pois somente ao longo da década de 1980 os núcleos de estudos sobre mulher surgiram nas Universidades, a partir dos trabalhos de Fanny Tabak.

A década de 1980 especificamente foi um marco para a militância feminista no Brasil, pois o tema começou a ser institucionalizado. Ao longo do processo de democratização e ampliação de partidos políticos, as feministas acabaram se distribuindo entre o PMDB e o PT a partir das eleições de 1982¹³⁸.

¹³⁵ Não se pretende desprezar qualquer mobilização anterior seja entre mulheres de classe popular seja entre mulheres negras. O fato é que não há exemplos concretos citados no presente momento em virtude de dificuldade de se encontrar relatos sobre esses temas. De fato, se a história das mulheres burguesas já é uma história alternativa e de acesso mais difícil, essas outras histórias sofrem ainda mais resistência para encontrar espaços de divulgação fora de seus lugares originais. Essas mulheres obviamente encontravam ainda mais dificuldades de ter qualquer espaço de divulgação de suas idéias e experiências.

¹³⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 85.

¹³⁷ O trabalho posteriormente foi publicado e ainda é considerado um marco para as pesquisas sobre mulher e feminismo no Brasil. SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 PP.

¹³⁸ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 79.

Dessa forma, algumas conseguiram ocupar cargos na administração pública, culminando na esfera federal com a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em 1985. A ocupação de cargos pelas antigas militantes era algo controvertido, em virtude do receio de que houvesse cooptação por parte do sistema e limitação ou prejuízo das reivindicações. Esse é um problema enfrentado por qualquer movimento minoritário quando presencia a chegada de um aliado ou ao menos políticos mais abertos às suas causas ao poder. Por outro lado, essa não poderia ser uma oportunidade perdida, pois a possibilidade de exercer influência e afetar diretamente e por dentro decisões que atingiam às mulheres poderia ser potencializada.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher contribuiu para que as feministas começassem a ganhar espaços institucionais. O CNDM foi bastante importante para as discussões que antecederam a Constituinte. Porém, isso não significa que as feministas estariam todas incorporadas em instituições. Na mesma época outros grupos na sociedade civil se concentravam nos temas da saúde da mulher e da violência. O tema da violência contra a mulher durante muito tempo parece não ter sido enfrentado pelas feministas, somente ganhando espaço a partir de casos famosos no final da década de 1970, ingressando mais fortemente entre as demandas feministas no início da década de 1980. O problema era considerado um tabu, as mulheres em regra não assumiam que sofriam com ele. Isso porque a violência contra a mulher era tratada como um assunto de ordem privada, que deveria ser mantido dessa forma, na privacidade do lar. Com os argumentos da privacidade e do espaço privado, o tema que tinha profundas raízes culturais e certamente atingia a muitas delas, passava a ser um problema individual, com o isolamento da vítima, sem qualquer recurso efetivo para impedir tal violência.

De fato, é difícil encontrar dados sobre o tema nesse período em decorrência de sua invisibilidade, por isso, não seria adequado se extrair dessa dificuldade a conclusão de que a violência contra a mulher não existia. Talvez um dos casos mais emblemáticos dessa forma de violência tenha sido a morte de Ângela Diniz por Doca Street, em 1976. Um marco ainda mais forte para as feministas da época foi a linha argumentativa da defesa, com a tese da legítima defesa da honra e com a estratégia de desqualificação moral da vítima por parte do advogado Evandro Lins e Silva. O fato da tese defensiva ter funcionado demonstrava que era justificável a morte de uma mulher por parte de seu

companheiro em virtude de um comportamento considerado inadequado socialmente. Cabe ressaltar que a legítima defesa da honra não foi criada por Evandro Lins e Silva, porém o argumento ganhou projeção nesse caso. A defesa foi inteligente o suficiente para trabalhar a partir dos estereótipos de gênero, conseguindo sucesso em sua empreitada. Parece ter sido após a morte de Ângela Diniz que as feministas passaram a se organizar e enfrentar diretamente o tema da violência contra a mulher, pois até então esse era um assunto de ordem privada em que não deveria haver qualquer tipo de interferência do Estado. Outro caso posterior também acompanhado pelo movimento feminista na época, com o intuito de evitar a absolvição, foi o homicídio de Eliane de Grammont por Lindomar Castilho, seu ex marido, em virtude de não se conformar com a separação e pensar que estava sendo traído, em 1981.

Nesse período teve início a campanha “Quem ama não mata”, com o intuito de enfrentar a naturalidade com a qual a morte de mulheres por parte de maridos, ex maridos e namorados ciumentos era admitida socialmente. Surgiram também organizações com o objetivo de fornecer estrutura para as mulheres vítimas de violência, como o caso do SOS Mulher, em 1981¹³⁹, no Rio de Janeiro que posteriormente se expandiu para São Paulo e Porto Alegre. O SOS Mulher pretendia ser um lugar para atender às mulheres vítimas de violência, bem como se preocupava em promover mudanças nas suas vidas. Naquele momento não havia lugares especializados nesse tipo de atendimento, pois as primeiras delegacias de atendimento à mulher surgiram somente em 1985.

As vésperas da Constituinte, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher organizaria grande mobilização em torno das demandas de diferentes grupos feministas, que incluíam recomendações que iam desde a reestruturação da família, passando pelo planejamento familiar e pela violência contra a mulher, mas atingindo também as relações de trabalho. Conforme já esclarecido, o Conselho foi fundado em 1985, com o objetivo de promover a criação de políticas públicas para mulheres. No momento de sua criação, Jacqueline Pitanguy foi indicada para fazer parte do Conselho Deliberativo e, em 1986 assumiu a Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher até o ano de 1989. A própria Jacqueline Pitanguy afirmou que a estratégia de atuação do Conselho para

¹³⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. P. 80.

a futura Constituinte começou a ser formulada ainda em 1985, com as campanhas “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” e “Constituinte para valer tem que ter Direitos da Mulher”. Esse processo envolveu uma articulação nacional com diferentes grupos feministas e também com os Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher, além de organizações de mulheres empregadas domésticas, trabalhadoras rurais e trabalhadoras pertencentes a centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores. O Conselho ainda promoveu visitas às capitais dos estados para que as mulheres pudessem apresentar propostas para a nova Constituição.

No fim de 1986 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoveu, ainda, um encontro no Congresso Nacional com representantes da sociedade civil para que as propostas apresentadas fossem debatidas antes de serem encaminhadas para a futura Constituinte. Nesse encontro, foi elaborada a “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, concentrando as propostas das mais variadas formas de mobilizações de mulheres para o texto constitucional para que a igualdade entre homens e mulheres fosse afirmada e conquistada. Nas palavras de Jacqueline Pitanguy:

Com relação ao capítulo da família, as mulheres denunciavam a desigualdade e hierarquia que permeava as relações nesta esfera, pleiteando a eliminação da figura de chefe da sociedade conjugal atribuída ao homem por nosso Código Civil, com todas as consequências daí derivadas como fixar domicílio, o predomínio da linhagem paterna sobre a materna na custódia dos filhos, dentre outros. Apoiávamos também o reconhecimento da instituição da família, independentemente de uma certidão de casamento.

No que se refere aos direitos e benefícios sociais as mulheres demandavam a extensão destes para os trabalhadores domésticos, o aumento da licença maternidade para 4 mulheres, o direito das mulheres em situação prisional de amamentarem seus filhos, o direito à titularidade da terra à mulher rural independente de seu estado civil, o reconhecimento de que havia discriminação da mulher no mercado de trabalho¹⁴⁰.

A referida Carta foi entregue pela própria Jacqueline Pitanguy ao Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, na inauguração dos trabalhos de tal Assembleia. A mobilização promovida pelo Conselho ao longo dos trabalhos na Constituinte em prol dos direitos das mulheres ficou conhecida como “O Lobby do Batom”, que tinha como objetivo

¹⁴⁰ Esse depoimento de Jacqueline Pitanguy sobre os trabalhos no momento anterior e na própria Constituinte estão disponíveis em <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>>.

despertar a simpatia entre deputados e senadores para as demandas dos movimentos feministas. Ao mesmo tempo em que esse trabalho era desenvolvido entre os parlamentares, Jacqueline afirmou, no mesmo depoimento, que o Conselho também promovia propagandas com o intuito de conquistar a opinião pública, com campanhas em jornais, revistas, televisão e rádio. Essas propagandas correspondiam sempre a um determinado capítulo da Constituição, garantindo que a pluralidade dos assuntos referentes aos direitos das mulheres alcançasse a opinião pública. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, portanto, atuaria em diversas frentes, desde a propaganda na mídia, passando pelo lobby diretamente com os Constituintes, forjando também uma identidade entre as mulheres Constituintes e participando direta ou indiretamente nas Subcomissões nas quais os temas de gênero seriam colocados.